

 www.iescamp.com.br | (19) 3728.7700

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2018 - 2022



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
E ENSINO SUPERIOR DE CAMPINAS



Endereço: R. Antônio Ferreira Laranja, 57
Jd. Garcia - CEP: 13061-090 - Campinas - SP
Email: diretoria@iescamp.com.br

Apresentação

O Projeto Pedagógico Institucional – PPI é concebido como um documento que traduz a identidade da **Faculdade IESCAMP**. Nele são tratados os referenciais epistemológicos, antropológicos e filosóficos que orientam as políticas institucionais. Trata-se, portanto, de um instrumento de ação política e pedagógica que norteiam as práticas acadêmicas em cumprimento à missão, visão e valores que consistem em:

Missão

Ser uma instituição de ensino superior comprometida com o desenvolvimento da cultura de aprendizagem, que valoriza o pensamento crítico e a autonomia intelectual de seus acadêmicos, para continuarem aprendendo ao longo da vida.

Visão

Constituir-se como referencial de excelência administrativa e acadêmica do ensino superior na Região Metropolitana de Campinas, por meio da inovação e da responsabilidade socioambiental.

Valores

Desenvolvimento de consciência crítica da realidade;

Comprometimento ético pautado nos princípios de solidariedade e responsabilidade socioambiental;

Desenvolvimento da consciência de que os interesses coletivo e individual são igualmente importantes para o equilíbrio das relações sociais;

Estímulo à inovação e à criatividade para a construção e socialização da comunidade da aprendizagem.

Desenvolvimento pleno das pessoas, seu prepara para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205).

Para sua elaboração foram considerados alguns instrumentos legais: a) o Regimento da IES, que disciplinam as finalidades e a forma de organização da instituição; b) as orientações contidas no art.16 do Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006, que direcionam a elaboração deste documento; c) a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB (Lei 9394/96); d) as Diretrizes Curriculares Nacionais; e) PNE – Lei nº 13.005/2014.

Ao expressar, em seus referenciais, a visão de mundo, a postura educacional superior pretendida, o ideal de faculdade a ser concretizado, o perfil profissional de seus egressos a partir da inserção dos estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e a responsabilidade social para com a região e o país, é tido, em especial, como orientador dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, também denominado Projeto Político-Pedagógico de Curso por alguns autores. Usualmente é mais conhecido pela sigla – PPC, a qual será adotada pela IESCAMP. Também constitui documento essencial para construção do Plano de Desenvolvimento Estratégico da IES – PDI.

Estas premissas e o constante repensar que caracteriza o processo de ação-reflexão-ação da gestão acadêmico-administrativa da IESCAMP não cessa com sua finalização, pois estará em constante processo de construção/desconstrução dada a natureza do trabalho acadêmico, o qual requer práticas dinâmicas e inovadoras de seus educadores.

Sumário

1 INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DE CAMPINAS – FACULDADE IESCAMP	6
1.1 Breve histórico da Mantenedora	6
1.2 Breve Histórico da IES	8
1.3 Objetivos e metas da instituição	12
1.4 Objetivos Específicos	13
1.5 Estrutura da IES	15
2 CONTEXTO REGIONAL	16
3 PRINCÍPIOS NORTEADORES	36
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO	47
5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	49
5.1 Finalidade e Propósitos da Faculdade IESCAMP	49
5.2 Princípios, Concepções e Fundamentos Pedagógicos	51
5.3 Concepção de Formação	55
5.4 Perfil do Egresso	56
5.5 Seleção de Conteúdos	57
5.6 Princípios Metodológicos	59
5.7 Processo de Avaliação	63
5.8 Organização Curricular	64
6 POLÍTICA DE ENSINO	75
6.1 Organização didático-pedagógica	75
7 POLÍTICAS PARA A PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA	77
8 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO	79
9 ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – INSTITUCIONAIS	80
9.1 POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	80
9.2 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	81
9.3 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	85
9.4 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES E EGRESSOS	94
9.4.1 Programa de Bolsas	94

9.4.2 O Núcleo de Apoio ao Discente (NAD)	96
9.4.3 Programa de Acompanhamento aos Discentes e ao Egresso	96
9.4.4 Ouvidoria- central de atendimento	99
9.4.5 Programa de Nivelamento	99
9.4.6 Agência IESCAMP	99
9.4.7 Mobilidade Acadêmica	100
9.5 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA	101
9.6 POLÍTICA PARA AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	104
10 ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – ACADÊMICAS	106
10.1 POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	106
10.2 POLÍTICA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	106
10.3 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL	107
10.4 PROGRAMA DE MONITORIA	108
10.5 POLÍTICA DE QUALIDADE ACADÊMICA	109
10.6 POLÍTICA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	110
10.7 POLÍTICA DO COLEGIADO DE CURSO	111
11 ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – GESTÃO	112
11.1 POLÍTICAS DE PESSOAL, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS	116
11.1.1 Aperfeiçoamento e Capacitação da Equipe Multidisciplinar: Professores, Tutores e Pessoal Técnico-administrativo	116
11.1.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO	125
11.1.2.1 Políticas de Qualificação do Corpo Docente	125
11.1.2.2 Plano de Carreira	125
11.1.2.3 Regime de Trabalho dos Docentes	126
11.1.2.4 Promoção dos Docentes	128
11.1.2.5 Procedimentos para a substituição eventual dos professores do quadro	128
11.1.2.6 Atribuições do Professor	129
11.2 POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA	130
11.2.1 Política de Laboratórios	131
11.2.2 Política do Sistema de Biblioteca	133
11.2.3 Formas de Atualização e Expansão do Acervo	133
Considerações Finais	135

1 O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DE CAMPINAS – FACULDADE IESCAMP

1.1 Breve histórico da Mantenedora

Quadro 1 – Resumo – Mantenedora

MANTENEDORA	<i>Sociedade de Educação e Cultura Raphael Di Santo S/C Ltda. – SOEC</i>
ENDEREÇO	<i>Rua Antônio Ferreira Laranja, nº 57 (paralela - John Boyd Dunlop) – Jardim Garcia – CEP.: 13061-090</i>
CIDADE	<i>CAMPINAS SP</i>
ATOS LEGAIS	<i>Credenciado pelo MEC, pela Portaria Ministerial nº 1222 de 14/04/2005</i>
FONE	<i>(19) 3728-7700 - E-mail: diretoria@iescamp.com.br</i>
PRESIDENTE	<i>Seviana Cristina Navarro</i>

A Mantenedora do Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas – IESCAMP é a Sociedade de Educação e Cultura Raphael Di Santo S/C Ltda. com sede em Campinas - SP, situada à Rua Antônio Ferreira Laranja nº 57, Bairro Jardim Garcia – 13.061-090 – Campinas–SP (19) 3728-7700, e-mail: diretoria@iescamp.com.br.

A Família Raphael Di Santo já atuava na área educacional nos níveis de ensino fundamental e médio. Iniciou suas atividades em 1985, com o Colégio Vivendo e Aprendendo atuando desde o berçário até o Ensino Médio. Mais tarde, em 2002, expandiu suas atividades na educação básica ofertando o Ciclo II do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, junto ao Colégio Raphael de Di Santo - RDS. Em 2010, o Colégio Raphael Di Santo foi desmembrado do Colégio Vivendo e Aprendendo. Nessa mesma década a família resolveu



1.2 Breve histórico da IES

Quadro 2 – Resumo – Mantida

MANTIDA	Faculdade IESCAMP
ENDEREÇO	Rua Antônio Ferreira Laranja, nº 57 (paralela - John Boyd Dunlop) – Jardim Garcia – CEP.: 13061-090
CIDADE	CAMPINAS SP
ATOS LEGAIS	Autorização: Portaria Ministerial nº 1222 de 14/04/2005.
FONE	(19) 3728-7700 – diretoria@iescamp.com.br
DIRETORIA	Profa. Dra. Regina Móvio de Lara

Em continuidade às atividades pedagógicas do Colégio Vivendo e Aprendendo, nasceu o IESCAMP, Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas, com a finalidade de oferecer e manter cursos de graduação, pós-graduação e de extensão. O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DE CAMPINAS - IESCAMP, costumeiramente, é denominado pela sua comunidade acadêmica por **FACULDADE IESCAMP**.

Sua atuação territorial está circunscrita ao Município de Campinas-SP, com sede à Rua Antônio Ferreira Laranja nº 57, Bairro Jardim Garcia, CEP 13.061-090, na cidade de Campinas/SP. Caracteriza-se enquanto Estabelecimento Isolado Particular de Ensino Superior, mantido pela SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA RAPHAEL DI SANTO S/C LTDA, pessoa jurídica de direito privado constituída na

forma da lei, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede e foro na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo - SP, com contrato social registrado no Cartório de 7º Tabelião de Notas de Campinas - SP sob o nº 189.276 do livro A, no CNPJ 05.251.381/0001-03 e inscrição Municipal nº 76.423. Portanto, trata-se de uma Instituição de Ensino Superior privada, com fins lucrativos. Foi credenciada pelo MEC, pela Portaria Ministerial nº 1.222 de 14/04/2005.



De acordo com seu Regimento, a sua estrutura organizacional é composta pelos seguintes órgãos:

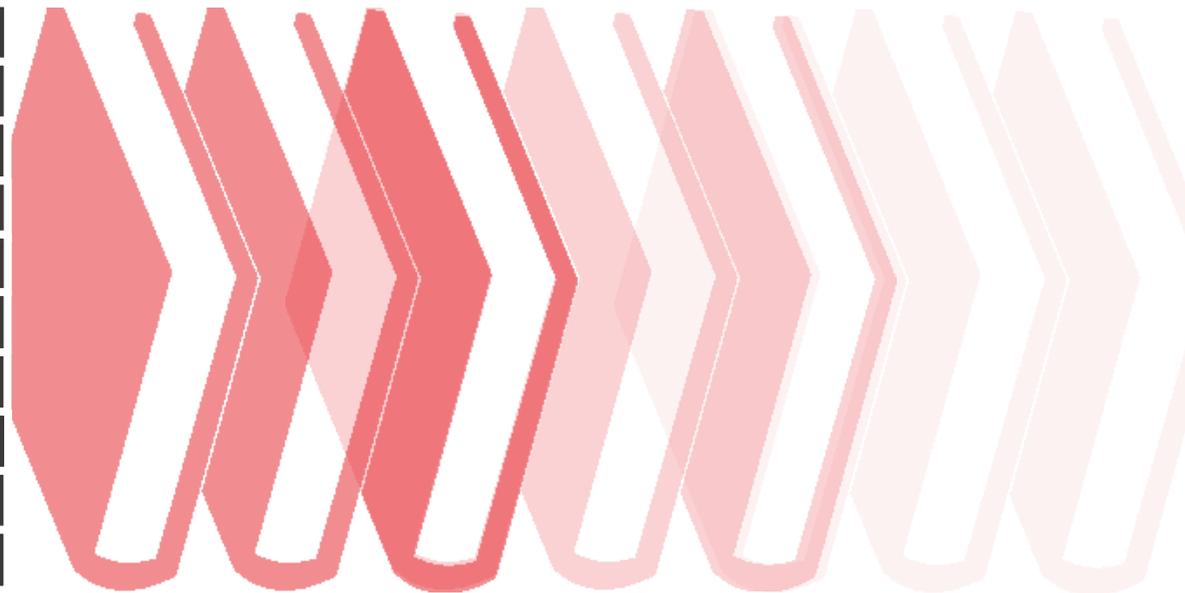
Órgãos Colegiados	a) Conselho Superior – CONSU; b) Comissão Própria de Avaliação – CPA; c) Colegiados de Curso; d) Núcleos Docentes Estruturantes
Gestão Superior	a) Diretoria Geral; b) Coordenação Acadêmica; c) Coordenações de Cursos
Órgãos de Apoio Acadêmico-administrativo	a) Secretaria Acadêmica; b) Biblioteca; c) Agência IESCAMP; d) Museu de Tecnologia; e) Assessoria de Comunicação; f) Limpeza; g) Manutenção; h) Segurança; i) NAD – Núcleo de Apoio Psicopedagógico; j) NUPEX – Núcleo de Pesquisa e Extensão; k) NUPE - Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente; l) Laboratórios

Em 2006, iniciou o funcionamento de seus dois primeiros cursos: Bacharelado em Administração e Licenciatura em Pedagogia. Em 2008 ampliou suas instalações físicas e, em 2009, consolidou ainda mais sua inserção junto à comunidade, enquanto instituição de Ensino Superior ao criar e implantar mais três novos cursos de Tecnologia: Recursos Humanos, Marketing e Logística. Posteriormente, em 2013 foram autorizados mais três cursos superiores de tecnologia: a) Análise e Desenvolvimento de Sistemas; b) Comércio Exterior e c) Gestão da Tecnologia da Informação totalizando oito opções de cursos de graduação ofertados. Além dos oito cursos de graduação presenciais a **Faculdade IESCAMP** criou nove opções de cursos de pós-graduação presenciais voltados às áreas correlatas aos cursos de graduação.



Os cursos de pós-graduação vigentes e correlatos aos cursos de graduação são: Psicologia, Neurociência e Comportamento;

Psicologia, Neurociência e Comportamento
MBA em Liderança e Gestão de Pessoas
Gestão Fiscal e Planejamento Tributário
MBA em Gestão Estratégica Empresarial
MBA em Comunicação Estratégica e Marketing Digital
COACHING com Ênfase em PNL
Psicologia Analítica
Psicologia do Trabalho
Designs Thinking e Soluções para os Negócios
MBA em Operações, Logística e Cadeias de Suprimentos



Para dar conta de seus princípios humanísticos, a Faculdade IESCMP tem buscado a interação com as organizações do mundo do trabalho, por meio de convênios com empresas parceiras, sindicatos, órgãos públicos e entidades assistenciais oferecendo aos futuros acadêmicos, Programas de Bolsa de Estudos, estágios remunerados e não remunerados, entre outros, os quais podem contar com a Agência IESCAMP, inclusive na busca e orientação por sua empregabilidade.

Também concede 100% de Bolsa de Estudos aos seus colaboradores, aos professores que desejam uma outra graduação e um percentual de desconto aos seus filhos, em suas unidades de educação básica e de educação superior. Além dos Programas de Bolsa de Estudos para os cursos de lato sensu oferecidos.

Os cursos de graduação presenciais da **Faculdade IESCAMP** abrangem: o Bacharelado, a Licenciatura e os Tecnológicos, na modalidade presencial. Também oferece a possibilidade de seus acadêmicos e professores se aprimorarem em sua área de atuação por meio da oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e de Extensão, bem como outros serviços à comunidade, de relevância e cunho educativo para o crescimento pessoal e profissional.

1.3 Objetivos e metas da instituição

Os objetivos expressam a situação que a Instituição deseja atingir e representam o que será realizado pela Instituição para que ela possa construir sua visão, cumprir sua missão e defender os seus valores. Dessa forma, seus objetivos são:

- Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. Ministrando o ensino em grau superior de graduação e de pós-graduação nos diversos ramos do saber.
- Incentivar o trabalho de iniciação científica visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a extensão, aberta à participação da produção, visando difundir as conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica tratadas na instituição, por meio de serviços que possibilitem a disseminação de conhecimentos e de informações, democratizando o saber academicamente construído, promovendo novos cursos para a prestação de serviços voltados à sociedade de seu entorno, com vistas à qualidade de suas atividades extensionistas, bem como à valorização da cultura local e nacional;

- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos em uma estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. Promover o estudo dos problemas relacionados ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país;
- Aperfeiçoar, de forma gradativa, as Políticas de Recursos Humanos, visando aprimorar a carreira do Corpo Docente e do Corpo Técnico Administrativo da instituição;
- Aprimorar, institucionalmente, por meio de convênios, parcerias e projetos de bolsas de estudo, o desenvolvimento social e econômico da Região Metropolitana de Campinas, na qual a Faculdade está inserida, com o objetivo de incluir jovens carentes no Ensino Superior.

1.4 Objetivos Específicos

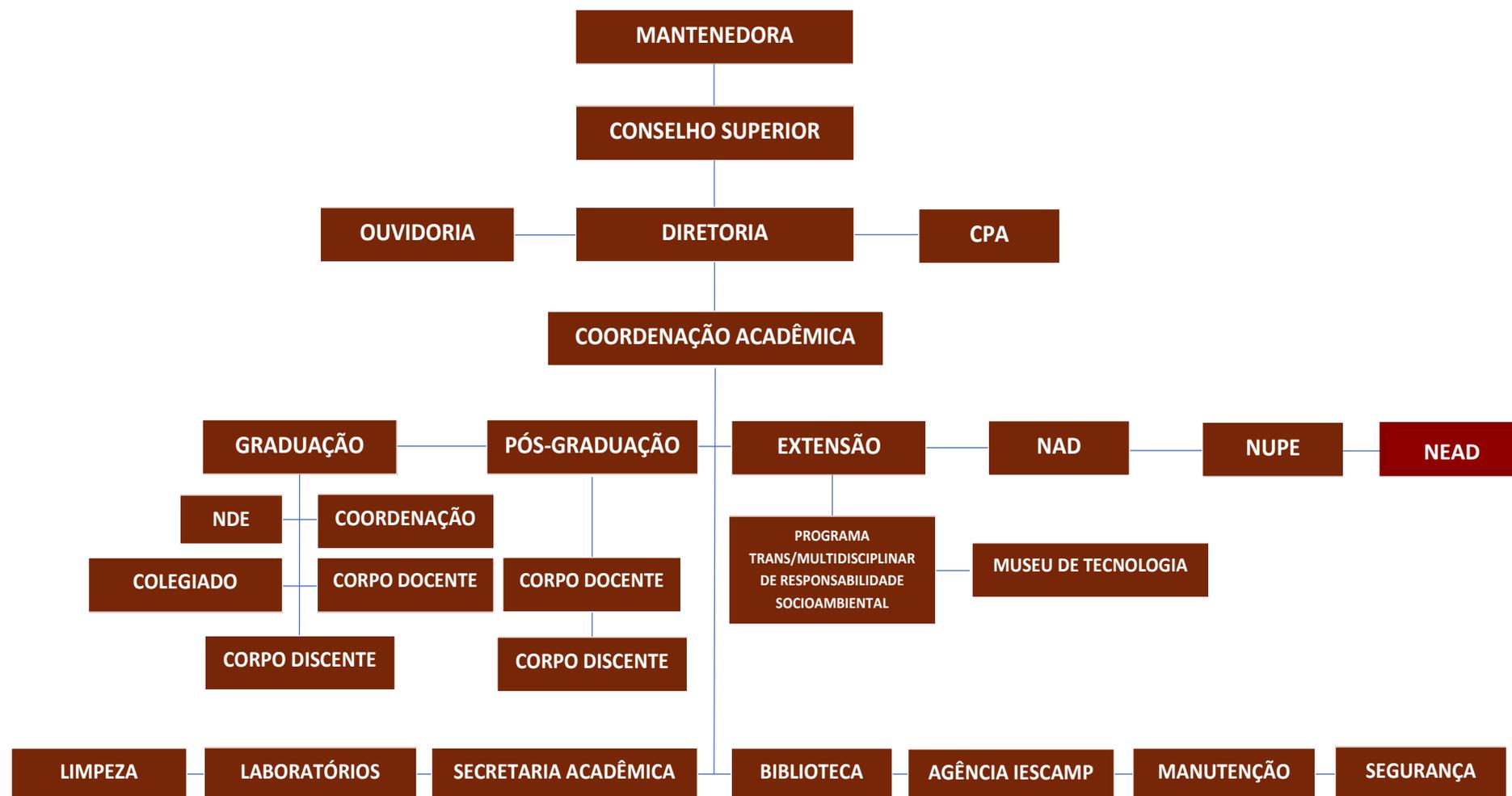
- I. Formar profissionais cidadãos nas diferentes áreas do conhecimento, aptos a participarem do desenvolvimento da sociedade brasileira e dos setores profissionais, incentivando a formação contínua de seus egressos, bem como o aperfeiçoamento profissional e pessoal para o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.
- II. Ampliar a difusão de bens e valores culturais, consolidando os programas culturais da comunidade interna extensivos à comunidade de seu entorno.
- III. Estimular e prover a participação da comunidade acadêmica nas discussões para a busca de soluções do mundo contemporâneo, mais especificamente, os nacionais e os da região de seu entorno.

- IV. Atender, dentro do possível, à comunidade local e regional, buscando manter relações de reciprocidade por meio da prestação de serviços especializados para fortalecimento de sua responsabilidade social.
- V. Aprimorar os Programas de Extensão, visando à participação dos membros da comunidade de seu entorno e a difusão do conhecimento, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológicas.

A educação pretendida pela **Faculdade IESCAMP** objetiva desenvolver profissionais e o bem-estar da coletividade, preparando-os para viver uma vida digna e produtiva, em harmonia com o meio ambiente e com o seu semelhante. Nesse sentido, seus diplomados estarão preparados para fazer uso correto e pleno de suas potencialidades e de suas capacidades, no exercício das profissões escolhidas. Mais importante ainda, seus egressos sairão conscientizados dos problemas da sociedade brasileira e da humanidade a serem enfrentados e se sentirão comprometidos com a solução desses problemas.

O ensino de Graduação na **Faculdade IESCAMP** constitui o foco central da Instituição. A partir das especificidades dos seus cursos de Graduação, a Faculdade direciona também sua área de atuação acadêmica para programas de Pós-graduação *Lato-sensu*

1.5 Estrutura da IES.



2. CONTEXTO REGIONAL

2.1 Inserção Regional e disposição geográfica

A cidade de Campinas e mais 20 municípios paulistas formam a REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – RMC, segundo *site* oficial da Prefeitura Municipal de Campinas, onde está localizada a **FACULDADE IESCAMP**. Fazem parte da Região Metropolitana de Campinas - RMC as seguintes cidades: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio da Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo, as quais juntas somam a área de 3.791,91 m², com PIB é de 157.842.099 milhões e mais de 3 milhões de habitantes.

Esta região é considerada o terceiro maior centro industrial do País e o segundo do Estado de São Paulo, (atrás da região metropolitana de São Paulo e Rio de Janeiro), gerando 8,5% do PIB do Estado de São Paulo no ano 2014. O PIB da cidade de Campinas perfaz em um total de aproximadamente R\$ 57.673.309,00.



Fonte: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>

A cidade de Campinas está localizada no interior do Estado de São Paulo. Pertence à microrregião e mesorregião homônimas, distante 99 km a noroeste da capital estadual, a cidade de São Paulo. Ocupa uma área de 794,57 km². Sua densidade demográfica é de 1.488, 14 hab/Km². Em 2017, sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1.182.429 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso de São Paulo (ficando atrás de Guarulhos e da capital) e o décimo quarto de todo o país.

A população de Campinas está distribuída em vários bairros e pelos **Distritos de Joaquim Egídio, Sousas, Barão Geraldo, Nova Aparecida, Campo Grande e Ouro Verde**. Campinas completou no ano de 2017, 243 anos de história. Fundada em 14 de julho de 1774, a cidade teve no café e na cana-de-açúcar as importantes atividades econômicas. Contudo, desde a década de 1930, a indústria e o comércio são as principais fontes de renda, o que a faz ser considerada um polo industrial regional.

Campinas é considerada a décima cidade mais desenvolvida do Brasil, responsável por pelo menos 15% de toda a produção científica nacional e o terceiro maior polo de pesquisa e desenvolvimento brasileiro. Possui ainda diversos atrativos turísticos, com valor histórico, cultural ou científico tais como: museus, parques e teatros. A Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas, fundada em 1974, é considerada uma das principais do país.



2.2 Educação

Na área educacional o Município de Campinas conta com escolas em todas as suas regiões. A população da zona rural tem fácil acesso às escolas em bairros urbanos próximos em razão da alta taxa de urbanização da cidade.

Segundo dados do *site* - Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, entre os anos de 2000 e 2010, “o IDHM passou de 0,735 em 2000 para 0,805 em 2010 - uma taxa de crescimento de 9,52%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,58% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,117), seguida por Longevidade e por Renda.

<i>Data</i>	<i>Campinas</i>	<i>Município de maior IDHM no Brasil</i>	<i>Município de menor IDHM no Brasil</i>	<i>IDHM Brasil</i>	<i>IDHM São Paulo</i>
1.991	0,618	0,697	0,120	0,493	0,578
2.000	0,735	0,820	0,208	0,612	0,702
2.010	0,805	0,862	0,418	0,727	0,783

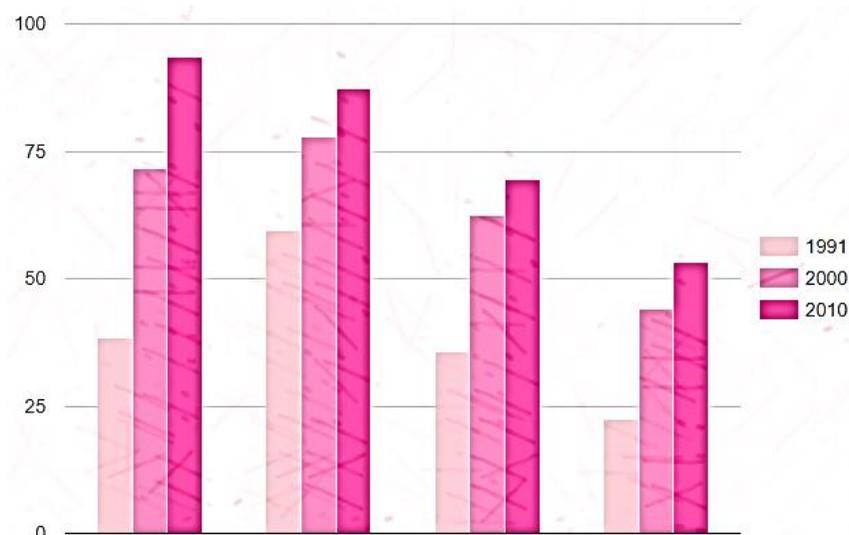
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Ainda segunda a fonte http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campinas_sp, as proporções da população educacional da cidade de Campinas constituída por crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar no município de Campinas, em 2010 registrou o percentual de 93,61% de crianças de 5 a 6 anos, frequentando a escola. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental foi de 87,20%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo foi de 69,52%; e a proporção

de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo foi de 53,20%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 55,17 pontos percentuais, 27,83 pontos percentuais, 33,91 pontos percentuais e 30,68 pontos percentuais.

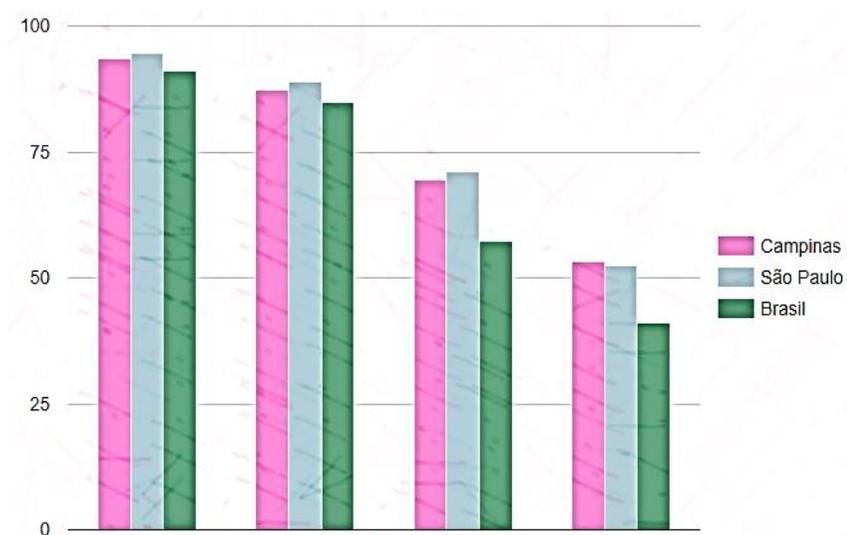
Em 2010, 89,28% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando a educação básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 87,93% e, em 1991, 79,75%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 21,46% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 15,74% e, em 1991, 10,24%.

Fluxo Escolar por Faixa Etária – Campinas/SP 1991/ 2000/2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Fluxo Escolar por faixa Etária – Campinas/SP 2010



<i>Campinas</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Brasil</i>
93,61%	94,49%	91,12%
87,20%	89,04%	84,86%
69,52%	71,21%	57,24%
53,20%	52,33%	41,01%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Os gráficos acima referem-se à expectativa de anos de estudo sintetizando a frequência da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 10,06 anos para 10,10 anos, no município, enquanto no Brasil passou de 10,23 anos para 10,33 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 9,85 anos, no município, e de 9,68 anos no país.

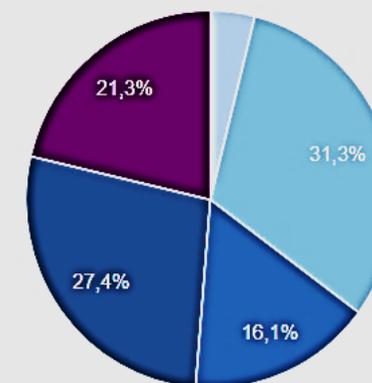
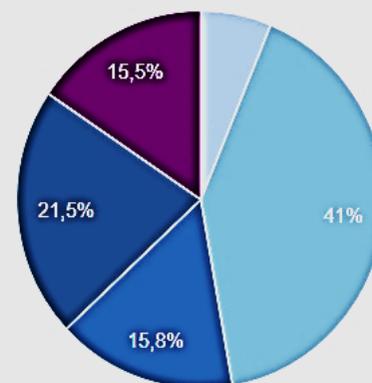
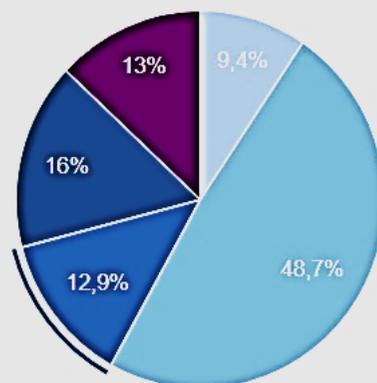
Ainda segundo os dados deste site, um outro indicador importante que também compõe o IDHM Educação refere-se à escolaridade da população adulta. Em outros termos, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. “Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 56,84% para 67,71%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 44,77%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 3,89% eram analfabetos, 64,84% tinham o ensino fundamental completo, 48,72% possuíam o ensino médio completo e 21,31%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%”, conforme ilustram os gráficos.

Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 1991

Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2000

Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2010

- Fundamental incompleto e analfabeto
- Fundamental incompleto e alfabetizado
- Fundamental completo e médio incompleto
- Médio completo e superior incompleto
- Superior completo



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Por outro lado, o Censo Escolar, entre 2012 e 2013, mostrou um pequeno crescimento de matrículas no ensino médio em Campinas, pois o número de estudantes cresceu de 35.499 para 35.743. Registrou-se também, neste mesmo período, um aumento no número de matriculados no ensino médio em período integral, de 138 para 415 estudantes.

2.3 Economia e trabalho

Nos últimos 100 anos, a região de Campinas vem ocupando e consolidando uma importante posição econômica nos níveis estadual e nacional. Situada nas proximidades da Região Metropolitana de São Paulo, comporta um parque industrial abrangente, diversificado

e composto por segmentos de natureza complementar. Possui uma estrutura agrícola e agroindustrial bastante significativa e desempenha atividades terciárias de expressiva especialização.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 1,13% trabalhavam no setor agropecuário, 0,16% na indústria extrativa, 12,07% na indústria de transformação, 5,96% no setor de construção, 0,96% nos setores de utilidade pública, 14,74% no comércio e 53,43% no setor de serviço.

De acordo com os dados do site http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campinas_sp, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da população negra, em 2010, é de 0,741, o que situa essa parcela da população de Campinas na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O IDHM da população branca é de 0,836, que a situa na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). Em números absolutos, a diferença entre ambos é de 0,095, conforme quadro abaixo:

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Campinas – SP

	2000	2010
<i>Taxa de atividade - 18 anos ou mais</i>	68,99	68,73
<i>Taxa de desocupação - 18 anos ou mais</i>	14,58	6,25
<i>Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais</i>	70,97	77,69
<i>Nível educacional dos ocupados</i>		
<i>% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais</i>	66,52	75,29
<i>% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais</i>	48,19	57,98

<i>Rendimento médio</i>		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	12,80	6,98
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	45,98	48,94

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A vulnerabilidade social de Campinas pode ser exemplificada no quadro a seguir, segundo dados do mesmo site, Atlas Brasil:

Vulnerabilidade Social - Município - Campinas – SP

<i>Crianças e Jovens</i>	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	23,60	18,06	11,81
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	72,27	44,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	13,27	5,17	4,05
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	7,07	4,92
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,69	2,71	1,85
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	5,55	4,86
<i>Família</i>			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	8,28	9,32	10,72
% de vulneráveis e dependentes de idosos	0,90	1,04	0,83

% de crianças extremamente pobres	1,77	3,02	2,30
<i>Trabalho e Renda</i>			
% de vulneráveis à pobreza	17,46	18,34	11,39
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	31,33	21,66
<i>Condição de Moradia</i>			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	94,02	97,26	97,30

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Outros dados interessantes que devem ser considerados são os que se relacionam as questões de renda, pobreza e desigualdade social que, segundo esta mesma fonte, podem ser verificados nos seguintes quadros:

Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Campinas – SP				
	N/2000	B/2000	N/2010	B/2010
Renda per capita	-	-	735,52	1.696,71
Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais	-	-	1.178,14	2.435,94
% de extremamente pobres	-	-	2,04	0,60
% de pobres	-	-	5,79	1,85
Índice de Gini	-	-	0,46	0,55

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Ocupação de trabalho da população de 18 anos ou mais - Município - Campinas – SP

	N/2000	B/2000	N/2010	B/2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	-	-	71,81	67,61
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	-	-	8,30	5,32
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	-	-	75,59	78,62
Nível educacional dos ocupados				
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	-	-	63,00	80,74
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	-	-	40,80	65,68
Rendimento médio				
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	-	-	9,53	5,85
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	-	-	66,61	41,14
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	-	-	93,67	74,71

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Destaca-se ainda pela presença de centros inovadores no campo das pesquisas científicas e tecnológicas, bem como no Aeroporto de Viracopos – o segundo maior terminal aéreo de cargas do País, localizado no município de Campinas. Em 2012, Viracopos registrou um fluxo de cargas embarcadas e desembarcadas em voos internacionais de cerca de 246.219 toneladas. De cada três toneladas de mercadorias exportadas e importadas, uma passa pelo aeroporto, que também responde por 18,1% do fluxo aéreo total de cargas no Brasil. Em relação ao transporte de passageiros, o aeroporto campineiro ultrapassou a marca de 8,8 milhões de passageiros.

A RMC também conta com a Região do Polo Têxtil que compreende os municípios de Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Nova Odessa e Hortolândia sendo o maior do Brasil, responsável por 85% da produção nacional de tecidos. A REPLAN, maior refinaria da Petrobras em produção, encontra-se também nessa região, na cidade de Paulínia município pertencente a RMC.

Essa Região possui amplo sistema viário, bastante ramificado, e que apresenta os seguintes eixos principais: a Rodovia dos Bandeirantes e a Rodovia Anhanguera, que ligam a cidade de São Paulo ao interior paulista, cortando RMC; a rodovia SP-304, rumo a Piracicaba, a Rodovia Santos Dumont, rumo a Sorocaba e a Rodovia Dom Pedro I, que faz a ligação com o Vale do Paraíba, entre outras. Entre as rodovias que servem de ligação entre as cidades da RMC, se destacam:

- Rodovia Professor Zeferino Vaz (Campinas-Paulínia-Cosmópolis-Artur Nogueira-Conchal)
- Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença (Campinas-Hortolândia-Capivari)
- Rodovia Prefeito José Lozano Araújo ou Rodovia 330-110 (Paulínia-Sumaré-Hortolândia)
- Rodovia Adhemar de Barros (Campinas-Mogi Mirim-Mogi Guaçu)
- Rodovia Doutor Roberto Moreira (Paulínia-Campinas)
- Rodovia Miguel Melhado Campos (Vinhedo-Campinas)
- Rodovia Miguel Noel Nascentes Burnier (Mogi-Mirim-Campinas)

2.4 Ciência e Tecnologia

Embora a história que ligue Campinas à tecnologia remonte há mais de cem anos (Campinas foi a terceira cidade do mundo a adotar a tecnologia do telefone, em 1883, após Chicago e Rio de Janeiro quando foram instalados 57 aparelhos e o Instituto Agrônomo de Campinas que foi fundado em 1887) a cidade ganhou um grande impulso com a estruturação do campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), iniciada em 1962.

Atualmente, Campinas é o terceiro maior polo de pesquisa e desenvolvimento do Brasil, responsável por pelo menos 15% da produção científica nacional (segundo dados de 2010). As universidades locais também têm grande empenho na área, como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que é a maior produtora de patentes de pesquisa no país, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a Faculdades de

Campinas (FACAMP), a Faculdade Metrocamp, a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e a Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC), dentre outras.

Além de diversas instituições de ensino superior e, dentre elas a **FACULDADE IESCAMP**, o município também sedia importantes institutos de pesquisas, como o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Centro de Tecnologia da Informação Renato Ascher (CTI), Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), dentre outros.

2.5 Saúde

Na cidade existem 19 hospitais gerais, sendo três públicos, onze privados e cinco filantrópicos. Campinas conta ainda com 11 443 médicos, 10,7 para cada mil habitantes, e, em 2009, havia 341 290 mulheres em idade fértil (entre 10 e 49 anos). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da longevidade em Campinas é de 0,860, com expectativa de vida de 72,22 anos.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Campinas possui 51 médicos, 18 enfermeiros e 70 motoristas. Também há 61 Centros de Saúde (Unidades Básicas de Saúde), aproximadamente 1 para cada 20 mil habitantes.

2.6 Meio Ambiente

A Política Nacional do Meio Ambiente concebe o meio ambiente como sendo patrimônio público, o qual deverá ser assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo (Lei Política Nacional do Meio Ambiente - Lei Federal nº 6.938/1981, art. 2º, I).

Desta forma, cumpre apontar que, em nível constitucional, os princípios da ordem econômica, do meio ambiente ecologicamente equilibrado e da função social da propriedade ensejam análise nas cidades e no campo. Nesta ótica, o desenvolvimento sustentável

tem como característica a satisfação das necessidades humanas (habitação, trabalho, lazer, cultura, transporte, saúde, educação, entre outros) e a busca da eliminação das externalidades negativas produzidas por essas atividades antrópicas.

A Constituição de 1988 confere aos poderes públicos, bem como ao cidadão ou a sociedade não somente a possibilidade, mas também o dever de proteção do meio ambiente (art. 225). Nesse sentido, os entes federativos têm competência comum para tratar a questão ambiental por meio da elaboração de Políticas Ambientais Nacionais, Estaduais, Regionais e Municipais, conforme disciplinada nesta Carta Magna em seu art. 23, caput e inciso VI, atualmente regulamentada pela Lei Complementar nº 140/2011.

Pelos registros históricos é possível observar que a relação da cidade com o ambiente natural nunca foi harmoniosa. Desde 1770 quando as matas e florestas começaram a ser sistematicamente derrubadas para dar espaço para o plantio de cana-de-açúcar passando, anos à frente, já em meados do Século XIX, para o cultivo de café, os recursos naturais sempre foram depauperados em prol de um uso mais utilitário do espaço e dos ativos ambientais.

Segundo o diagnóstico do PMC (2016), há relatos do naturalista Saint Hilaire, do início do Século XIX, descrevendo “a presença de florestas não muito distantes da sede da cidade, mas também a presença de mais de cem engenhos de açúcar e destilarias” mostrando de forma clara a desconfiguração da paisagem natural em detrimento de seu uso, naquele momento, agrícola. Se os resultados dessa visão utilitarista promoveram Campinas e região a um status de destaque como maior produtor de café de São Paulo no Século XIX, pela criação de uma malha ferroviária consistente com o avanço da produção agrícola, pelo desenvolvimento industrial, urbanização e crescimento demográfico, por outro lado suprimiu ainda mais as matas virgens criando fragmentos de vegetação isolados e pouco representativos dos biomas que existiam. Prova disso é que entre 1836 e 1854, enquanto a Província de São Paulo

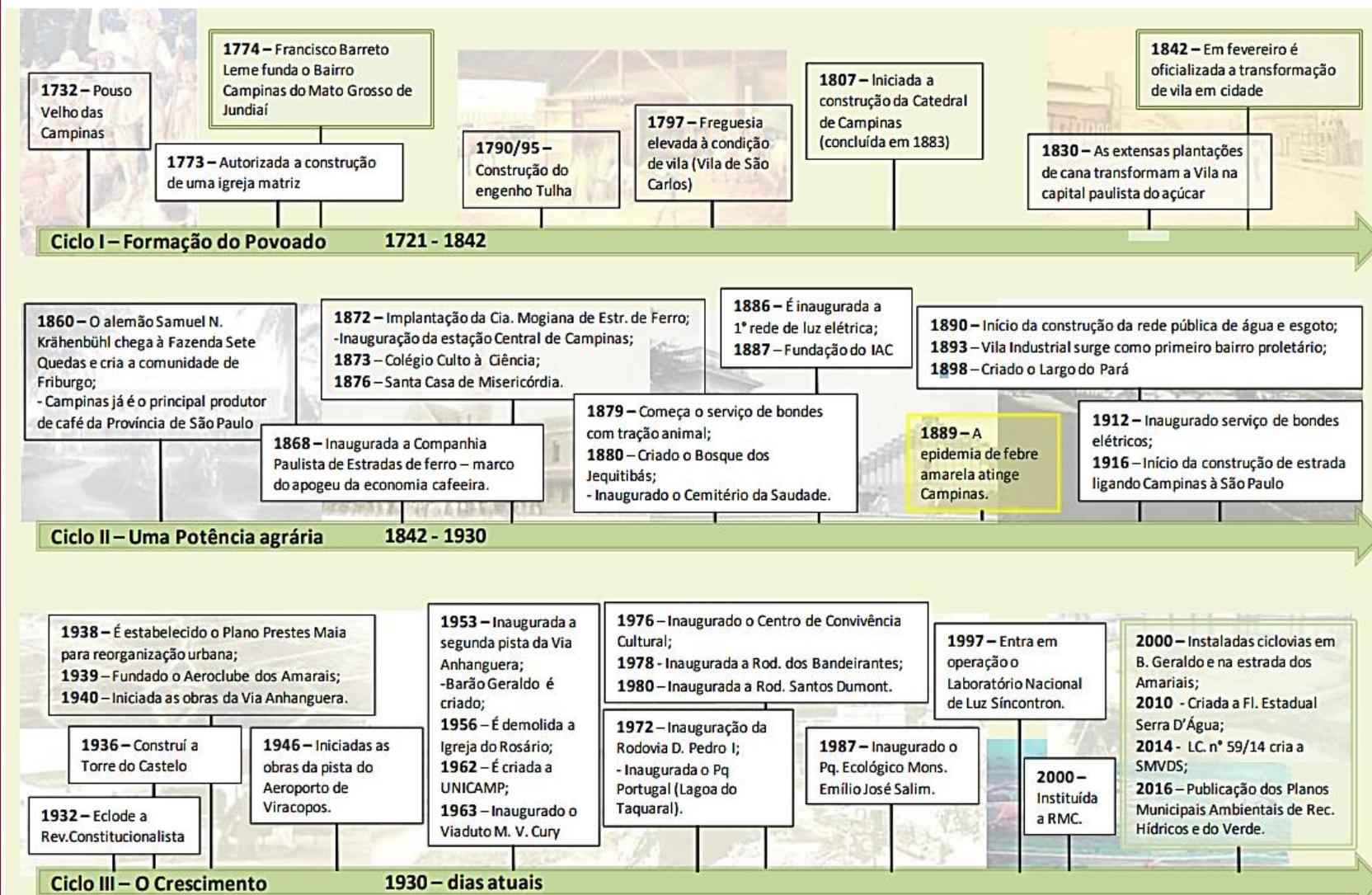
crescia 2,1%, Campinas crescia 4,3% (BAENNIGER, 2002 apud PMV, 2016), mostrando que o crescimento populacional da cidade sobrepujava ao da Província, especialmente durante o ciclo do café.

Com a evolução dos ciclos econômicos, Campinas passou de agrícola para industrial e, posteriormente, para prestação de serviços. Com isso, o crescimento populacional e o processo de construção do espaço urbano consolidaram a forma de uso e ocupação da paisagem (não mais natural), promovendo, de um lado a produção tecnológica, de outro a especulação imobiliária. Uma primeira forma de reorganização da cidade foi o “Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas” promovido por Francisco Prestes Maia (1934) que “induziu o loteamento de grandes fazendas e estabeleceu eixos viários, produzindo um novo cenário de ocupação” (PMRH, 2016) e trouxe para a cidade a visão higienista de canalização dos cursos d’água e ocupação das planícies de inundação e supressão das matas ciliares.

A adoção desse tipo de planejamento teve como motivação a questão urgente de saúde pública e saneamento, além de promover a “implantação de jardins urbanos traduzidos como praças ajardinadas, passeios públicos e avenidas arborizadas, cujas áreas verdes se tornam o novo elemento para a definição do traçado urbano ... se configurando como um relevante instrumento de organização e embelezamento do espaço” (LIMA, 2007 apud PMV, 2016). No entanto, consolidou na alma do campineiro o desapego às matas e a valorização do urbano, do concreto, do artificial. Na mesma direção, a construção dos eixos viários das Rodovias Anhanguera, Bandeirantes, D. Pedro I e Santos Dumont e dos aeroportos do Campo dos Amarais e de Viracopos reafirmou a vocação pelo modo de vida veloz e tecnológico em detrimento do natural. Com isso, a cidade virou as costas para os seus recursos naturais associando, por exemplo, os cursos d’água com vielas e canais sanitários.

O diagnóstico feito pelo PMRH (2016) afirma: “a relação do município com os Recursos Hídricos pode ser interpretada pelos projetos de loteamento e uso do solo, que frequentemente marginalizam os bens ambientais, colocando-os nos fundos dos lotes ou em áreas de praça doadas ao município sem o mínimo de acessibilidade, investimento em função social (dessas áreas), paisagismo ou se quer recuperação ambiental. Falta a integração e a adoção dessas importantes áreas no desenvolvimento dos projetos urbanísticos para combater a marginalização de tais áreas.” Segundo o PMRH (2016), atualmente a cidade é composta de um mosaico de usos industriais, comerciais e de serviços encravados em uma matriz puramente residencial concentrada nas regiões centro e sul da cidade. Nas regiões periféricas, especialmente ao norte do município, predominam usos rurais, as áreas verdes e as unidades de conservação.

Para melhor compreensão do processo histórico ambiental de cidade de Campinas, retomamos abaixo, figura ilustrativa do site oficial do governo municipal, com os ciclos e períodos formativos:



Fonte: Adaptado de Campinas 240 anos de história. Disponível em: <https://240anos.campinas.sp.gov.br/livro-campinas-240>

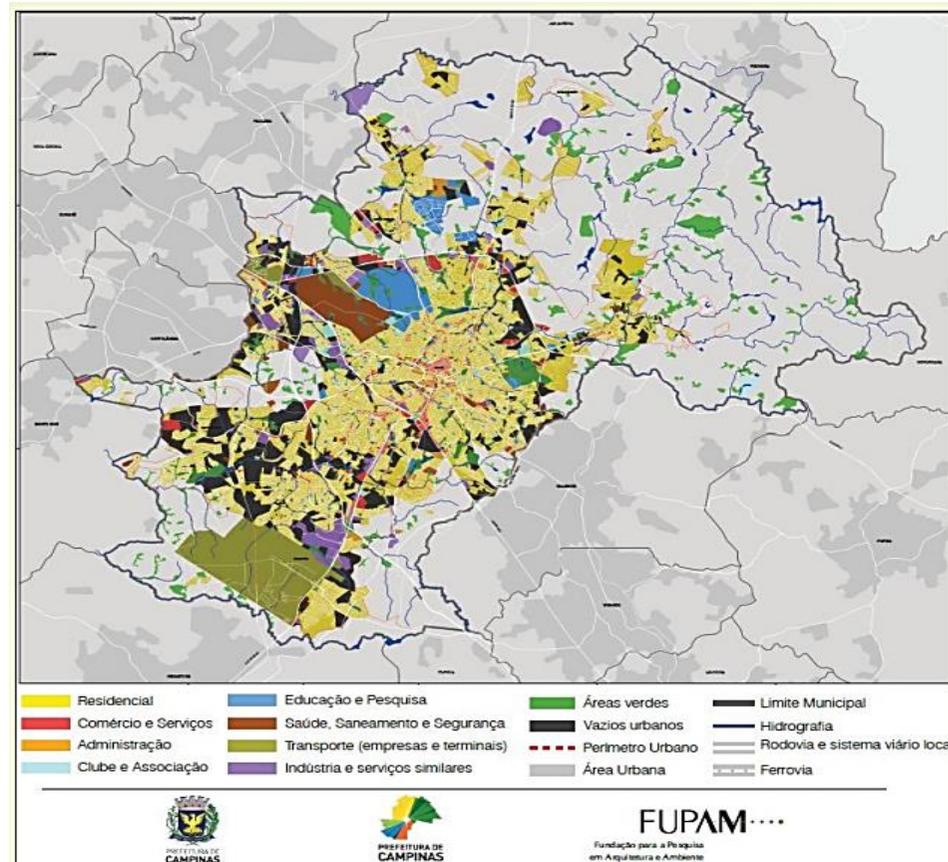
Segundo o PMRH (2016), atualmente a cidade é composta de um mosaico de usos industriais, comerciais e de serviços encravados em uma matriz puramente residencial concentrada nas regiões centro e sul da cidade. Nas regiões periféricas, especialmente ao norte do município, predominam usos rurais, as áreas verdes e as unidades de conservação, conforme ilustrado a seguir:

O diagnóstico do PMRH (2016) ainda sumariza o cenário atual como sendo composto basicamente por três forças motrizes interdependentes para o uso e ocupação: (1) os eixos de mobilidade (rodovias, ferrovias e aeroportos); (2) o mercado imobiliário e de lazer; e (3) o mercado de serviços e terceiro setor. Essas forças atuando conjuntamente modificam a paisagem de Campinas

promovendo o crescimento urbano e pressionando os recursos naturais que restam para o isolamento e, algumas vezes, supressão.

Fonte: Revisão da lei de Uso e Ocupação de Campinas - 2016. Produzido por SEPLAN/PMC. Realizado por FUPAM (2015)

Até mesmo a legislação vigente – Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação, estimulam o desenvolvimento da cidade, mas não valorizam os rios e matas ciliares que, muitas vezes, são tomadas como “causadoras de problemas” para drenagem urbana, utilizadas como pontos de descarte de resíduos sólidos e ocupadas de forma irregular. O diagnóstico do PMV (2016) deixa claro que os poucos remanescentes de cobertura florestal ou foram transformados em bosques e parques dando uma



função social de lazer à população ou, devido às suas características ecológicas, transformadas em áreas protegidas como Unidades de Conservação, Reservas Legais ou Patrimônios Naturais Tombados. Porém, nunca houve a elaboração de um documento que diagnosticasse a situação real dessas áreas, bem como discutisse tecnicamente e com a população, as melhores formas de gestão dessas áreas e/ou dos recursos naturais como um todo.

Outros aspectos importantes das questões ambientais referem-se aos aglomerados urbanos, como é o caso da destinação dos resíduos por eles produzidos. Com o crescimento populacional e das cidades como um todo intensifica-se cada vez mais este montante. Isso resulta em certa desordem ambiental, que incide diretamente no gerenciamento adequado da coleta e destinação final do resíduo urbano, ambientalmente correto pelos órgãos responsáveis. Porém, cabe a cada cidadão e a sociedade conscientizarem-se de seu papel enquanto partícipes desta situação, não cabendo, portanto, ações específicas e exclusivas dos órgãos públicos em cada esfera administrativa. Portanto, a educação ambiental é tema importante que deve ser tratada nas instituições de ensino e demais organizações educacionais.

Neste sentido, a **Faculdade IESCAMP** contribui com seus acadêmicos e demais atores sociais, para a educação ambiental ao desenvolver ações oriundas de seu Projeto Institucional Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental. Este projeto tem por objetivo sensibilizar a comunidade interna e externa nos seguintes aspectos: a) valorização da diversidade; b) meio ambiente; c) memória cultural e artística; d) patrimônio cultural; e) ações afirmativas em defesa e promoção dos direitos humanos; f) igualdade étnico-racial, conforme estabelecidas nos documentos do MEC. Suas ações específicas serão implantadas mediante planejamento acadêmico de cada período letivo.

2.7 Desenvolvimento Urbano

No ano de 2000, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade de Campinas tinha 283.446 domicílios entre apartamentos, casas e cômodos. Desse total, 197.536 eram imóveis próprios. Destes, 162.263 próprios já quitados (57,25%), 35.273 em aquisição (12,44%) e 50.244 alugados (17,73%); Grande parte do município possui: água tratada, energia elétrica, esgoto, limpeza urbana, telefonia fixa e telefonia celular. Ainda neste ano, 96,37% dos domicílios eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água; 95,45% das moradias possuíam coleta de lixo e 85,88% das residências possuíam escoadouro sanitário.

O abastecimento de água é feito pela Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA). Atualmente a empresa atende 98% da população urbana, com 210.000 ligações, por meio de 3 112 km de tubulações. A maior parte da água (95%) captada pela Sanasa para o abastecimento de Campinas é oriunda do Rio Atibaia, que passa no distrito de Sousas, região leste de município. Os 5% restantes são captados no Rio Capivari, na região sul da cidade. Essa empresa também é a responsável pela coleta do esgoto. O volume médio anual de água potável produzido é da ordem de 100 milhões de metros cúbicos, que são transportados por mais de 3 884 quilômetros de adutoras e redes de distribuição e reservado em 69 reservatórios dispersos pela cidade.

O serviço de fornecimento de energia elétrica é feito pela Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, cuja sede se localiza na cidade. Atualmente existem 14,5 milhões de pontos de iluminação pública. Em dados da Agência Nacional de Telecomunicações, em maio de 2011 Campinas possuía 462.233 telefones fixos (referentes apenas às concessionárias da Telefónica e Telesp).

Campinas conta também com diversos jornais em circulação, como o Correio Popular e o Diário do Povo. Dentre as rádios, destacam-se a Rádio Bandeirantes, a Rádio Brasil e a Rádio Globo. Também há várias emissoras de televisão.

Em se tratando de transmissão digital, Campinas foi a primeira cidade não capital do Brasil a ter TV digital, com a EPTV, afiliada da Rede Globo, em 3 de dezembro de 2008.

2.8 Inserção da Faculdade IESCAMP em Campinas

A expansão de novas atividades e de fronteiras econômicas que se abrem para o Município de Campinas voltadas às atividades de comércio e indústria, sinalizam uma demanda por educação superior de qualidade, principalmente, para a população jovem e adulta dos grandes bairros, como é caso do Jardim Garcia, onde a **Faculdade IESCAMP** está localizada ofertando ensino superior a todos que os que desejam continuar sua educação acadêmica.

Dada a essa expansão e o crescimento constante da RMC, Campinas tem grande necessidade de continuar otimizando a qualificação dos recursos humanos para o seu mundo de trabalho, de maneira a atender o dinamismo da região onde está inserida, considerada como uma das mais ricas e promissoras do Estado de São Paulo.

Além disso, Campinas aparece em 5º lugar entre os cem municípios analisados pelo Índice das Melhores e Maiores Cidades Brasileiras. Em 2013 foi considerada a Metrópole Campeã de bem-estar no Brasil. O indicador revela que Campinas (interior de São Paulo) tem a melhor situação entre 15 conglomerados urbanos.

O estudo do Instituto Nacional de Ciência Tecnologia Observatório das Metrópoles, baseado no Censo de 2010 do IBGE, mostra melhores condições de vida para os cidadãos de regiões metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. O Ibeu (Índice de Bem-Estar Urbano) considera, por exemplo, fornecimento de energia, iluminação pública, coleta de lixo e tempo de deslocamento dos cidadãos de suas casas para o trabalho. São cinco quesitos que compõe nota de zero a um. Com 0,873, Campinas foi a única que recebeu a classificação “boa ou excelente”.

Toda essa dinâmica de crescimento redundando em uma economia forte e diversificada, além de excelente infraestrutura de transportes e de comunicação aliados aos níveis de escolaridade, qualidade de vida que acenam e justificam o aumento de investimentos, tanto público quanto privado, no Ensino Superior de qualidade em Campinas, justificando a oferta dos cursos superiores pela **Faculdade IESCAMP**, tanto presenciais quanto a distância.

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES

3.1 Referencial ético-político

Uma breve leitura do processo de globalização característico da sociedade contemporânea e da situação brasileira dentro desse contexto é indispensável para a melhor compreensão da realidade do ensino superior que ora se apresenta. Somos um país que se revela por meio de carências e riquezas. Carências que se evidenciam pelas amplas diferenças culturais, sociais, econômicas e de muitos problemas advindos de sua constituição étnica, da forma de colonização das diversas regiões geográficas e de suas diferenças climáticas. Riquezas manifestas por meio de seus recursos naturais e do potencial produtivo nas diversas áreas: agrícola, industrial, comercial, turística, entre outras. Essa disparidade, associada aos problemas vivenciados pela sociedade contemporânea, contribuem para os problemas urbanos ligados à violência, saúde, meio ambiente, desemprego ou subemprego, moradia, educação, dentre outros, os quais também estão presentes em várias partes do mundo. Tais características, associadas ao processo de desenvolvimento oriundo da globalização e das inovações tecnológicas da informação requeridas pelo contexto mundial, desafiam a educação, a função social do ensino superior e o processo de socialização do conhecimento.

O cenário da globalização e a necessidade de maior democratização dos processos e meios de produção, a difusão e as exigências cada vez mais crescentes do acesso a novos conhecimentos especializados e de novos critérios de qualidade, extrapolam os ambientes acadêmicos suscitando preocupações com a qualidade de vida, valores de uso, custo do acesso a produtos e processos, questões éticas relativas ao controle do conhecimento, entre outras. Isso tende a ressaltar a atuação do Estado e de suas agências, e das instituições responsáveis pela produção e disseminação de conhecimentos, sejam elas públicas ou privadas. Nessa perspectiva, alguns padrões tornam-se obsoletos cedendo lugar a novos padrões e perfis profissionais e de trabalho, o que requer a adoção de uma nova postura, ou seja, de perfis voltados para maior capacidade inovadora e empreendedora.

Outro aspecto de fundamental importância que precisa ser considerado na sociedade contemporânea diz respeito à fragilidade dos “meios tradicionais de doação de identidade” apontada por Costa¹, tais como a família e a própria escola, pois estes não são lugares únicos de construção de nossa identidade, uma vez que a mídia é responsável por um imenso volume de trocas simbólicas e materiais de dimensões globais que repercutem diretamente nas relações entre cultura e sociedade. Por exemplo, o acesso rápido às informações que transformam radicalmente os modos de interação entre indivíduos e grupos, em vista da presença cotidiana das novas tecnologias de comunicação na vida das pessoas e no funcionamento geral da sociedade. Outro exemplo, “a forma como os adolescentes e jovens buscam na publicidade uma espécie de inspiração para suas práticas – o modo como se expressam, oralmente ou por escrito, o modo como recebem as manifestações artísticas de todos os tipos, o modo como se comunicam com os adultos e seus pares, o modo enfim como compreendem o social e a si mesmos, quase sempre caracterizado por uma unidimensionalidade de sentidos” (Krug e Azevedo in: Silva org., 2000: 28)

Para esses autores, os adolescentes e jovens revelam a identidade de seu tempo e a linguagem que os constitui no seu cotidiano, bem como sua maneira de expressar que, na contemporaneidade, o mercado, a publicidade e os meios de comunicação tem lhes oferecido respostas a questões fundamentais, tais como quem as representa, quem fala delas e de cada uma delas em particular, quem sabe de seus interesses. Há um grande apelo às suas inquietações, “entre elas o culto ao corpo, por exemplo, o qual se transformou no grande lugar de identidade, muito mais do que a crença em qualquer utopia política ou crença religiosa.” (idem). Nesse sentido, as IES, de modo geral, precisam compreender que nem as identidades nem os processos reguladores da cultura são inteiramente fixos. As mudanças percebidas nas questões éticas e morais, quando comparadas à mídia e ao mundo do espetáculo, colocam as escolas, ao mesmo tempo, em situação de perplexidade, desconforto e desafio.

¹ Ver COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude e nem favor – estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Diante desse contexto, a visão de homem na sociedade requer do ensino superior não só atenção à formação de profissionais, como também à formação de cidadãos. Assim, a função social penetra nas instituições de ensino superior, as quais serão orientadas não só pelos desafios tecnológicos, como também pelas questões éticas que dizem respeito à amplitude da atividade humana. Em outros termos, sua tarefa é buscar equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística.

Tal percepção da sociedade contemporânea exige que as instituições deem conta de todas as noções de imagens prévias dos estudantes (incluindo aí a massa de informações, valores e símbolos identitários consumidos a partir dos meios de comunicação), reelaborando-os, incorporando-os criticamente e realizando sua difícil articulação com o conhecimento científico. Assim, formar profissionais dentro desse contexto é um grande desafio, faz-se necessário repensar o ensino superior brasileiro e acompanhar ininterruptamente a evolução tecnológica, para delinear e formar o perfil profissional esperado nesse cenário.

A necessidade de expressivo crescimento da “cobertura educacional para as próximas décadas”, declarada na Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e do Caribe, é outra questão a se considerar. Essas novas exigências requerem das instituições de ensino superior a criação de novas estruturas e de novas propostas acadêmicas que propiciem, por meio de sua autonomia, a formação de profissionais competentes, com excelente suporte sociocultural, técnico, científico e artístico voltados para os países da região, e também a introdução de novos modelos educativos que contribuam para a superação dos baixos níveis de desempenho, do atraso e do fracasso estudantil diagnosticado, bem como para incentivar os professores na utilização de um conjunto de modalidades didáticas presenciais ou virtuais, que melhor se adequem às necessidades e heterogeneidade dos estudantes, sobretudo, que sejam utilizados de forma mais eficaz os espaços educativos que abarcam a atuação de pessoas de diferentes procedências sociais e contextos culturais.

Aspecto igualmente importante é a dicotomia apresentada à IES, ou seja, de um lado a valorização do conhecimento e a possibilidade de ampliação de novos serviços, de outro, antigas leituras de estabilidade no emprego e de crescente “terceirização” de atividades, antes desenvolvidas pelas empresas e órgãos públicos, forçando os indivíduos a buscar o aprimoramento pessoal, a atualização constante de conhecimentos e a realização de novas ideias para a chance de sucesso em um ambiente altamente competitivo. Esse quadro destaca, cada vez mais, a importância do conhecimento nas sociedades contemporâneas e da necessidade da formação dos indivíduos como homens virtuosos. Em outras palavras, homens completos conforme a doutrina aristotélica, completos porque se expressam sob a ótica da singularidade e sob a ótica da coletividade. Enquanto sujeitos singulares demonstram sua individualidade e, coletivamente, revelam suas riquezas e valores. Assim, aptos não só para responder às demandas sociais, como também para ser agentes de transformação na sociedade, sem prescindir da ética nas práticas humanas.

Essas questões impulsionam o modelo acadêmico caracterizado pela indagação de problemas em seus contextos, quais sejam: a) a produção da transferência do valor social dos conhecimentos; b) o trabalho conjunto com as comunidades, por meio da pesquisa científica, tecnológica, humanística e artística fundamentada na definição explícita dos problemas detectados, de solução fundamental para o desenvolvimento do país ou da região e o bem-estar da população; c) uma tarefa ativa de divulgação, vinculada à criação de uma consciência cidadã, sustentada no respeito aos direitos humanos, e à diversidade cultural; d) um trabalho de extensão que enriqueça a formação e que colabore na identificação de problemas para a agenda da pesquisa e crie espaços de ação conjunta com distintos atores sociais, especialmente, com os mais excluídos e marginalizados. (Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe, 2008)

Dessa forma, as ações educativas propostas pela **Faculdade IESCAMP** precisam dar conta dessa leitura de mundo, em busca de um paradigma de sociedade e de educação que propicie a formação global e crítica dos sujeitos envolvidos no processo, enquanto

transformadores dessa realidade percebida, capacitando-os para o exercício de cidadania, com respostas para os problemas contemporâneos.

Para tanto, é necessário exprimir a intencionalidade pedagógica, política, cultural, profissional e social da educação na instituição, de forma a constituir relações entre a escola, sua estrutura formal e os sujeitos que a produzem e vivenciam, no seu cotidiano, os valores elaborados nos contextos sociais que permitam atribuir significado às suas ações. O diálogo com a sociedade é o primeiro passo a ser dado.

Diante disso, o PPI é ferramenta essencial para a condução da IES, por se tratar de ação intencional e de compromisso sociopolítico voltado para a formação do cidadão em determinada sociedade. Ao mesmo tempo em que delimita as ações educativas necessárias para que a IES consolide seus propósitos e intenções.

A **Faculdade IESCAMP**, enquanto instituição privada, ainda que necessite considerar sua sobrevivência financeira e, para isto, ser administrada como organização, assume, em primeiro lugar, seu compromisso de ser não apenas uma empresa e um local onde se ensinam conteúdos, mas um espaço em que se busca a formação e o desenvolvimento do acadêmico, da região e do país. Assim, o PPI define suas práticas educativas e sua proposta de conhecimento e intervenção na realidade diagnosticada, por meio da formação de sujeitos críticos, criativos, éticos, com habilidades e competências nas diferentes áreas do conhecimento.

3.2 Referencial filosófico-educacional

Acreditar na função das instituições educacionais como instituição social exige questionamento crítico de sua prática atual e, sobretudo, da compreensão de seu papel. Essa reflexão foi o ponto de partida para o estabelecimento do marco referencial do Projeto Pedagógico Institucional da **Faculdade IESCAMP**. Como o próprio nome indica, ele apresenta uma dimensão pedagógica, porque

discute o processo de formação e as possibilidades de construção de sujeitos cidadãos, e uma dimensão política, pois trata dos valores, dos fins e do papel da instituição nas transformações sociais e nas relações com a estrutura formal de poder.

A dimensão pedagógica requer compreensão, interpretação e clareza daquilo que se entende por educação, porque é ela que direciona as formas de agir politicamente no contexto acadêmico. Assim, para a **Faculdade IESCAMP** a educação é vista como processo de formação integral, integrada, integrante e integradora das pessoas e dos grupos. Essa visão requer práticas educativas que instiguem a capacidade dos sujeitos envolvidos a exercerem sua autonomia moral e intelectual e, nesse sentido, a educação é concebida como processo que integra todas as modalidades de ensino superior, ou seja, o ensino de graduação, de pós-graduação e as atividades extensionistas e de pesquisa. Em virtude de todos os elementos envolvidos nesse processo, faz-se necessário esclarecer qual a tendência filosófica adotada pela IES, pois ela orientará todo o trabalho da academia.

As considerações acima não negam o papel ativo da educação na sociedade, tampouco os condicionantes histórico-sociais, pois considera a possibilidade de agir a partir dos próprios condicionantes históricos. “Para tanto, importa interpretar a educação como uma instância dialética que serve a um projeto, a um modelo, a um ideal de sociedade. Ela medeia esse projeto na prática. Assim, se o projeto for conservador, medeia a conservação; contudo se o projeto for transformador medeia a transformação; se o projeto for autoritário, medeia o autoritarismo; se o projeto for democrático, medeia a realização da democracia”. (Luckesi, 1994: 49)

A missão da **Faculdade IESCAMP** de “ser uma instituição de ensino superior comprometida com o desenvolvimento da cultura de aprendizagem, que valoriza o pensamento crítico e a autonomia intelectual de seus acadêmicos, para continuarem aprendendo ao longo da vida” revela sua tendência filosófica, que tem como perspectiva a educação enquanto transformadora da sociedade. Nesse sentido, as ações educativas estarão centradas na formação de profissionais cidadãos comprometidos com a participação ativa na construção de seu aprendizado e, ao mesmo tempo, na busca de respostas efetivas às mudanças da sociedade contemporânea.

Outro aspecto de suma importância a ser considerado é a leitura que a **Faculdade IESCAMP** faz de seus estudantes, os quais são vistos como pessoas autônomas e livres, na sua identidade biopsicossocial, histórico-cultural, nas suas particularidades, interesses e necessidades. Quer dizer, enquanto sujeitos que participam do processo de inter-relações e de interações históricas de humanização, de personalização, de socialização e de politização na construção do mundo.

A concepção educacional, a missão e a compreensão que a **Faculdade IESCAMP** tem de seus acadêmicos são relevantes para a adoção das concepções de formação e de currículo da IES. Partindo-se da premissa de que a educação não é apenas um projeto científico ou racional, uma vez que a ação pedagógica realiza-se a partir de uma pluralidade de valores e crenças, de ideais e de situação, não sendo possível efetivar a priori o seu controle, não é mais possível pensar em um modelo pautado apenas pela lógica de racionalidade técnica, mas no modelo orientado para a construção de ciências plurais. Essa concepção, certamente, encontrará dificuldades na prática, dado ao modelo vigente no país, no entanto, em meio à crise que emana desse paradigma e que afeta as instituições de ensino superior, ela se mostra necessária, ainda que emaranhada nos nexos entre poder e conhecimento, sobretudo como instância de luta pela cidadania.

Outro fator que afeta, sobremaneira, a IES diz respeito ao conhecimento. As condições históricas deste século XXI assinalam a necessidade de uma nova relação com o conhecimento, rompendo barreiras cristalizadas, tais como: a) a relação homem e natureza; b) o conhecimento e senso comum; c) a objetividade e a subjetividade; d) o material e o simbólico. Além desses fatores, no caso brasileiro, é perceptível um quadro caótico de retrocesso político que revela restrições de direitos sociais mais amplos, os quais se mostram mais cruéis em função da exclusão educacional e de outros direitos básicos, condição essa vivenciada pela maioria da população. Tais situações são determinantes para quaisquer propostas educacionais pretendidas, por mais inovadoras que possam se mostrar. Nesse sentido, cabe à IES assumir a relevância pelas lutas em favor da transformação dessa realidade, na medida em que

coloca a produção dos conhecimentos elaborados a serviço da pretendida intervenção na comunidade de seu entorno. Essa prática deverá ser pautada e submetida a um processo de avaliação contínua e global de seu fazer acadêmico.

Outra questão importante a ser pontuada refere-se à sociedade informacional desse século XXI, que requer um repensar constante da estrutura e da organização das informações, da capacidade de articulação dos conhecimentos e da elaboração das informações. Essas demandas afetam diretamente o mundo do trabalho, atingem fortemente a formação profissional, em virtude do grau de exigências suscitadas pelo mercado, pela excludência e flexibilização crescentes a ele vinculados. O resultado que se observa em decorrência desses fatores envolve uma grande redução na oferta de empregos e postos de trabalho, no nível de remuneração, além das formas precárias de inserção no mundo do trabalho. Em contrapartida a essa situação, há um aumento da exigência no nível educacional dos trabalhadores que chega até nos setores menos dominantes, os quais também demandam formação polivalente e multifuncional.

Desse modo, a concepção de currículo constitui-se marco e moldura que delimitam a inserção dos estudantes em sistemas de significação, nos quais são capazes de compreender as funções que representam de modo a partilhar seus significados para a compreensão da “realidade”. Esse entendimento, que se dá por meio do uso dos signos e da linguagem, caracteriza as práticas curriculares articuladas com o conjunto de práticas sociais, as quais constituem não só a formação técnico-científica, como também todas as experiências que constituem os sujeitos. Nesse contexto, as disciplinas e o bloco de disciplinas que compõem o currículo não podem ser vistos como mecanismos neutros, burocráticos e racional/educacional, fato que exige iniciativas, reformas holísticas e inovações compreensivas, como, por exemplo, necessidade de concretizar a interdisciplinaridade didática tão difícil de ser compreendida e praticada, em função de vários condicionantes que não cabe aqui elucidar, dada a complexidade que esse tema ainda suscita na prática acadêmica brasileira, mas que não pode ser ignorada. Essa interdisciplinaridade decorre da unidade e da integração do objeto do saber e será buscada pela constante interação entre as áreas do conhecimento e os campos de suas

confluências. Essa posição epistemológica supõe um eixo integrador a constituir-se como objeto de um projeto de investigação – pesquisa, como proposta de construção científica – ensino, e como plano de intervenção, aplicação e transferência – extensão.

Tais considerações só terão sentido e significado se o ensino, em todos os seus níveis e graus, concretizar-se por meio da articulação entre teoria e prática profissionais, pela otimização e flexibilização dos currículos, pela qualificação e dedicação docente às atividades acadêmicas e pela busca da integração entre os diversos cursos e programas. Dessa forma, o ensino de graduação, dada a sua natureza, há de ser generalista, pluralista e crítico. Isso não quer dizer que não possa haver especificidades nas formações profissionais e técnicas, pois os conhecimentos sólidos necessários serão fundamentados nas diferentes áreas do saber que embasam as competências e habilidades esperadas e requeridas dos estudantes. Quanto aos programas de ensino de pós-graduação (*lato sensu*) nas áreas de conhecimento pretendidas, precisam atender as necessidades estratégicas da sociedade, no seu desenvolvimento econômico, social, político, cultural e educacional.

Assim, a educação e o ensino, em todos os níveis e graus, efetivam-se pela eficiência e eficácia, bem como pela sua relevância, importância, pertinência e qualidade. Essas características desejadas constituem-se objeto de avaliação institucional interna e externa, e devem envolver a totalidade da organização institucional e suas partes integrantes. Convém ainda ressaltar a relevância das produções científicas, as quais serão estruturadas curricularmente nas propostas político-pedagógicas de cada um dos cursos, ou em programas de projetos de disciplinas, de áreas e campos temáticos, articulados com o desenvolvimento da investigação científica de professores, estudantes, técnicos-administrativos e com a prática das atividades extensionistas.

Isto posto, vale a pena ressaltar alguns estudos recentes que apontam aspectos importantes a serem considerados nas políticas e nas práticas de ensino superior, haja vista a complexidade do mundo no qual vivemos. Dentre os quais se destacam:

- A) O equilíbrio entre egressos e mundo de trabalho, levando-se em conta as mudanças e necessidades da sociedade contemporânea que demandam por novos profissionais.
- B) As novas exigências na forma de se elaborar, adquirir e transmitir conhecimentos, com base nas novas tecnologias da informação e de comunicação, bem como na visão interdisciplinar e da unidade teórico/prática.
- C) As abordagens que contemplem e que valorizem experiências culturais e locais distintas, diversas epistemologias e espiritualidade.
- D) A adoção de perspectivas por meio e a partir de problematizações das noções de competências compreendidas em sua dimensão construtiva, processual, coletiva, multifacetada e interdisciplinar do termo.

Nesse sentido, o PPI compreende “um conjunto de interesses, necessidades, demandas, objetivos, diretrizes e ações planejadas pela IES, capaz de dar sentido, coesão e fundamentação ao próprio desenvolvimento da organização, auxiliando na competição externa e incrementando a integração interna”. (Trigueiro, 2000, p. 81). Portanto, tem caráter propositivo. Suas concepções e princípios estão em consonância com a legislação do ensino superior brasileiro, sobretudo com as Diretrizes Curriculares de cada curso, que constituem referencial indispensável para a elaboração dos Projetos Pedagógicos e para o planejamento das ações educativas da instituição, bem como os demais instrumentos legais considerados pelo Ministério da Educação – MEC.

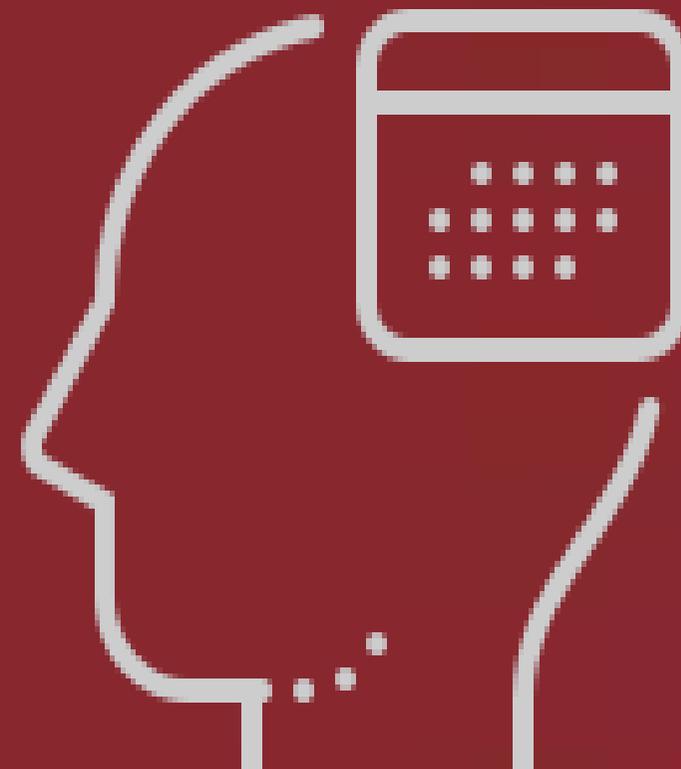
A **Faculdade IESCAMP** pretende, por meio deste documento, assinalar a importância de se pensar o espaço acadêmico de forma inovadora. Isso exige repensar constantemente suas políticas, seus objetivos e metas, bem como seu próprio dimensionamento, sobretudo quando o processo avaliativo diagnosticar possíveis desvios. Esse cuidado é que possibilitará a consolidação de sua missão institucional que vale a pena ressaltar:

Ser uma instituição de ensino superior comprometida com o desenvolvimento da cultura de aprendizagem, que valoriza o pensamento crítico e a autonomia intelectual de seus acadêmicos, para continuarem aprendendo ao longo da vida.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

A **Faculdade IESCAMP** estabelece suas políticas acadêmicas considerando as decisões acordadas em seus órgãos acadêmicos e colegiados, por meio das quais são orientadas todas as atividades. Desse modo, as políticas institucionais da IES pressupõem as linhas mestras que orientam as ações dos diferentes segmentos acadêmicos e de gestão, em consonância à missão, à visão, aos valores, aos objetivos e as definições estratégicas.

A figura a seguir resume as políticas institucionais existentes. Ademais, todas as políticas serão detalhadas nos subcapítulos seguintes.



POLÍTICAS INSTITUCIONAIS		
EDUCACIONAIS	ENSINO	POLÍTICAS DE ENSINO
	PESQUISA	POLÍTICAS PARA A PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA
	EXTENSÃO	POLÍTICA DE EXTENSÃO
ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO	INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Responsabilidade Socioambiental ▪ Políticas para a Educação Inclusiva ▪ Políticas para a Educação a Distância <ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas de Atendimento aos Discentes e Egressos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Comunicação com a Comunidade Interna e Externa ▪ Política para Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial
	ACADÊMICAS	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Inovação Tecnológica • Política de Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia ▪ Política de Desenvolvimento Artístico e Cultural ▪ Programa de Monitoria ▪ Política de Qualidade Acadêmica ▪ Política do Núcleo Docente Estruturante ▪ Política do Colegiado de Curso
	GESTÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas de Pessoal, Incentivos e Benefícios ▪ Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho ▪ Políticas de Infraestrutura

- a) Bases Tecnológicas Institucional
 - 1 Sistemas de Comunicação
 - b) Sistemas e Aplicações de Gestão Acadêmica e Ambiente Virtual de Aprend.
 - 1) Sistema Sophia / 2) Sistema Moodle / 3) Gestão da Tecnologia da Informação
 - 4) Acesso à Internet / 5) Laboratórios disponíveis / 6) Principais softwares disponíveis / 7) Convênios
- Programa de Bolsas
 - O Núcleo de Apoio ao Discente (NAD)
 - Programa de Acompanhamento aos Discentes e ao Egresso /
 - Ouvidoria- central de atendimento / Programa de Nivelamento
 - Agência IESCAMP / Mobilidade Acadêmica

- Aperfeiçoamento e Capacitação da Equipe Multidisciplinar: Professores, Tutores e Pessoal Técnico-administrativo
 - a) Recursos Humanos – Responsabilidades
 - b) Perfil do Corpo Docente
 - c) Experiência no Magistério Sup. e Experiência Profissional não Acadêmica
 - d) Os critérios de Seleção e Contratação
 - e) Requisitos de Titulação
- Políticas de Qualificação do Corpo Docente
 - Plano de Carreira
 - Regime de Trabalho dos Docentes
 - Promoção dos Docentes
 - Procedimentos para a substituição eventual dos professores do quadro
 - Atribuições do Professor
- Política do Sistema de Biblioteca
 - Formas de Atualização e Expansão do Acervo

5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

5.1 Finalidade e Propósitos da Faculdade IESCAMP

O papel social de uma instituição de ensino superior, segundo Buarque (1994, p.217), é gerar conhecimento. Neste horizonte, a instituição superior responsável pela formação dos quadros profissionais do país deve ter, no ensino, na pesquisa e na extensão, preocupação com a qualidade desse saber e dosagem para que se vislumbrem os quatro importantes pilares propostos para a educação. De acordo com esse autor,

O primeiro compromisso de qualquer trabalho, especialmente o intelectual, é com a qualidade ... sobretudo em momento de transição, além de buscar qualidade é preciso definir qualidade. A quantidade de qualidade não basta, é preciso qualificar a qualidade. (p. 226)

Este olhar de qualidade está expresso nas finalidades e nos princípios descritos no Regimento da **Faculdade IESCAMP**, em seu art. 2º que descreve os objetivos do IESCAMP:

- a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- c) incentivar o trabalho de investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- h) ministrar o ensino em grau superior de graduação e de pós-graduação em todos os ramos do saber;
- i) atender a sociedade através de serviços de extensão que visem à difusão cultural desenvolvida pela Instituição, democratizando o saber academicamente construído;
- j) promover a formação integral do profissional por ela graduado;
- k) promover a valorização da cultura local e nacional;
- l) desenvolver o espírito crítico; e,
- m) promover o estudo dos problemas relacionados ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país.

Desse modo, as atividades educacionais da **Faculdade IESCAMP** se pautarão nos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isso não quer dizer, necessariamente, que o docente da IESCAMP se tornará de imediato um professor-pesquisador-extensionista, porém é essencial que a disseminação, a investigação e a transmissão do conhecimento ocorram permanentemente de forma articulada e integrada em uma perspectiva inovadora.

Assim, com base nesses princípios, a **Faculdade IESCAMP** estabeleceu algumas diretrizes gerais que orientarão suas práticas educativas, a saber:

- a) ampliar ações comprometidas com a realidade local e regional onde se insere;
- b) ampliar a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação na modalidade presencial;
- c) fortalecer sua posição estratégica no desenvolvimento tecnológico e socioeconômico da região de seu entorno;
- d) promover a educação e a formação integral dos sujeitos do ponto de vista ético e de responsabilidade social;
- e) aprimorar o trabalho acadêmico inspirado na pedagogia de qualidade e de renovação do processo de ensino-aprendizagem que possibilitem a formação do cidadão comprometido com uma sociedade justa e solidária;
- f) incrementar a prática investigativa, por meio da iniciação científica em consonância com os Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- g) ampliar as atividades de extensão universitária abertas à participação da comunidade de seu entorno;
- h) manter relação de reciprocidade com a comunidade de seu entorno;
- i) criar a fidelização de seus egressos por meio de programas e ações pertinentes;
- j) criar programas de difusão de bens e valores culturais;
- k) criar Programas e Projetos para o desenvolvimento da educação continuada;
- l) dar prosseguimento à expansão da infraestrutura da IESCAMP de acordo com as necessidades e demandas da comunidade acadêmica.

5.2 Princípios, Concepções e Fundamentos Pedagógicos

Paulo Freire diz que “Ninguém educa ninguém. Ninguém se educa sozinho. Os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo.” Essa premissa de Freire nos remete a pensar que as transformações que vêm se delineando no contexto educacional têm apontado a necessidade de se (re)pensar a oferta dos cursos de nossa instituição, desde o ano de 2016.

Da antiguidade clássica até a atualidade, a humanidade passou por profundas transformações nos diferentes campos do saber. O desenvolvimento das ciências propiciou uma infinidade de novas descobertas e a capacidade de o homem se ver como sujeito capaz

de transformar o contexto em que vive sem ter que se submeter a uma ordem divina. Neste processo, o trabalho educativo foi fundamental. Por meio da educação, os homens e mulheres puderam transmitir e transformar a cultura, a ciência, a sociedade e a sua própria condição humana. Deste modo, ao nos lançarmos à elaboração dos princípios educativos dos cursos da Faculdade ISCAMP não podíamos nos furtar de refletir sobre os modos pelos quais o homem adquire e mobiliza seus conhecimentos, construindo a consciência de si no mundo e intervindo para transformar as relações sociais existentes.

Durante um grande período da história, a humanidade se viu diante de um mundo em que os principais fatores que o explicavam eram o mito e a religião. Na Idade Média o Cristianismo imprimiu sua marca na história e se consolidou como a doutrina religiosa que formaria a consciência humana e influenciaria também a educação. Na Modernidade, a tradição teocêntrica predominante na Idade Média foi substituída pelo antropocentrismo, em que a razão e a ciência vão se tornar os novos fatores para explicação e compreensão do mundo. Nesta nova conjuntura o homem assumiu o papel de agente de transformação da realidade, exercendo seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo. Agindo sobre a natureza e se relacionando socialmente, o homem produz saberes, ideias e entendimentos acerca do meio natural e das relações humanas, fazendo emergir uma nova concepção de sujeito: um ser cuja identidade é formada historicamente a partir da interação com o meio e com o outro.

Assim, a realidade humana deixa de ser pensada de forma natural e espontânea e passa a ser encarada como resultado das relações sociais que os homens e mulheres estabelecem entre si para criar condições que atendam à totalidade de suas necessidades. A tomada de consciência que o homem faz da sua própria condição humana e do seu papel social permite-lhe projetar outras condições de vida e buscar mecanismos, nos diversos espaços sociais, que visem à superação das condições atuais e à efetivação de um outro projeto de sociedade pautado no respeito à diversidade humana, na justiça e na democracia, portanto, uma sociedade mais igualitária para todos.

A busca por esse novo projeto de sociedade nos leva a admitir, assim como o fez Paulo Freire, o caráter inacabado e inconcluso do homem que, consciente de seu inacabamento, persegue a utopia de construir uma nova sociedade. O homem possui diante de si um constante desafio político, mas, sobretudo, um compromisso real com a sua própria existência. A educação assume um importante papel e torna-se um *locus* privilegiado para a formação de sujeitos comprometidos com o processo de transformação social. Assim, é possível compreender o ato educativo, portanto, pedagógico, nas suas múltiplas implicações e interdependências como contexto econômico, político, social e cultural, bem como nas suas especificidades decorrentes da atuação dos profissionais formados nos cursos da **Faculdade IESCAMP**.

Tendo como princípios a pesquisa e a práxis educativa, o trabalho pedagógico e a autonomia, o processo de formação é norteado pelo paradigma da complexidade, enfatizando a relação de interdependência entre prática-teoria-prática. Não é tarefa simples definir o que está sendo chamado de paradigma da complexidade, não obstante, faz-se necessário explicitar algumas definições a esse respeito. Na contemporaneidade, o pensamento complexo se coloca como uma necessidade; uma alternativa ao pensamento simplificador, uma nova maneira de tratar a realidade e de dialogar com ela. A complexidade aparece certamente onde o pensamento simplificador falha, mas integra nela tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento. Enquanto o pensamento simplificador desintegra a complexidade do real, o pensamento complexo integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e, finalmente, ilusórias de uma simplificação que se toma pelo reflexo do que há de real na realidade. (MORIN, 1990, p. 9)

O pensamento complexo persegue a ideia de um conhecimento multidimensional ao mesmo tempo em que reconhece a incompletude e a transitoriedade de todo conhecimento. A construção do conhecimento no paradigma da complexidade dá-se por meio de elos entre os diferentes campos do saber, interligando-os. As ilhas de conhecimento cedem lugar a um arquipélago de saberes que são construídos dialogicamente, em um contínuo processo de reflexão e ressignificação do real.

A partir dos princípios acima explicitados, é necessário apresentar as concepções que norteiam a estrutura pedagógica da IES.

5.3 Concepção de Formação

Para Antonio Nóvoa “a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência”.

Nesse sentido, é imprescindível apresentar uma reflexão acerca da concepção de formação que se procura desenvolver ao longo dos cursos ofertados. Tendo como pressuposto básico a condição histórica e dialética do processo de construção do conhecimento, acredita-se que é através das relações que os indivíduos estabelecem ente si, com a natureza, a sociedade em que vivem, sua cultura, que os saberes são produzidos, e é por meio deste processo dialético que os mesmos transitam pelas diferentes esferas sociais, fazendo surgir diferentes formas de linguagem, a saber: acadêmica, popular, ética, estética, científica e de senso comum. Desse modo, o conhecimento e as formas de linguagem que dele derivam não podem ser pensados como uma condição a priori, como algo que antecede a existência humana, mas na sua dimensão filosófica, social e histórica.

É com base em uma concepção pedagógica crítica, pautada no princípio da complexidade, comprometida com o processo de transformação social, que se deve pensar a formação. Uma formação que leve a uma reflexão sobre os condicionantes históricos que estabelecem as relações de poder na sociedade e demarcam os lugares que os indivíduos devem ocupar, em uma lógica cruel de dominação sobre aqueles que se encontram numa posição inferior, seja ela determinada por razões sociais, políticas ou econômicas; uma formação humanista, ampla, que leve os indivíduos a produzirem uma compreensão de si mesmos, como parte de uma

coletividade e de inserção social como sujeitos históricos. Tudo isso remete a uma prática construtivista no processo de produção do conhecimento.

É sabido que os professores exercem papel importantíssimo no processo de transformação social. Nos dias de hoje, as instituições educacionais passam por um profundo processo de mudança ocasionado pelas transformações que ocorrem no seio da sociedade, seja no âmbito do trabalho, dos avanços tecnológicos e dos meios de comunicação, da política e da economia nacional e internacional. Tudo isso implica numa (re)significação do papel da educação superior e do professor, bem como de suas práticas. Não podemos mais admitir práticas educativas pautadas em culturas tradicionais de “educação bancária”, antidialógicas, avaliações punitivas e da repetência, que só contribuem para acentuar o processo de exclusão social.

Nesse sentido, a formação docente deve ser pensada como um importante componente do processo de democratização da IES e da valorização da identidade do professor. Essa formação identitária é epistemológica, ou seja, reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos configurados em quatro grandes conjuntos, a saber:

- 1) conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes;
- 2) conteúdos didático-pedagógicos, diretamente relacionados ao campo da prática profissional;
- 3) conteúdos ligados a saberes pedagógicos mais amplos do campo teórico da prática educacional;
- 4) conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana individual, com sensibilidade pessoal e social.

5.4 Perfil do egresso

Essas diretrizes e a missão da **Faculdade IESCAMP** *de ser uma instituição de ensino superior comprometida com o desenvolvimento da cultura de aprendizagem, que valoriza o pensamento crítico e a autonomia intelectual de seus acadêmicos, para continuarem aprendendo ao longo da vida* são determinantes para o esclarecimento do perfil do egresso desejado, capaz de atender as

necessidades mercadológicas emergentes e as demandas sociais apresentadas pela sociedade contemporânea. Para tanto, o perfil do egresso será delineado por meio das competências explicitadas nos pressupostos institucionais em consonância com o mundo do trabalho e o processo de justiça social.

Para maior clareza, convém adotar a concepção de Duran (1998) sobre competência, vistas sob três dimensões de forma interdependente e complementar: a) conjunto de conhecimento – informações: saber o que e porque fazer; b) habilidade – técnica, destreza: saber como fazer; c) atitude – interesse, determinação: querer fazer.

Para concluir os cursos oferecidos pela **Faculdade IESCAMP** o acadêmico deverá demonstrar na área de atuação de seu curso:

- a) formação global e a construção de competências, hábitos, habilidades e atitudes de forma crítica, criativa e reflexiva;
- b) capacidade para extrapolar a simples memorização mecânica de conhecimentos, construindo saberes a partir de vivências coletivas e desafiadoras;
- c) capacidade para resolver problemas, estudar casos, intervir em realidades, prever crises, fazer previsões sempre de forma ágil, versátil e ética;
- d) ter buscado seu auto aprimoramento e autorrealização como pessoa e como cidadão, ciente de suas responsabilidades;
- e) estar qualificado profissionalmente e capaz de usar para os recursos do conhecimento em seus vários níveis e modalidades, além das vivências e intervenções em realidades do seu cotidiano próximo ou remoto;
- f) tomar atitudes éticas e sociais que possibilitem o desenvolvimento do compromisso com um futuro mais justo e equitativo para a humanidade;
- g) estar conscientizado a respeito da responsabilidade socioambiental como futuro profissional.

As competências, as habilidades e as atitudes que deverão ser desenvolvidas nos discentes serão explicitadas nos Projetos Pedagógicos de cada um dos cursos da IES respeitando-se as suas normativas legais vigentes. Com este entendimento, buscar-se-á orientar o delineamento das diretrizes pedagógicas a serem descritas nestes documentos.

Outras medidas poderão ser adotadas de maneira a permitir que os egressos mantenham contato com a **Faculdade IESCAMP** possibilitando que, continuamente, aprimorem cada vez mais suas habilidades e competências quanto à capacidade técnica, de conhecimento e de comportamento ético social. Para isso, a Faculdade mantém a Agência IESCAMP e o Programa Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental, ambos envolvidos no Projeto de Acompanhamento do Egresso, quais sejam:

- a) Oferecer identificação virtual para que o egresso possa fazer o uso das bibliotecas física e virtual, assim como obter descontos em cursos de extensão e pós-graduação;
- b) Manter contato constante dentro do projeto de Avaliação Institucional, permitindo à IES “feedback” de suas ações, avaliando seus projetos pedagógicos a partir de seu principal ator – o discente egresso;
- c) Promover contato permanente com a intenção de criar um banco de empregos e oportunidades, bem como realizar eventos periodicamente reunindo as turmas formadas em eventos sociais esporádicos;
- d) Permitir que o egresso tenha participação nos conselhos da **Faculdade IESCAMP** como colaborador da comunidade.

5.5 Seleção de Conteúdos

Os conteúdos trabalhados nos cursos oferecidos pela **Faculdade IESCAMP** se pautarão nos referências epistemológicos, filosóficos, sociológicos e demais políticas norteadoras adotadas pela IES, considerando os princípios, os objetivos e as metas a serem alcançados pela faculdade e pelos PPCs de cada um dos cursos levando-se em conta à natureza específica de cada um. Serão estruturados com

base nas Diretrizes Curriculares e nos Padrões de Qualidade referentes a cada curso, bem como informações conceituais, reflexões e discussões levadas a efeito em reuniões de colegiados e eventos de cada uma das áreas. O planejamento do ensino-aprendizagem constitui-se em um dos processos pedagógico-administrativos de singular importância na organização. A partir da sua concretização prática em salas de aula e em outros ambientes especiais, poderão ser alcançados os objetivos e as metas propostas para cada curso, por meio de seus planos de aprendizagem considerando os seguintes aspectos:

- a) Desenvolvimento: das potencialidades educativas e afetivas que se quer construir como perfil do egresso;
- b) Funcionalidade: aplicável à profissão, ajustado tecnicamente e cientificamente à Instituição;
- c) Flexibilidade: permitindo e ajustando-se às singularidades dos acadêmicos quanto ao disposto no PNE (2014 -2024) – Lei 13.005/2014 - “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (meta 12.7);
- d) Coerência: a partir dos objetivos e das competências propostas e, também, com a formação do profissional em questão.
- e) Atualização permanente: alcançada por meio da constante busca de novos conhecimentos;
- f) Responsabilidade Socioambiental: Contribuição socioambiental, com vistas a atender às necessidades da sociedade local, regional e nacional;
- g) Interdisciplinaridade: dos conteúdos possibilitando a compreensão dos saberes a partir de diferentes perspectivas;
- h) Integração: vertical e horizontal dos conteúdos, possibilitando, não apenas a compreensão da sequência lógica dos conteúdos ao longo do curso, mas também a interligação entre as diversas áreas de conhecimento dentro de um todo complexo.

Para tanto, o Programa Trnas/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental aglutinará projetos que favorecerão a proposta pedagógica a ser implantada pela **Faculdade IESCAMP**, gradativamente, por meio de metodologias que expressem os referenciais

sócio construtivistas e que possibilitem a construção de uma comunidade de aprendizagem, como almejada pela missão institucional. Esse Programa também buscará contemplar outros eixos importante estabelecidos no PNE (2014-2024), quais sejam:

- a) ampliar a oferta de estágio como parte da formação dos estudantes nos cursos ofertados;
- b) estimular a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;
- c) assegurar condições de acessibilidade na IES na forma da legislação;
- d) fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País, por meio de projeto específico dos cursos;
- e) incentivar programas e ações voltados à mobilidade acadêmica em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de seus estudantes.

5.6 Princípios Metodológicos

Com base nos princípios metodológicos adotados pela IES os docentes deverão construir sua competência para desenvolver atividades em sala de aula que extrapolem a simples transmissão de conhecimentos, possibilitando raciocínios mais complexos como: hipotetizações, previsões, transferências e outros. Faz parte do cotidiano o trabalho diversificado, o ensino programado, dinâmico e outros que exijam participação e que prevejam o estudo e uso das tecnologias. Os princípios metodológicos estão enunciados nos Projetos Pedagógicos de cada um dos cursos, contemplando o planejamento por excelência e criando conexão com o Plano de Aprendizagem e o Plano de Aula, das diferentes disciplinas da matriz curricular.

Os Planos de Aprendizagem dos cursos, por sua vez, contemplam a operacionalização das disciplinas, abordando: a) os objetivos; b) as habilidades; c) as competências desejadas ao perfil do egresso, conforme legislação de cada curso; d) o ementário; e) o conteúdo

programático; f) as bibliografias básicas e complementares; g) a carga horária; h) o método e os critérios de avaliação; i) a interdisciplinaridade vertical e horizontal, que devem conferir dinamicidade à disciplina; k) flexibilização dos conteúdos; j) atividades práticas diretivas enriquecedoras.

As singularidades dos professores responsáveis pela docência das disciplinas fazem parte integrante do Plano de Aula, que contém, ainda, o cronograma estabelecido pelo docente, respeitando-se sua autonomia didático-pedagógica, sem perder a essência da proposta pedagógica da IES. Cabe também ao professor a organização sequencial dos conteúdos programáticos e a natureza gradativa da exposição, que deve servir de mecanismo conceutivo do processo de ensino-aprendizagem-educação-desenvolvimento, como também de seus resultados. Enfim, caberá ao docente ter muito claro quatro questões: a) produção de material; b) elaboração de avaliações; c) planejamento das aulas; d) condução das aulas. Em outros termos, as metodologias adotadas não permitirão mais o controle total do processo ensino-aprendizagem pelo docente, pois deixarão de ser transmissores do conhecimento para assumirem o papel de orientadores, mediadores desse processo. Portanto, desempenharão e ocuparão um espaço diferente em sala de aula, ou seja, deixarão de ocupar o centro e passarão a movimentar-se em todas as direções e espaços que ela propicia, até espaços fora da sala de aula, quando for preciso. Em suma, saíra da ideia de pedagogia passiva ou conservadora, para a ideia de uma pedagogia ativa, conforme adaptado de Prensky apud Mattar (2017):

Professor	Estudante
Não fala, pergunta	Não toma notas, procura, acha
Sugere tópicos e instrumentos	Pesquisa e encontra soluções
Aprende tecnologia com os estudantes	Aprende sobre qualidade e rigor com o professor
Avalia as soluções e respostas dos estudantes, examinando a qualidade e o rigor; contextualização	Refina e melhora as respostas, adicionando rigor, contexto e qualidade.

Nesse sentido, a problematização motiva o discente, pois diante do problema ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a dar novo significado às suas descobertas. Ainda, essa prática metodológica deve pressupor um discente capaz de autogerenciar ou autogovernar seu processo de formação. Sendo assim, verifica-se que o ato de ensinar e de aprender deve ser considerado como um conjunto de atividades articuladas, nas quais os diferentes atores compartilham, cada vez mais, parcelas de responsabilidade e comprometimento. Além do discente, o docente assume papel articulador e interativo, mediador, que considera os processos de construção de conhecimento a partir da psicodinâmica da aprendizagem e dos recursos da pessoa e do ambiente, bem como as suas possibilidades e necessidades. Em uma metodologia assim delineada, as estratégias de ensino e de aprendizagem são caracterizadas da seguinte forma:

- aulas dinâmicas socializadoras e problematizadoras;
- professor como mediador do processo;
- estudante como agente do processo de ensino e de aprendizagem: observador e reflexivo; • uso de recursos multimidiáticos variados e pertinentes;
- aulas dinâmicas caracterizadas por: exposições orais dialogadas, debates, discussões organizadas, trabalhos individuais e em grupo (orais e por escrito), seminários, mesas redondas, visitas técnicas, estudos de caso, elaboração e realização de projetos.

A **Faculdade IESCAMP** compreende que essa metodologia contribui significativamente para a formação de um sujeito diferenciado. Entende-se, aqui, que o ambiente acadêmico é um espaço onde os estudantes possam problematizar as suas práticas. Esse espaço de problematização possui várias decorrências e, entre elas, destaca-se o conhecimento que pode ser originado quando se colocam as práticas à luz da reflexão. Ainda, é um espaço que possibilita e instiga o acadêmico a pesquisar. Nesse sentido, na maioria das disciplinas desenvolvidas, o discente tem a possibilidade e orientação para construir uma relação madura entre prática e a teoria. A Figura a seguir sintetiza a organização das metodologias ativas supramencionadas e aplicadas na IES:



Metodologias Ativas



5.7 Processo de Avaliação

Os cursos oferecidos pela **Faculdade IESCAMP** são submetidos a um processo contínuo de avaliação, buscando equacionar as dificuldades apresentadas e a harmonização com os Padrões de Qualidade, considerados como indispensáveis nas condições de oferta. Os cursos seguem também as linhas básicas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares, atualizando-se de maneira contínua, com a instrumentalização dos fundamentos próprios da aprendizagem, das práticas consideradas como indispensáveis, de ações extensionistas e da pesquisa para sustentação monográfica, quando couber.

Será valorizada a capacidade de os estudantes construírem sua autoaprendizagem, por meio do acompanhamento dinâmico e sistemático dos resultados obtidos em cada etapa do processo de aprendizagem, com o objetivo de identificar limitações e de propor estratégias adequadas, para que possam superar suas dificuldades valorizando seus acertos, como entendimento de um processo em aperfeiçoamento constante. O processo de acompanhamento contínuo tem como pressuposto básico a certeza de que: não haverá ensino se não houver aprendizagem, e as consequências são que: aulas meramente expositivas não permitem ao professor fazer a avaliação contínua preconizada pelas normas institucionais.

Assim, será necessário que o professor desenvolva atividades que lhe permitam aproximar-se do acadêmico como educador de consciência, fazendo de suas práxis pedagógica um desafio pessoal e profissional, que tenha por base – junto a seus estudantes – a construção em conjunto de conhecimentos científicos, rigorosos e contextualizados. Em outros termos, que “a tarefa do docente não se limita a ensinar, mas de encaminhar o acadêmico a aprender”.

O acompanhamento contínuo dos conteúdos são realizados ao longo do período letivo, por disciplina, considerando a necessidade de o estudante adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes que o levem à competência profissional e cidadã, e poderão ser

desenvolvidos por meio de instrumentos tais como: provas contínuas e sequenciais; fichamento crítico, resenhas e resumos de livros, revistas, jornais, exercícios práticos; seminários; trabalhos em grupo; práticas em laboratório; cursos de extensão, palestras, simpósios, iniciação à pesquisa, atividades de campo; fóruns, chats, atividades interativas, entre outros. Dessa forma, a avaliação do processo ensino-aprendizagem na IES, é processual, contínua, sistemática, diagnóstica e permanente, abrangendo todos os aspectos que integram o desenvolvimento global do discente como pessoa e cidadão.

Além dos instrumentos avaliativos acima especificados, o ensino presencial requer à apuração de assiduidade do acadêmico que está condicionada à: a) frequência mínima de setenta e cinco por cento do total das aulas previstas no calendário escolar; b) média final semestral para cada disciplina, com no mínimo 60% (sessenta por cento de aproveitamento) em uma escala numérica de zero (0) a dez (10). O ensino a distância, quando oferecido, contemplará os mesmos critérios respeitando-se o processo de avaliação contínua em Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, bem como Prova Escrita no respectivo polo credenciado, conforme previstos nos PPCs dos cursos. A avaliação nos cursos da **Faculdade IESCAMP** está prevista tanto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, quanto no Regimento Interno. A avaliação de Estágio Supervisionado e de Trabalho de Conclusão de Curso, quando previsto em PPC, terá regulamento próprio.

5.8 Organização curricular

A organização curricular da **Faculdade IESCAMP** caminha para a instituição da interdisciplinaridade e princípios de integração. Isso amplia a responsabilidade de seus documentos norteadores, quais sejam: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Pedagógico Institucional – PPI, Projeto Pedagógico de Cursos – PPCs, Planos de Aprendizagem, os quais convergirão para sua unicidade, de modo a permitir constante processo de intercomunicação, com o propósito de resguardar as ações pedagógicas dos

cursos de forma coerente e compatível com suas intenções e possibilidades, sob responsabilidade efetiva de todos os atores envolvidos.

A organicidade da proposta curricular se concretizará a partir de ações que propiciem o desmantelamento das amarras fragmentárias do currículo e das práticas acadêmicas ainda arraigadas nesse viés. Para Veiga (2000, p. 215), a organização curricular vista sob e ótica da interdisciplinaridade e da integração revela um aumento significativo da responsabilidade da IES comprometida com a formação de profissionais e de cidadãos, ou seja, formação integral dos sujeitos.

Para delineamento dessas propostas, será preciso:

- I. considerar o ensino de graduação enquanto etapa de construção balizadora do processo de formação continuada;
- II. estimular o desenvolvimento de conteúdos integradores por meio de processos interdisciplinares;
- III. estimular continuamente e de forma bem fundamentada as metodologias articuladoras do ensino, da pesquisa e da extensão;
- IV. desenvolver ininterruptamente o espírito crítico e analítico nos estudantes, preparando-os para a resolução dos problemas, com base na evolução científica e tecnológica característica de seu exercício profissional e para o exercício da cidadania;
- V. primar sempre pelo uso de linguagens concisas e claras na estruturação curricular, que permitam o alcance das metas e objetivos propostos, respeitando-se a temporalidade necessária a cada perfil, buscando eixos temáticos e/ou disciplinas e/ou módulos que compõem os perfis, bem como sua unicidade dentro da área de conhecimento, primando pelo conhecimento interdisciplinar;
- VI. tornar cada vez mais sólido o pensamento fundamentado nas áreas do conhecimento, como meio de superação do individualismo expressos na visão fragmentadas das grades curriculares.

- VII. fortalecer a importância dos conhecimentos, habilidades e competências adquiridas dentro e fora do ambiente acadêmico, sobretudo as que se referem às experiências profissionais tidas como relevantes para a área de formação considerada;
- VIII. fortalecer a articulação entre conhecimento teórico e conhecimento prático por meio da valorização da pesquisa individual e coletiva, dos estágios curriculares e não-curriculares, da participação em atividades extensionistas e/ou cursos livres e monitorias;
- IX. valorizar e estimular trabalhos coletivos de autoria docente e discente voltados para o desenvolvimento das capacidades de: articular, negociar, transformar, descobrir e apreender posturas éticas e socialmente responsáveis;
- X. motivar e incentivar os estudantes a conduzirem os estudos disciplinadamente, por meio de atividades dirigidas e inovadoras, hábito constante e permanente da leitura e uso da biblioteca e da autonomia intelectual;
- XI. incorporar a pesquisa nas práticas educativas enquanto elemento fundamental das atividades de ensino e extensão.

A) Elementos constitutivos do currículo

A matriz curricular se configura como sistema que possibilita articulação e funcionalidade entre seus elementos. Os conteúdos curriculares são organizados em três eixos norteadores: a) eixo comum, b) eixo específico, c) eixo complementar. Os conteúdos de formação básica, do eixo comum, contemplam conteúdos essenciais para a formação profissional. Os conteúdos de formação específica, do eixo específico, são inerentes à formação e à prática profissional dependendo do Projeto Pedagógico de cada curso e devem, obrigatoriamente, contemplar atividades que promovam integração entre teoria/prática e iniciação profissional. Os conteúdos para a formação complementar, do eixo complementar, agregam a prática como componente curricular vivenciado em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, de forma a permitir reflexão sobre a prática em busca de contextualização e significância das abordagens por meio de atividades acadêmicas complementares, de estágios supervisionados e de práticas pedagógicas diferenciadas.

A organização da matriz envolve, ao menos, seis componentes:

- a) Unidades curriculares ou equivalente – caracterizada por um conjunto de conteúdos e atividades inerentes a um programa, o qual será desenvolvido durante o período letivo com número de horas pré-fixados;
 - b) unidade temática – conjunto de conteúdos relativos a uma determinada área do conhecimento, oriundos dos três eixos articuladores acima especificados;
 - c) eixo condutor – diz respeito a grandes temas que conduzem as unidades temáticas específicas para cada uma das áreas do conhecimento;
 - d) estágio curricular – são atividades previstas nos Projetos Pedagógicos dos cursos, de caráter teórico-prático, formativo e supervisionado que ocorre dentro e fora da IES. A **Faculdade IESCAMP** mantém convênios e parcerias com empresas, instituições públicas e particulares e demais organizações de cunho regional e nacional;
 - e) trabalho de conclusão de curso – essa atividade atende às especificidades das Diretrizes Curriculares dos Cursos e objetiva o exercício do aprendizado do estudante, incentivo à investigação científica, fixação de competências e habilidades em consonância com a proposta pedagógica do curso, por meio de temas relevantes e pertinentes ao exercício profissional do discente e da vida acadêmica consolidada. Essas atividades são acompanhadas, orientadas e avaliadas por professores;
 - f) atividades extensionistas e de aprofundamento de estudos – a curricularização da Extensão, no processo formativo dos estudantes de graduação da **Faculdade IESCAMP**, visa ampliar as possibilidades de uma formação profissional/pessoal de implicação consigo, com o outro e com o mundo, enquanto condição para uma cidadania respaldada no respeito, nas diferentes manifestações culturais e em conhecimentos plurais, considerando os aspectos:
- ❖ Diálogo e ressignificação de saberes por meio da relação entre conhecimento científico e conhecimento do cotidiano;

- ❖ Interdisciplinaridade e interprofissionalidade – interação de modelos, conceitos de várias disciplinas e áreas do conhecimento e relações interprofissionais e intersetoriais;
- ❖ Formação humana e profissional;
- ❖ Impacto na comunidade de seu entorno.

B) Avaliação discente

A avaliação do desempenho do estudante é concebida enquanto processo cooperativo, contínuo de forma a privilegiar pesquisa sistemática da aprendizagem, considerando-se os aspectos qualitativos e não somente os quantitativos nos resultados obtidos ao longo do processo.

A Instituição assume, assim, a posição teórica, segundo a qual, a avaliação é: uma operação descritiva e informativa nos meios que emprega; formativa na intenção que lhe preside; e independente, face à classificação, em âmbito mais vasto e conteúdo mais rico. Demonstra-se, desta forma, que a avaliação se constitui em uma operação indispensável em qualquer sistema educacional.

Haverá sempre, no processo de ensino e aprendizagem, um caminho a seguir entre um ponto de partida e um de chegada. Sendo assim, naturalmente, é necessário verificar se o trajeto está caminhando em direção à meta, se alguns pararam, por não saber o caminho ou por terem enveredado por um desvio errado. É essa informação sobre o progresso de grupos e de cada um dos seus membros que a avaliação tenta recolher e que é necessária para professores e estudantes.

A avaliação é um procedimento que descreve quais conhecimentos, atitudes ou aptidões os estudantes adquiriram, ou seja, que objetivos do ensino já atingiram em um determinado ponto do percurso e que dificuldades ainda apresentam em relação a outros. Será valorizada a capacidade de os estudantes construírem sua autoaprendizagem, por meio do acompanhamento dinâmico e sistemático dos resultados obtidos em cada etapa do processo de aprendizagem, com o objetivo de identificar limitações e de propor

estratégias adequadas, para que possam superar suas dificuldades valorizando seus acertos, como entendimento de um processo em aperfeiçoamento constante. O processo de acompanhamento contínuo tem como pressuposto básico a certeza de que: não haverá ensino se não houver aprendizagem, e as consequências são que: aulas meramente expositivas não permitem ao professor fazer a avaliação contínua preconizada pelas normas institucionais.

Assim, será necessário que os professores desenvolvam atividades que lhes permitam aproximarem-se do acadêmico como educador de consciência, fazendo de suas práxis pedagógica um desafio pessoal e profissional, que tenha por base – junto aos estudantes – a construção em conjunto de conhecimentos científicos, rigorosos e contextualizados. Em outros termos, que “a tarefa do docente não se limita a ensinar, mas de encaminhar o acadêmico a aprender”.

O acompanhamento contínuo dos conteúdos são realizados ao longo do período letivo, por unidade curricular, considerando a necessidade de o estudante adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes que o levem à competência profissional e cidadã, e poderão ser desenvolvidos por meio de instrumentos tais como: provas contínuas e sequenciais; fichamento crítico, resenhas e resumos de livros, revistas, jornais, exercícios práticos; seminários; trabalhos em grupo; práticas em laboratório; cursos de extensão, palestras, simpósios, iniciação à pesquisa, atividades de campo; fóruns, chats, atividades interativas, entre outros. Dessa forma, a avaliação do processo ensino-aprendizagem na IES, é processual, contínua, sistemática, diagnóstica e permanente, abrangendo todos os aspectos que integram o desenvolvimento global do discente como pessoa e cidadão.

Além dos instrumentos avaliativos acima especificados, o ensino presencial requer à apuração de assiduidade do acadêmico que está condicionada à: a) frequência mínima de setenta e cinco por cento do total das aulas previstas no calendário escolar; b) média final semestral para cada disciplina, com no mínimo 60% (sessenta por cento de aproveitamento) em uma escala numérica de zero (0) a dez (10). O ensino a distância, quando oferecido, contemplará os mesmos critérios respeitando-se o processo de avaliação contínua

em Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, bem como Prova Escrita no respectiva IES, conforme previstos nos PPCs dos cursos. A avaliação nos cursos da **Faculdade IESCAMP** está prevista tanto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, quanto no Regimento Interno. A avaliação de Estágio Supervisionado e de Trabalho de Conclusão de Curso, quando previsto em PPC, terá regulamento próprio, assim como as atividades extensionistas.

Em síntese, a avaliação caracteriza-se por ser:

- Positiva: eleva a autoestima e descobre talentos;
- Partilhada: discute os resultados;
- Plena: atinge as diversas áreas do desenvolvimento do estudante – participação, relacionamento interpessoal, dinamismo, disciplina, criticidade, cooperação;
- Pedagógica: oportuniza o crescimento, gera a reflexão, permite a autoavaliação e a melhoria constante para todos.

Pressupõe-se que a avaliação do estudante está pautada nos critérios de desempenho, considerando-se as exigências profissionais do mundo do trabalho e da contemporaneidade. No caso da Instituição, tomamos por base, para o estabelecimento desses critérios, o perfil do egresso de nossos cursos. Para o processo avaliativo, são indicados instrumentos de avaliação, integradores de conteúdos curriculares e estimuladores da autonomia na aprendizagem, que envolvam atividades realizadas individualmente e em grupo, tais como: projetos, pesquisas e demais atividades de caráter essencialmente operatório. Deverão ser utilizados, também, instrumentos formais de avaliação, que possibilitem ao discente a sistematização de suas aprendizagens.

Os instrumentos de avaliação de conteúdos deverão ser integrados à avaliação de competências e habilidades de cada disciplina. Cabe ressaltar que há duas situações a serem avaliadas: se o estudante adquiriu o conhecimento necessário para o desenvolvimento de habilidades e competências em questão e se ele sabe utilizá-los em situações-problema (adquiriu as habilidades e competências). Ou seja, não basta que o estudante adquira os conhecimentos relativos à disciplina, ele precisa utilizá-los em situações-problema. Os conhecimentos são ferramentas que devem ser habilmente utilizadas, a fim de que os estudantes demonstrem a aquisição das competências, necessárias a um eficaz exercício profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 9394/96, em seu art. 24, inciso V, indica que a avaliação dos discentes deve ser: "uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período". Assim sendo, o critério de avaliação está estabelecido no Regimento Geral da IES e assegura que, em ao menos, uma das atribuições de notas, os instrumentos de avaliação sejam definidos pelos professores das disciplinas e diversos procedimentos quantitativos e qualitativos podem ser adotados. A avaliação da aprendizagem obedece a normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Conselho Universitário – CONSU.

C) Projetos Pedagógicos dos cursos

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos orientam os perfis dos cursos de graduação da **Faculdade IESCAMP** e favorecem a formação de profissionais com visão ampla e crítica da realidade local, regional e nacional, garantindo o estímulo à iniciação e à pesquisa científica, cultural e tecnológica, com vistas à ação transformadora da realidade e efetivo compromisso com o modelo de sustentabilidade de desenvolvimento regional.

Os instrumentos para sua elaboração são acompanhados e regulamentados pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE, órgão consultivo responsável pela concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos periodicamente, segundo as legislações em vigor.

D) Diretrizes para o ensino de graduação

Com base nos esclarecimentos que orientam a organização didático-pedagógica da **Faculdade IESCAMP** algumas diretrizes norteadoras das políticas de ensino são estabelecidas:

- I. manter estudos constantes da carga horária dos cursos de graduação, de modo a atender o mínimo exigido pelas diretrizes curriculares que orientam cada curso, deixando eventuais especializações para programas a serem desenvolvidos em cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- II. garantir que haja lugar para a iniciação científica, a prática da monitoria, as atividades extensionistas, os estágios curriculares e extracurriculares e a participação em projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa;
- III. flexibilizar os currículos dos cursos de graduação de modo a conter pluralidade de linhas de pensamento, definir conteúdos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, na perspectiva do “aprender a aprender”;
- IV. estabelecer procedimentos para o bom andamento de estágios, TCCs, exercício da monitoria, iniciação científica e demais atividades práticas que integram o currículo dos cursos;
- V. aprimorar ações de nivelamento de conteúdos que deveriam ter sido adquiridos pelos estudantes no ensino médio, principalmente no que tange às competências necessárias para a expressão escrita em língua portuguesa e fundamentos de matemática;

- VI. aprimorar, na organização curricular de cada curso de graduação, a formação sociocultural e ética de forma a despertar a consciência sobre os acontecimentos do seu entorno social;
- VII. adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do estudante;
- VIII. criar um sistema de acompanhamento do estudante egresso, dos cursos de graduação, vistos não só como instrumentos de avaliação dos resultados do processo ensino-aprendizagem, como também de apoio para o prosseguimento dos estudos, na perspectiva da educação continuada;
- IX. manter políticas para a renovação dos recursos materiais, equipamentos, laboratórios e biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- X. atualizar sistematicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a partir de suas avaliações internas e externas;
- XI. analisar a evolução dos cursos existentes para a redefinição do plano de desenvolvimento institucional, respeitando seu período de vigência;
- XII. acompanhar a adequação dos currículos às novas exigências sociais, observadas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação;
- XIII. estimular a prática de elaboração e recursos didáticos por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação;
- XIV. aprimorar os instrumentos de avaliação do desempenho escolar do corpo discente e da avaliação dos docentes pelos discentes, com o propósito de aperfeiçoar o programa de avaliação institucional;
- XV. aprimorar as ações integradoras das teorias e das práticas profissionais;
- XVI. acompanhar o tempo efetivo de dedicação dos estudantes às atividades acadêmicas e de produção científica realizada;
- XVII. aprimorar e incentivar o uso adequado da biblioteca e dos laboratórios como meio de aprendizagem;

E) Diretrizes para o Ensino de Pós-graduação

As constantes mudanças no mundo do trabalho, em função do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, colocam o estudante em uma posição de perplexidade, de incertezas e de prontidão diante do inusitado. Isso requer postura crítica e investigativa permanente diante do conhecimento. Para tanto, ao estudar deve aprender a aprender e estar capacitado para continuar aprendendo, engajado em um movimento contínuo de aprendizagem. Nesse contexto, a instituição se revela enquanto espaço gerador de competências de longo prazo que possibilitam o trânsito do estudante em múltiplas direções, preparando-os para atuar de forma criativa na resolução de problemas e situações previsíveis e não planejadas.

Assim, com o objetivo de incentivar à produção e a difusão do conhecimento científico, a **Faculdade IESCAMP** se engaja ativa e criticamente no processo do conhecimento por meio da pós-graduação. Os Programas de Pós-Graduação *lato sensu* da **Faculdade IESCAMP** envolvem as principais áreas do conhecimento e fornecem educação continuada aos cursos de graduação, visando ao aprimoramento e à atualização profissional, preparando-os para o mercado de trabalho. Estes cursos preparam profissionais qualificados para ocuparem cargos reconhecidos e mais bem remunerados.

As diretrizes institucionais para o Ensino de Pós-graduação, são:

- I. fortalecer a pós-graduação, respeitando os padrões de qualidade e a legislação vigente, de modo a formar cidadãos para o desenvolvimento profissional e social da região e do país;
- II. desenvolver pesquisas em áreas consideradas relevantes e prioritárias para a região de inserção da instituição;
- III. criar mecanismos de apoio à publicação para professores e acadêmicos;
- IV. incentivar constantemente a participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos científicos;

6 POLÍTICA DE ENSINO

6.1 Organização didático pedagógica

A percepção de qualidade do processo educativo da **Faculdade IESCAMP** ultrapassa a ideia pura e simples de implementação de ações. Ele é tido como processo contínuo e permanente de construção e desconstrução dos conhecimentos e dos saberes sistematizados transmitidos por meio de seu currículo. Para isso, as ações educativas serão tratadas como incentivadoras do processo de ensino-aprendizagem-conhecimento direcionadas aos sujeitos de forma que possam aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e para continuar aprendendo ao longo da vida, para aprender a agir e transformar a sociedade. Desse modo, a proposta educacional da IES buscará se estabelecer de forma a privilegiar as aptidões sociais e a dimensão da personalidade e o desenvolvimento de competências amplas fundamentadas na capacidade do estudante no intuito de conduzi-lo à aprendizagens significativas e com autonomia. Isso implica em uma visão de educação continuada, dentro e fora da instituição. Nessa perspectiva, o compromisso ético institucional prima pelos resultados da aprendizagem.

Essa percepção do processo educativo requer maior dinamicidade de gestão, para que o currículo seja percebido como meio para o desenvolvimento da capacidade de aprender e da constituição de competências explicitadas abaixo no perfil do egresso. Assim, as dimensões desse processo carecem de acompanhamento permanente, de forma a permitir sólido diagnóstico para tomadas e retomadas constantes do fazer pedagógico. Essa preocupação e cuidado se consolidam por meio do Programa de Avaliação Institucional sob a responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA. O papel fundamental dos indicadores do processo avaliativo institucional será o de apontar e mensurar parâmetros que fortaleçam os Projetos Pedagógicos dos Cursos, para que não sejam construídos a partir de vontades individuais ou fruto de trabalhos solitários de alguns, mas que se tornem a face da instituição.

Nesses termos, as Diretrizes Curriculares Nacionais são referenciais para a “organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização das áreas do conhecimento na construção dos currículos plenos. Ademais, devem também induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definir múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando o perfil de seus formandos, as competências intelectuais voltadas à heterogeneidade das demandas sociais”. Neste documento, são propostos sete indicadores que vale a pena ressaltar, quais sejam:

- perfil do formando/egresso/profissional – conforme o curso, o projeto pedagógico que deverá orientar o currículo para o perfil desejado;
- competência/habilidades/atitudes;
- habilitações e ênfases;
- conteúdos curriculares;
- organização do curso;
- estágios e atividades complementares;
- acompanhamento e avaliação.

7 POLÍTICAS PARA A PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A possibilidade de relacionar pesquisa e ensino é também uma exigência no ensino superior, deflagrada pela necessidade de formação de um cidadão que possa atuar no mundo com criticidade, dentro de sua realidade histórica, sem reduzir essa inserção à sistematização de ideias e às especulações dedutivas.

Assim, para a **Faculdade IESCAMP** a pesquisa é compreendida como princípio educativo e essência para a formação dos sujeitos enquanto “homens virtuosos”, conforme explicitado anteriormente, sujeitos históricos e “autores” no sentido de quem exerce sua cidadania. Para Neto (2002:34), a pesquisa vista como princípio educativo refere-se à pesquisa que, mesmo “não sendo financiada, original, especializada, acompanhada e avaliada, pelos órgãos de fomento, apresenta certo grau de rigor metodológico capaz de ajudar a desenvolver nos estudantes ‘o questionamento reconstrutivo’, isto é, a capacidade de identificar problemas, refletir sobre eles, localizar as soluções já pensadas e reconstruí-las esboçando já a própria autoria em função das necessidades concretas previamente detectadas. Na graduação, isto pode ser um excelente ensaio para formar o profissional que sabe fazer e refazer soluções”, conforme apontado por Demo (2001).

A pesquisa concebida, enquanto “princípio educativo”, requer algumas considerações para inserção na prática acadêmica, também apontadas por Neto (2002, 37-38), quais sejam: a) a memória formativa do professor-pesquisador; b) os eixos temáticos adotados; c) os diferentes tipos de pesquisa; d) os projetos político-pedagógicos dos cursos; e) atenção para com as necessidades da realidade; f) jornada de Iniciação Científica e Congresso de Produção Científica; g) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); h) a formação dos estudantes na educação básica; i) o trabalho com grandes grupos de estudantes.

Esses cuidados permitem minimizar a lacuna entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a intenção de formar sujeitos a partir da visão de formação humano/profissional. Em outras palavras, capaz de participar do processo de transformação da sociedade na

perspectiva de convivência plural e solidária, conforme a missão educacional da **Faculdade IESCAMP**. Dessa forma, acredita-se que a **Faculdade IESCAMP** tem contribuído não só para a formação de profissionais qualificados, mas também para o aperfeiçoamento do cidadão consciente que exerce um papel transformador na sociedade.

A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da **Faculdade IESCAMP** integra a graduação, a pós-graduação e a extensão e tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos de iniciação científica sob orientação de docentes doutores ou mestres, por meio do Programa Trans/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental, bem como do Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPEX e da Revista Científica Diálogos Acadêmicos IESCAMP – RDAI. Cabe ressaltar que a Faculdade já esboçava preocupação em abordar esses temas em sala de aula, tornando os estudantes corresponsáveis desse processo, tendo em vista que esses temas fazem parte do currículo das disciplinas. Também são trabalhados pelos estudantes em seus Projetos Sociais Extensionistas - PES, em disciplinas optativas, em atividades complementares, para aprofundamento de estudos nestas questões e demais atividades fora da sala de aula. Esse Programa Trans/Multidisciplinar de Responsabilidade Socioambiental trata de quatro eixos temáticos, a saber:

Gestão Socioambiental

Inclusão e Acessibilidade

Empregabilidade

Inovação, Empreendedorismo e Desenvolvimento Cultural

Em suma, a Política de Pesquisa e Iniciação Científica objetiva a qualificação da atuação docente na graduação e na pós-graduação pela extensão das atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e/ou tecnológico, bem como a possibilidade da integração em ambientes de desenvolvimento do conhecimento técnico-científico.

8 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

Para a consolidação da extensão universitária será preciso à implementação de políticas e normas de operacionalização definidas e socializadas na comunidade acadêmica com vistas ao acompanhamento e à avaliação sistemática desse processo, indispensável na formação do estudante e no intercâmbio com a comunidade.

Dessa forma, para a execução da política de extensão da Faculdade ISCAMP algumas diretrizes serão necessárias:

- I. consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do acadêmico, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- II. promover a integração do ensino e da pesquisa com as demandas institucionais e sociais, priorizando atividades práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais da comunidade de seu entorno;
- III. incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política;
- IV. reconhecer as ações extensionistas como atividades de aprofundamentos de estudos e/ou unidades curriculares nos projetos pedagógicos dos cursos de ensino superior;
- V. incentivar e apoiar as atividades culturais, artísticas;
- VI. enfatizar a utilização de tecnologias para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a educação continuada;
- VII. Estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes das atividades extensionistas.

9 ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO - INSTITUCIONAIS

9.1 POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A delimitação da política de responsabilidade socioambiental é exigência do Ministério da Educação. Para o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, essa política está relacionada à contribuição com a inclusão social, defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, completando o compromisso social da instituição na qualidade de portadora do bem público e dos princípios de cidadania, independentemente de sua natureza jurídica, o que não significa adotar políticas assistencialistas ou antigas ações de filantropia. Adotar políticas que atendam tais exigências ministeriais requer que todos os sujeitos integrantes da comunidade acadêmica percebam de forma direta e indireta as ações coletivas dessa natureza em todos os níveis, até mesmo a sociedade como um todo. Nesse sentido, a responsabilidade social está imbricada não só com os Projetos de Extensão desenvolvidos pela IES, como também com as ações que os envolvem e que estão voltadas para a melhoria de cada um deles. É um caminho vocacionado para uma contribuição que vai além do progresso científico-tecnológico-cultural, com o intuito de possibilitar melhoria concreta nas condições de vida da comunidade que interage com a IES.

Dessa forma, a **Faculdade IESCAMP** desenvolve suas políticas de responsabilidade social em consonância com sua missão para o atendimento de sua equipe técnico-administrativa, professores, gestores e membros da comunidade em geral, por meio de ações oriundas das diretrizes abaixo:

- a. manter as políticas de bolsa de estudos e bolsa trabalho institucionais e/ou parcerias com empresas da região e instituições públicas e privadas;
- b. políticas de extensão;
- c. políticas de cessão de espaços e de recursos institucionais para a sociedade organizada;
- d. políticas e de Educação Continuada;
- e. políticas para o Meio Ambiente.

9.2 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A discussão sobre a diversidade da política inclusiva de uma instituição de ensino implica na compreensão dos aspectos observáveis que se aprende a ver como diferentes, quais sejam: a) étnico-raciais, b) sociais, c) geracionais, d) religiosidade, e) gênero, f) orientação sexual, g) pessoas com deficiências, entre outros, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. A importância desta compreensão está na relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e da concepção de educação que orientam as práticas educativas da instituição.

A concepção que identifica a diversidade está pautada na premissa que os seres humanos são diversos em suas personalidades, em suas experiências culturais e em suas formas de perceber o mundo. Segundo essa linha de pensamento, o trato pedagógico da questão da diversidade indica que uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar. Em outros termos, um conjunto de políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude. No Brasil, tanto a Constituição de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, Plano Nacional da Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPD, destacam a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

A) Das barreiras arquitetônicas

A **Faculdade IESCAMP** ao assumir essas premissas, tem a compreensão da diferença e o respeito à diversidade como um dos eixos orientadores da sua ação e das práticas pedagógicas, que se traduzem nas seguintes ações:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para os portadores de deficiência e atendimento da questão nas novas edificações;
- intensificação de programas e projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- manutenção de Programas e Bolsas destinados à estudantes de baixa renda familiar;

- participação nos Programas e Projetos Nacionais de Inclusão Social.

As políticas de educação inclusiva, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade, são vistas como formas de possibilitar e de contribuir para a melhoria da igualdade de oportunidades, objetivando a participação de todos no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, o sucesso dessas políticas requer o envolvimento de todas as partes, tais como professores e profissionais da educação, colegas, pais, famílias e voluntários.

Desta forma, as políticas adotadas pela IESCAMP reconhecem as necessidades diversas dos estudantes em atenção à sua responsabilidade social. Assim, o Polo de apoio presencial atende aos seguintes requisitos:

I. Pessoas com Deficiência Física:

- a) Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas);
- b) Vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- c) Rampas facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) Portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) Barras de apoio nas paredes dos banheiros.

II. Aos acadêmicos com deficiência visual, quando houver:

- 1) Impressora Braille acoplada a computador;
- 2) Sistema de síntese de voz;
- 3) Gravador e fotocopadora que amplie textos;

- 4) Software de ampliação de tela; Equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal;
- 5) Lupas, régua de leitura;
- 6) Scanner acoplado a um computador;
- 7) Acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille;

III. Aos acadêmicos com deficiência auditiva, quando houver:

- A) Intérpretes de língua de sinais - LIBRAS, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do estudante;
- B) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- C) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
- D) Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

IV. Para os professores, acadêmicos, colaboradores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, pode proporcionar, além de ajudas técnicas, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:

- 1) Informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado dos portadores de necessidades especiais;
- 2) Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas; e,
- 3) Cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

V. Para a comunidade, a oferta de:

- a) Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças;
- b) Parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações e confederações) com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil organizada para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como direitos humanos universais;
- c) Integração Escola/Empresas para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.

Além disso, a **Faculdade IESCAMP** prima por ações educativas voltadas ao tratamento adequado e necessário aos professores, estudantes, funcionários e demais sujeitos da sociedade portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação. A educação inclusiva envolve a acessibilidade sob diferentes ângulos, a saber: comunicacional, digital, instrumental, metodológico e atitudinal. Essa visão mais abrangente da educação inclusiva normatizada pelo MEC, possibilitará a ausência de barreiras impostas por: preconceitos, estigmas e discriminações, ou seja, educando os estudantes a internalizarem a acessibilidade de forma atitudinal.

Sua infraestrutura física oferece condições especiais para atender aos portadores de deficiência com mobilidade reduzida, por meio de: reserva de vaga especial no estacionamento, elevadores, adaptações nos banheiros, rampa de acesso, computadores adaptados para deficiente visual nos laboratórios e biblioteca, intérprete de libras, sinalização de piso para deficiente visual, apoio psicopedagógico. A **Faculdade IESCAMP** está ciente das normativas que amparam a educação inclusiva no ensino superior, desde a constituição de 1988 até a presente data, que também se aplicam na modalidade a distância.

9.3 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Até o final do século XX a grande maioria das instituições de ensino superior brasileira não possuía o envolvimento com a educação a distância. A primeira iniciativa de EAD surgiu no país em 1904, com o ensino por correspondência com o Instituto Universal Brasileiro, com cursos de iniciação profissional, em áreas técnicas, sem exigência de escolarização anterior. Paulatinamente, esta modalidade foi se aprimorando e conquistando seu espaço. Somente na década de 1970 que as instituições de ensino se sensibilizaram para o EAD. Em 1994, teve início a expansão da Internet no ambiente universitário. Com a consolidação da reforma educacional brasileira, instaurada pela Lei nº 9.394/96, oficializou-se nacionalmente a EaD como modalidade equivalente para todos os níveis de ensino.

Nesta atual década, mais precisamente no ano de 2017 é que o MEC publicou e regulamentou o Decreto nº 9057, em 25 de maio de 2017, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, bem como melhorar a qualidade de sua atuação regulatória nesta área, aperfeiçoando procedimentos, desburocratizando fluxos e reduzindo o tempo de análise e o estoque de processos. Estas novas orientações legais coincidiram com as metas previstas no PDI 2016 - 2020 da **Faculdade IESCAMP** que previa a oferta de três cursos superiores de Tecnologia na modalidade a distância: a) Gestão da Qualidade; b) Gestão Financeira; c) Gestão Pública.

Desta feita, as políticas norteadoras da educação a distância previstas pela IES se pautarão em duas vertentes, as quais nortearão o processo formativo de seus egressos, ou seja: a) a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho; b) a dimensão política para a formação do cidadão. Essas duas vertentes contribuirão ainda mais para o cumprimento do compromisso assumido em sua missão institucional. Para tanto, seguirão as orientações abaixo descritas, que constituirão suas políticas norteadoras:

Promover o desenvolvimento da cultura de Educação a Distância na IES:

- a) Articular as diferentes dimensões de ensino para a promoção de cursos a distância;
- b) Fomentar o desenvolvimento de propostas inovadoras e sustentáveis para o EaD;
- c) Desenvolver parcerias com instituições nacionais e internacionais (quando possível), para a cooperação na área de Educação a Distância;
- d) Contribuir para a garantia do acesso e permanência de jovens e adultos à educação superior;
- e) Implementar e acompanhar práticas avaliativas integradas ao processo de avaliação institucional de modo a assegurar a qualidade de EaD;
- f) Fomentar a formação pedagógica e tecnológica para qualificar o processo de ensino e de aprendizagem;
- g) Promover o uso e o desenvolvimento de tecnologias avançadas para o processo de ensino-aprendizagem.
- h) Para cumprimento destas dimensões os Projetos Pedagógicos dos Cursos na modalidade a distância contemplarão alguns elementos constitutivos: a) concepção de educação e currículo no processo de ensino-aprendizagem; b) sistemas de comunicação; c) material didático; d) avaliação; e) equipe multidisciplinar; f) Infraestrutura de apoio; g) gestão acadêmico-administrativa; h) Sustentabilidade financeira.

Em outros termos, os Projetos Pedagógicos dos Cursos na modalidade a distância contemplarão alguns elementos constitutivos: a) concepção de educação e currículo no processo de ensino-aprendizagem; b) sistemas de comunicação; c) material didático; d) avaliação; e) equipe multidisciplinar; f) infraestrutura de apoio; g) gestão acadêmico-administrativa; h) sustentabilidade financeira.

Cabe ressaltar que o objeto maior da educação superior, seja ela presencial ou a distância, nas inúmeras combinações possíveis entre presença, presença virtual e distância é o desenvolvimento humano, em uma perspectiva de compromisso com a construção de uma

sociedade socialmente justa. Daí a importância da educação superior se pautar em um projeto pedagógico e em uma organização curricular inovadora, que favoreçam a integração entre os conteúdos e suas metodologias, bem como o diálogo do estudante consigo mesmo (e sua cultura), com os outros (e suas culturas) e com o conhecimento historicamente acumulado.

Portanto, a superação da visão fragmentada do conhecimento e dos processos naturais e sociais, ensejam estruturação curricular por meio da interdisciplinaridade e contextualização. Em outros termos, parte-se da ideia de que a realidade só pode ser apreendida se for considerada em suas múltiplas dimensões. Ao se propor o estudo de um objeto, buscará, não só, levantar quais os conteúdos podem colaborar no processo de aprendizagem, como também, em perceber como eles se combinam e se interpenetram.

Diante do contexto da atual política de expansão da educação superior no Brasil, implantada pelo MEC nesta atual década, é que a **Faculdade IESCAMP** consolidará suas metas de expansão, ao criar três cursos tecnológicos, acima explicitados, na modalidade EAD, objetivando o cumprimento de sua missão para o desenvolvimento do ensino superior a que se destina em uma área de abrangência ainda maior.

Nesse sentido, é fundamental a adoção dos princípios, das diretrizes e dos critérios estabelecidos nos Referenciais de Qualidade publicados pelo MEC, para todas as instituições que ofereçam cursos nessa modalidade. Segundo este documento, “não há um modelo único de educação à distância! Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como a definição dos momentos presenciais necessários e obrigatórios, previstos em lei, estágios supervisionados, práticas em laboratórios de ensino, trabalhos de conclusão de curso, quando for o caso, tutorias presenciais nos polos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias. Apesar da

possibilidade de diferentes modos de organização, um ponto deve ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos nessa modalidade: é a compreensão de EDUCAÇÃO como fundamento primeiro, antes de se pensar no modo de organização: A DISTÂNCIA”.

A prática didático-pedagógica da educação a distância, com o apoio de mídias tradicionais e das mais avançadas tecnologias de comunicação e informação, exige uma concepção específica da prática docente assim como estratégias diferenciadas para o desenvolvimento das relações de ensino e aprendizagem. O docente, outrora responsável pelas etapas de planejamento, desenvolvimento e avaliação do conteúdo programático, tem a opção de dar conta de tais atribuições com o apoio de uma equipe composta por tutores e técnicos especialistas das diferentes áreas do conhecimento e demais profissionais que fazem parte da equipe multidisciplinar da IES.

Não obstante a revisão da atuação docente, a prática didático-pedagógica em cursos oferecidos na modalidade a distância na **Faculdade IESCAMP** será sempre orientada pelo Projeto Pedagógico Institucional e ou Planejamento Estratégico da IES e pelos Fundamentos Pedagógicos expressos nestes documentos. Desse modo, todos os integrantes da equipe responsável pelo desenvolvimento do conteúdo e diálogo com os discentes precisam estar imbuídos dos princípios aqui expostos, diretrizes que deverão ser percebidas nos materiais elaborados, nas atividades e avaliações propostas e na relação com o estudante e demais profissionais envolvidos.

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade torna-se princípio importante para auxiliar o educando a compreender a complexidade dos objetos de conhecimento que se dispõe a estudar. Ou seja, no contato e na interdependência entre os temas que promovam a modificação dos objetivos, dos conceitos, das atitudes e dos procedimentos. Para tanto, é preciso estar claro que a prática

interdisciplinar, que deve se articular na organização curricular, caracteriza-se muito mais pela qualidade das relações do que por simples ações isoladas.

Ainda que a educação a distância pressuponha maior autonomia por parte dos estudantes, a necessidade de relação com a equipe de docentes é fundamental para o alcance dos objetivos pedagógicos explicitados nos Planos de Aprendizagem dos cursos oferecidos pela **Faculdade IESCAMP**. No entanto, cabe reforçar, que a realidade da Educação a Distância exige outra concepção do papel do docente. Portanto, esse novo cenário educativo exige, uma nova articulação dos responsáveis pela coordenação de cursos ou módulos destacando-se, nesse contexto, o sistema de orientação acadêmica, e suas TICs. Desta feita, todos os envolvidos no processo passam por formação para EAD, observadas as especificidades da função de cada sujeito a ser exercida no sistema de orientação acadêmica. Daí decorre a necessidade de tutorias e capacitação constante da equipe multidisciplinar envolvida no processo de ensino e aprendizagem e bases tecnológicas para suporte desse modelo de educação.

A) Bases Tecnológicas Institucional

As bases tecnológicas compreendem alguns sistemas necessários ao desenvolvimento do planejamento de cursos na modalidade a distância, quais sejam:

1. Sistemas de Comunicação

Os sistemas de comunicação da **Faculdade IESCAMP** visam promover a interação entre acadêmicos e instituição. O acadêmico pode acessar a Área do Estudante para verificação de situação financeira e registros acadêmicos, dentro os quais: Histórico/Boletim escolar; Frequência; Revisão de Notas; Visualização de situação acadêmica; Visualização de situação financeira; Acesso a Materiais Didáticos; Acesso a Materiais Administrativos / Financeiros; Acesso a Avisos Administrativos / Financeiros.

B) Sistemas e Aplicações de Gestão Acadêmica e Ambiente Virtual de Aprendizagem

1) Sistema Sophia

A **Faculdade IESCAMP** possui o sistema Sophia, da empresa Prima, para gerir suas atividades acadêmicas e administrativas. O sistema Sophia faz parte de uma miscelânea de softwares integrados que constituem o ambiente corporativo da **Faculdade IESCAMP**, que tem como objetivo a administração das atividades, presenciais e a distância da IES. A versão atual contempla os cursos de graduação presenciais e à distância, desde o ingresso dos acadêmicos na Instituição (processo seletivo), transitando pela supervisão detalhada das disciplinas cursadas por cada acadêmico até o momento de sua colação de grau. Além disso, é feita a gestão dos pagamentos realizados, emissão de boletos, negociação de parcelas atrasadas e concessão de bolsas. O acesso de acadêmicos e docentes aos recursos do Sophia é feito via web (Área do Estudante) no website da **Faculdade IESCAMP**. O Sistema Sophia está atualmente sendo executado em nuvem, em um servidor com SLA 99,9995%.

2) Sistema Moodle

O Moodle (*Modular Object Oriented Distance Learning*) é um sistema de gerenciamento para criação de curso online. Esses sistemas são também chamados de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) ou de Learning Management System (LMS). O Moodle é um software livre de apoio à aprendizagem, que pode ser instalado em diversas plataformas que executem a linguagem PHP. Seu desenvolvimento é de forma colaborativa por uma comunidade virtual, a qual reúne programadores, designers, administradores, professores e usuários do mundo inteiro e está disponível em diversos idiomas, inclusive o português.

A **Faculdade IESCAMP** utiliza o Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem instalado em um servidor Linux dedicado com PHP. Esse servidor de uso exclusivo do Moodle da **Faculdade IESCAMP** conta com 2 cores (CPU), 4GB de memória RAM e 80GB de disco rígido e utiliza a ferramenta Nginx para otimizar a execução do Moodle.

O Sistema Moodle da **Faculdade IESCAMP** foi customizado com o tema Lambda, com layout responsivo, para trazer uma ótima experiência aos acadêmicos, independente dos dispositivos com os quais estão acessando o Sistema Moodle. Esse tema é utilizado por mais de 4 mil instituições em todo mundo (<http://lambda.redpithemes.com/>).

3) Gestão da Tecnologia da Informação

Todos servidores da **Faculdade IESCAMP** disponíveis para os cursos EAD são hospedados na nuvem. São gerenciados e monitorados individualmente por meio de seus respectivos painéis de controle.

Ao todo para os cursos EAD a Faculdade dispõe de dois servidores dedicados (um para a plataforma Moodle e um para o sistema de gestão acadêmica Sophia) com contratos de disponibilidade de 99,995% mês. Para o sistema de gestão acadêmica Sophia a **Faculdade IESCAMP** possui um servidor dedicado com perfil inicial de 2 CPU núcleos de CPU Xeon D-1520 2.4GHz, 3GB RAM DDR4 ECC 2133MHz e 40GB de storage SAS 12Gbps e sistema operacional Servidor Windows 2016 Standard. Conta com o suporte de uma agência de comunicação de multimídia.

4) Acesso à Internet

Para o acesso à internet a IES possui 1 link de dados de 1 Gbps dedicado para o servidor da plataforma EAD (Moodle), para perfil VOD (video on demand) e Streaming. Além disso, possui 2 links locais para uso nas instalações da instituição com as seguintes configurações:

- 1 Link fibra dedicado com IP fixo de 40Mbps da Algar Telecom com 98,5% mês de disponibilidade contratual (Link primário).
- 1 Link fibra IP dinâmico de 200Mbps da empresa Vivo com disponibilidade de banda mínima de 40% contratualmente (Link secundário).

Esses links estão instalados em 2 equipamentos Firewall interligados entre si (cluster) para prover alta disponibilidade de acesso à internet aos discentes, docentes, coordenadores e colaboradores. Todos os equipamentos locados internamente estão devidamente instalados em Rack's próprios juntamente com outros equipamentos de uso interno, tais como, servidor de arquivos, servidor de antivírus, switches, roteadores, servidor de backup, gravadores CFTV e equipamentos de monitoração. Tais Rack's são alimentados por réguas ligadas na rede pública de energia e/ou distribuídas entre 2 nobreaks de 3 e 5 Kva cada.

5) Laboratórios disponíveis

A IES conta com três laboratórios de informática totalmente acessíveis para deficientes físicos e visuais equipados da seguinte forma:

- 1 laboratório com 24 computadores 8GB de memória RAM, CPU i5 2.6 Mhz e 320 GB HD 7200 RPM e sistema operacional Windows 10 Pro.
- 1 laboratório com 33 computadores 4GB de memória RAM, CPU Core 2 Duo 2.4 Mhz, HD SSD de 128 GB e sistema operacional Windows 10Pro.
- 1 laboratório com 34 computadores 4GB de memória RAM, CPU Core 2 Duo 2.4 Mhz, HD SSD de 128 GB e sistema operacional Linux Mint 18.3 Sylvia.

6) Principais softwares disponíveis

Laboratórios com sistemas operacionais Windows 10: Microsoft Office 365 Plus; Microsoft Project Professional 2013; Microsoft Visio Professional 2010; Microsoft Visual Studio 2017; MS Project 2010; Microsoft Web Deploy 3.6; MIT App Inventor Tools 2.3.0; MySQL Server; Linguagem R Windows; Xampp; Atom; Notepad++; Python; b) Laboratório com sistema operacional Linux Mint: WPS Office; Projectlibre; Dia; Libreoffice; MySQL Workbench; Netbeans; Java Eclipse; Xampp; Python

7) Convênios

A **Faculdade IESCAMP** possui os convênios Google for Education e Microsoft Imagine disponíveis para os coordenadores, tutores e estudantes (caso necessário).

O Google for Education é uma solução tecnológica desenvolvida para facilitar a vida de docentes e acadêmicos dentro e fora das salas de aula, a qualquer hora e a partir de qualquer dispositivo móvel conectado à internet. Essa plataforma abrange diversas ferramentas educacionais gratuitas tanto para escolas como universidades com o objetivo de aperfeiçoar o ensino e envolver ainda mais os acadêmicos.

O Microsoft Imagine coloca ferramentas profissionais de desenvolvedor, softwares e serviços à disposição do corpo docente e dos acadêmicos. O software do Microsoft Imagine também oferece aos acadêmicos que participam de pelo menos um curso de crédito oferecido pelo departamento membro a possibilidade de instalar o software em dispositivos pessoais para usá-lo em atividades do curso e em projetos de desenvolvimento pessoal. Os direitos especiais da licença do Microsoft Imagine permitem que um departamento instale o software e os serviços do Microsoft Imagine em diversas máquinas de laboratórios para fins de ensino e pesquisa.

9.4 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES E EGRESSOS

Em consonância às diretrizes estratégicas institucionais, bem como com às políticas norteadoras adotadas pelo MEC, a **Faculdade IESCAMP** mantém espaços, serviços e oportunidades aos seus estudantes e ex-estudantes, que configuram às políticas de acolhimento, de acompanhamento psicopedagógico e processos administrativos inerentes à vida acadêmica. Também questões que envolvem e estimulem a cidadania, de sua relação com outros ambientes acadêmicos (mobilidade), o encaminhamento ao mercado, tendo como foco o empreendedorismo, a plena inclusão e permanência do acadêmico na Instituição. Também propõe a extensão de serviços e oportunidades acadêmicas e pedagógicas para os profissionais formados pela Universidade, permitindo a convivência e o engajamento com as causas e valores da Instituição, assim como a valorização e a profusão no âmbito da IES. Para tanto, buscará manter os Programas e Projetos supracitados em seus eixos temáticos, bem como os demais abaixo descritos:

9.4.1 Programa de Bolsas

A) PROUNI – Programa Universidade para Todos

O Governo Federal, por meio dos instrumentos normativos: a) Medida Provisória nº 213, de 10.09.2004; b) Decreto nº 5245, de 15.10.2004; c) Lei nº 11096, de 13.01.2005, criou, implantou e regulamentou o Programa Universidade para Todos, com o objetivo de dar acesso à Universidade para as camadas da população tradicionalmente excluídas deste direito. O PROUNI é destinado à concessão de bolsas de estudos integrais e bolsas de estudos parciais de 50% para cursos de graduação em instituições privadas de Ensino Superior, com ou sem fins lucrativos. Oferece ainda a implementação de políticas afirmativas de acesso ao Ensino Superior aos declarados indígenas ou negros, bem como aos portadores de deficiência. Assim, a instituição aderiu ao Programa em parceria com o governo federal, dando mais um passo de inclusão social e melhoria do nível de ensino da população, por meio da oferta de vagas para os estudantes da região onde atua.

B) Programa de Financiamento Estudantil – FIES

Em 2001 foi criado e regulamentado o Programa de Financiamento Estudantil pela Lei nº 10260, de 12.07.2001, alterada pela Lei 12.202 de 14 de janeiro de 2010. Este Programa possibilita o acesso, por intermédio de crédito financiado a custos subsidiados, à camada da população que, de outra forma, não teria condições econômicas de cursar um estudo em nível superior. Dessa forma, a **Faculdade IESCAMP**, consciente de que uma grande parcela de seus estudantes, principalmente os oriundos das classes C e D, trabalhadores, por vezes braçais, não dispõem de tempo para se dedicar a um dos seus projetos sociais, oferece-lhes a possibilidade de financiar o seu estudo por meio de parceria com o Governo Federal, no programa FIES.

C) Programa de Responsabilidade Social - Bolsa Incentivo

A **Faculdade IESCAMP**, com o intuito de integrar a comunidade interna e externa e colaborar com a melhoria das condições de vida da sociedade, busca novos caminhos para o desenvolvimento, os quais exigem a adoção de novas ações e a constante preocupação com as gerações atuais e futuras, seja formando profissionais conscientes de sua responsabilidade, seja executando estudos e trabalhos que colaborem para o desenvolvimento da cidadania e das oportunidades de inclusão social.

A partir deste objetivo, a **Faculdade IESCAMP** tomou por iniciativa a implantação, no ano de 2015, do **PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - BOLSA INCENTIVO**, em resposta à demanda da sociedade conjugada com a presente necessidade de fortalecer os valores éticos individuais e coletivos. Com esta iniciativa, a IESCAMP disponibiliza em cada período letivo bolsas de estudos para cada curso que ministra à comunidade carente, mediante programa de bolsas parciais, destinadas aos seus estudantes ingressantes/calouros, que possuem dificuldades financeiras para iniciar um curso superior, com renda de até um salário mínimo estadual, estruturado em uma proposta para consolidar sua política de qualidade e de responsabilidade social. Este projeto objetiva favorecer o acesso e a permanência de mais estudantes nos cursos de graduação oferecidos pelo IESCAMP, por meio da reversão das

bolsas em atividades de pesquisa e extensão universitária, o que agregará valor para os cursos e para o projeto pedagógico do IESCAMP.

D) Bolsa Institucional

A Bolsa institucional nada mais é do que a prática de descontos escalonados em conformidade com a renda auferida pelo estudante, bem como a concessão de bolsas integrais e parciais aos colaboradores dos Colégios Raphael Di Santo e Vivendo e Aprendendo e **Faculdade IESCAMP**. As concessões obedecem a critérios já estabelecidos pela Mantenedora, de forma a subsidiar parte dos recursos financeiros necessários ao ingresso de seus colaboradores e parceiros ao Ensino Superior conforme regulamento próprio.

9.4.2 O Núcleo de Apoio ao Discente (NAD)

Tem por finalidade contribuir para o aprimoramento do trabalho acadêmico dos estudantes da **Faculdade IESCAMP**, no sentido de promover a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, bem como a integração de sua vida junto à comunidade interna e externa. Para tanto, a atuação desse órgão de apoio buscará promover novas formas de inter-relacionamentos entre discentes, docentes, Diretoria Geral, Coordenação e colaboradores de maneira geral, por meio de atendimento individual aos acadêmicos que apresentarem dificuldades de adaptação ou de aprendizagem. Os atendimentos são prestados por um profissional com formação em Psicopedagogia acompanhado pela Coordenação de Curso, quando necessário. É um órgão de apoio acadêmico do Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas – **Faculdade IESCAMP** – e decorre da Política Institucional de Ensino, dos Cursos da IES.

9.4.3 Programa de Acompanhamento aos Discentes e ao Egresso

Este programa tem por objetivo reunir os egressos da **Faculdade IESCAMP** em uma rede *Alumni*, palavra de origem latina que significa ex-estudantes, fornecendo-lhe informações sobre benefícios na continuidade de seus estudos e parcerias. Desde 2006 quando a IES

foi credenciada foram formados 2159 acadêmicos, que seguem a carreira profissional em diferentes áreas do saber, evidenciando, portanto, o sucesso da formação obtida na faculdade. Como parte do processo de Avaliação Institucional presente no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI de 2018 a 2022 se refere a consolidação do Programa de Acompanhamento do Egresso – *Alumni*, foram elaboradas questões para traçar o perfil do egresso e sua atuação profissional, estabelecendo assim, uma melhor comunicação e interação entre o egresso e a IES.

Desta forma, ao sistematizar e racionalizar a qualidade de ensino, a produção do conhecimento e a comunidade de aprendizagem ofertada pela Faculdade, poder-se-á aplicar políticas e metodologias quali-quantitativas para melhoria do relacionamento entre o egresso e a IES. A Missão do Programa elenca-se: engajar os egressos da **Faculdade IESCAMP** com o objetivo de articular e produzir os conhecimentos obtidos por meio de experiências práticas oriundas do mundo do trabalho. Tem como propósito acompanhar e propiciar o retorno dos egressos à IES fomentando o relacionamento entre os acadêmicos, docentes e corpo técnico-administrativo, proporcionando valores sociais e econômicos para os membros da rede *Alumni* (egressos), atendendo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação no que diz respeito ao processo de avaliação institucional presente no Plano de Desenvolvimento Institucional no item que analisa as Políticas de Gestão Acadêmica.

Além do mais, proporcionar networkings com os profissionais atuantes no mundo do trabalho, tais como: presidentes, gestores, conselheiros, analistas, docentes, pesquisadores e empresas dos setores público e privado, no qual a IES possui parceria, com vistas a compartilhar suas experiências. Como objetivos específicos, pode-se destacar:

- avaliar a inserção do egresso no mundo do trabalho;
- identificar e avaliar a qualidade dos cursos;
- propor melhorias na formação acadêmica de acordo com as sugestões dos egressos;

- elaborar cursos de extensão, cursos de aperfeiçoamento e cursos de especialização para atender aos egressos;
- propor ações que estreite as relações entre os egressos e a IES;
- disponibilizar acesso à biblioteca física e virtual, bem como à Agência IESCAMP para os egressos
- divulgar eventos internos e externos para os egressos
- criar um banco de dados dos egressos que possibilite uma comunicação eficaz.

Para tanto, neste programa o egresso poderá atuar de diversas maneiras:

- a) Contribuir com a formação dos acadêmicos compartilhando experiências e história profissional;
- b) Mentorar os acadêmicos que almejam carreiras de sucesso;
- c) Participar de eventos promovidos pela **Faculdade IESCAMP** com pôsteres, painéis, palestras, workshops, cursos de extensão e minicursos, dentre outras possibilidades.

Dentro deste Programa a IESCAMP mantém uma agência que auxilia seus estudantes a se capacitarem para a inserção no mundo do trabalho. Para tanto, mantém parcerias com mais de 500 organizações públicas e privadas de Campinas e região, para o recrutamento de potenciais candidatos interessados e capacitados a preencher vagas que são divulgadas por meio desta Agência. A seleção é feita com a escolha, dentre os estudantes regularmente matriculados e os estudantes egressos de um dos Cursos de Graduação da **Faculdade IESCAMP**, desde que devidamente cadastrados com a Agência, para tornar-se o melhor candidato que se encaixa ao perfil da organização parceira que divulgou a vaga. A seleção leva em conta diversos fatores que vão além do currículo do candidato, ou seja, treinamento para a entrevista, postura e apresentação. Em suma, a Agência IESCAMP também assessora o estudante (candidato) em todas as fases do processo seletivo junto à empresa. Propicia treinamento, que é a preparação do novo funcionário para exercer sua função dentro do perfil da vaga solicitada pela empresa parceira.

9.4.4 Ouvidoria- central de atendimento

A Ouvidoria é órgão responsável por mediar as questões que envolvem a Administração da **Faculdade IESCAMP**, corpo técnico-administrativo, corpo discente e docente e a comunidade externa estabelecendo o canal de comunicação por meio de contatos via e-mail, contato telefônico e pessoalmente. O objetivo é classificar as ocorrências, os incidentes relatados e buscar soluções e melhorias junto aos setores envolvidos

9.4.5 Programa de Nivelamento

O programa de nivelamento é propiciar ao acadêmico ingressante a oportunidade de minimizar as deficiências em sua escolarização básica, principalmente no que diz respeito as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática com vistas a subsidiá-lo com conceitos que facilitarão seu acompanhamento no decorrer do curso. No ensino superior, o estudante poderá refletir e aperfeiçoar os conceitos escolares básicos que foram ministrados no Ensino Fundamental e Ensino Médio e proporcionar ainda o alicerce para o seu desenvolvimento universitário, bem como a comunicação com os docentes do curso.

9.4.6 Agência IESCAMP

O objetivo da Agência IESCAMP é atender e orientar os acadêmicos e os egressos (comunidade *Alumni*) da IES tendo em vista o comprometimento com o desenvolvimento pessoal e profissional com os discentes. Assim, por meio de atividades como: a) orientação e planejamento de carreira; b) orientação na elaboração e reestruturação de currículos; c) divulgação e encaminhamento de oportunidades (estágios não curriculares e vagas efetivas) e, por fim, d) orientação sobre entrevistas e dinâmicas de grupo.

9.4.7 Mobilidade Acadêmica

O Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional e Internacional da **Faculdade IESCAMP** é destinado aos acadêmicos regularmente matriculados em um dos cursos ofertados pela IES. O programa prevê a realização em, no máximo, 1 ano para os cursos de Bacharelado em Administração e Licenciatura em Pedagogia e para os cursos tecnológicos de 6 meses estudos desenvolvidos em parcerias com instituições de ensino superior nacional ou internacional mediante a análise curricular e relatórios entregues à Coordenação de Curso para validação em seu histórico escolar.

Os convênios com as instituições parceiras serão consolidados a partir de 2018-2, tais como: Itália, Portugal e Londres (contatos iniciais). Para se candidatar, o acadêmico deverá ter cursado, ao menos, 40% (quarenta por cento) do número total de créditos de seu curso. Não poderá ter mais que 05 reprovações por nota e ou frequência durante o período que estiver na **Faculdade IESCAMP** para considerar-se apto a participar do programa. E por fim, deverá atestar a proficiência no idioma do país de destino para que seja oficialmente considerado apto a candidatar-se ao programa. Este intercâmbio poderá ser dotado recursos orçamentários oriundos dos órgãos de fomento, tais como: a FAPESP, a CAPES e o CNPq.

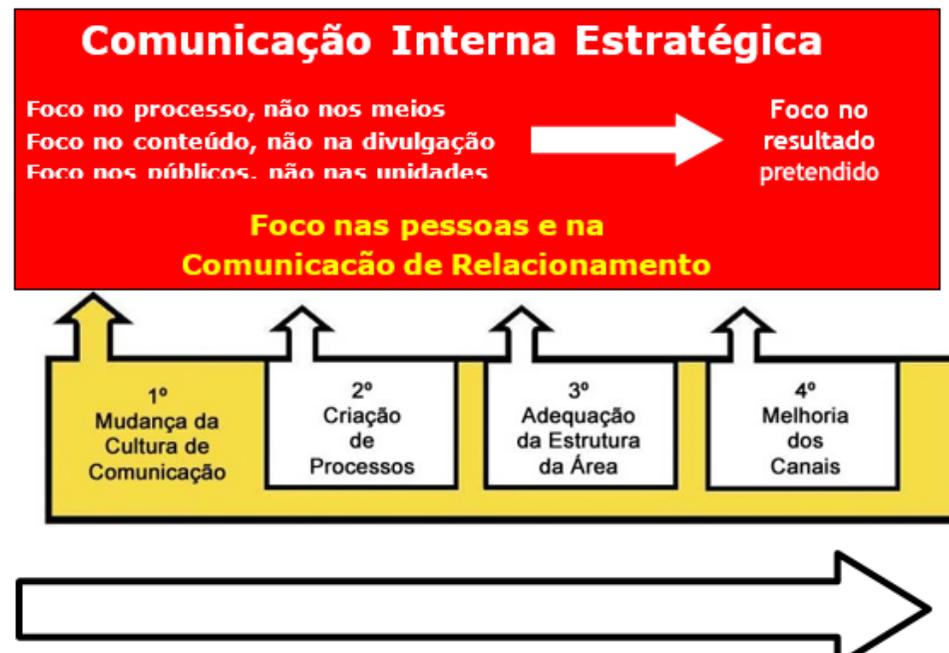
9.5 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA

A comunicação é o processo pelo qual uma organização relaciona-se e interage com os seus públicos interno e externo. É por meio dela, que os atores envolvidos obtêm as informações pertinentes, bem como às mudanças que ela pode suscitar. Também é papel da comunicação conhecer o cenário do ambiente de marketing enquanto base para a definição de estratégias e de ações que visam efetivas entregas à sociedade. A partir disso, a comunicação institui as políticas que permitem: a) a comunicação com a sociedade - instrumento de gestão da imagem da marca IESCAMP; b) as interações com os públicos estratégicos internos e externos; c) o posicionamentos da marca nos mercados onde atua em atendimento à sua missão e visão organizacional; d) o acompanhamento e avaliação permanente dos objetivos e estratégias de comunicação e marketing, visando aos resultados na visibilidade e promoção da Extensão, da Pesquisa e do Ensino. As diretrizes que norteadoras desses processos são:

Diretrizes:

- Relacionamento proativo, transparente, ético e de parceria com os públicos estratégicos;
- Comunicação compartilhada entre toda a estrutura da organização, representada pelos seus públicos internos;
- Relacionamento com o ambiente acadêmico, oportunizando a produção coletiva e incentivando a aprendizagem prática e integrada de soluções;
- Acompanhamento contínuo e sistemático da evolução dos meios e dos discursos em relação aos públicos estratégicos, a partir do permanente questionamento e do aprimoramento tecnológico adequado, para a execução de uma comunicação eficaz e inovadora;
- Incentivo constante à divulgação das atividades relacionadas aos temas de responsabilidade socioambiental, sustentabilidade, cultura e inovação;
- Fomento às estratégias e planos de ação, orientados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e demais instrumentos legais da Faculdade.

A **Faculdade IESCAMP** pretende implantar o Projeto de Relações Públicas para Planejamento Estratégico de Comunicação Interna. Este Projeto tem como objetivo dirimir as questões internas que, naturalmente, refletem na comunicação externa, detectadas na cultura organizacional da IES. Este Projeto formado pelo Comitê de Inovação, além de aceitar a proposta de reformulação dos veículos internos de comunicação, propõe planejamento para a completa reestruturação da comunicação interna com a criação de políticas e procedimentos, reformulação de estrutura e processos, e treinamento da equipe responsável e de lideranças de comunicação naturais e formais, que envolve seis fases: Fase I – Imersão; Fase II – Planejamento; Fase III – Desenvolvimento; Fase IV – Implementação; Fase V – Sustentação; Fase VI – Avaliação final e Replanejamento. A partir do diagnóstico, o planejamento levará em conta algumas estratégias de trabalho, para o alcance de seus objetivos, resumidos no quadro abaixo: Quatro estratégias de trabalho foram definidas para o alcance dos objetivos:



Para isso, se faz necessário começar com uma avaliação prévia do ambiente interno e examinar os aspectos de cultura, do clima e das opiniões e expectativas dos colaboradores, além de, obviamente, identificar a situação e as características da comunicação e dos veículos internos.

Trata-se, portanto, de um programa de construção da comunicação baseado no princípio de mudança da cultura interna, da reestruturação da área e da criação de processos e procedimentos e não apenas de um projeto de ação para fazer a comunicação.

9.6 POLÍTICA PARA AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

A Política de Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial da **Faculdade IESCOMP** tem por objetivo a defesa dos direitos humanos e a promoção do direito à diversidade cultural, a defesa dos direitos a igualdade étnico-racial, a busca da igualdade de gênero, a garantia dos direitos das pessoas com necessidades específicas, bem como, a diminuição da desigualdade social e o combate a todo tipo de discriminação e preconceito. Ainda, refere-se às questões de igualdade de acesso a bens culturais, tecnologias, informações e serviços, bem como a valorização das expressões culturais, as escolhas religiosas, a diversidade racial e a orientação sexual, sendo o princípio do respeito à diversidade o que mais atende a questão da inclusão social.

Para isso, contempla como diretrizes para inclusão e ações afirmativas: a) a promoção da inclusão e da acessibilidade plena às pessoas com deficiência; b) o desenvolvimento de projetos voltados à melhoria da qualidade e permanência dos estudantes com deficiência; c) a proposição de ações inclusivas de atenção e acolhimento dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), desenvolvendo práticas que otimizem a permanência e favoreçam o aprendizado desses estudantes.

A referida política assegura que os temas sobre as ações afirmativas estejam presentes de forma transversal e articulada com os conteúdos, práticas e ações em todos os cursos ofertados pela IES e que a sensibilização da comunidade acadêmica ocorra por meio de ações e eventos que discutam apoio à pessoa com deficiência em diversos contextos sociais de atuação. Outrossim, a política assegura a inclusão por meio do NAD - Núcleo de Apoio ao Discente a partir de práticas inclusivas, a fim de: a) fortalecer a inclusão; b) oportunizar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais originadas de deficiência intelectual, psicossocial, física, de deficiência visual, auditiva e com transtorno do espectro autista.

Não obstante, a política recomenda, também, o incentivo para ações e práticas de sustentabilidade que envolva discentes, docentes, administrativos e comunidade, no ambiente econômico, ambiental e social; o incentivo à realização de eventos, debates, discussões e pesquisas identificando causas sociais relevantes, integrando o valor das ações de inclusão social aos objetivos da instituição; a oportunidade de troca de informações sobre as formas de viabilização de ações de inclusão entre a comunidade acadêmica, o setor produtivo regional e a sociedade; a garantia de mecanismos de transmissão dos resultados para a sociedade; bem como a promoção da cultura de respeito, alteridade e valorização do outro e das minorias, A **Faculdade IESCAMP**, em consonância ao disposto no Parecer CNE/CP nº 08/2012, oportuniza um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e educacionais fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos e igualdade étnico-racial. Desse modo, a IES possui o compromisso de promover uma educação de qualidade para todos, entendida como direito humano essencial, conforme preconizada em sua missão, visão e valores. A concepção contemporânea de direitos humanos incorpora os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, por sua vez inspiradas em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência.

10 ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – ACADÊMICAS

10.1 POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

No cenário mundial contemporâneo, a ciência, a tecnologia e a inovação são elementos balizadores ao crescimento econômico, à geração de emprego e renda e à democratização de oportunidades. Conforme Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI/MCT, 2007-2010) o trabalho de técnicos, cientistas, pesquisadores e acadêmicos e o engajamento das empresas são fatores determinantes para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de atender às justas demandas sociais dos brasileiros. As inovações resultam da interação das vivências e da cultura de pessoas e instituições, num processo de repensar a realidade local para construir um futuro melhor.

Assim, a **Faculdade IESCAMP** estabelece como política de inovação tecnológica: a) a constituição de procedimentos de valorização à inovação tecnológica desenvolvida no âmbito da Instituição; b) a indicação de critérios para a gestão dos direitos e obrigações associadas à proteção da propriedade intelectual, resultante das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) tecnológica; c) a definição de processos e instrumentos de incentivo aos pesquisadores envolvidos em projetos de inovação; d) a determinação dos procedimentos para utilização da infraestrutura de desenvolvimento de ambientes favoráveis à inovação tecnológica; e) a estimulação do discente interessado em inovação tecnológica; f) a capacitação para o acesso a portais de pesquisa, nacionais e internacionais.

10.2 POLÍTICA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

No que compete às atividades tecnológicas, a política de Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia visa o estímulo à criação de ambiente favorável à geração de novos conhecimentos , bem como o fomento à prática dos saberes, construídos na comunidade acadêmica, na transformação da sociedade.

10.3 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

As ações de desenvolvimento artístico e cultural estão alinhadas à missão, aos valores e aos objetivos institucionais, bem como ao PDI da IES. Nesse sentido, tais aspectos abarcam as seguintes questões: a) a valorização, a promoção e o reconhecimento da produção artística e cultural como atividades acadêmicas; b) o estímulo e a difusão da produção cultural e artística docente e discente; c) a promoção de projetos sobre os espaços de memória, ligados aos saberes locais, à diversidade cultural e às possibilidades de mediação que a IES pode empreender entre o que é produzido dentro e fora da Instituição; d) o fomento à realização de eventos artísticos e culturais, entendidos como lugar de expressão da memória e cultura que acontece por meio dos trabalhos apresentados, debates e por meio de expressões artísticas, como oficinas e exposições, apresentações de dança, teatro e música, entre outros.

A Política de Desenvolvimento Artístico e Cultural preconiza, ainda, a viabilidade de oportunizar a transposição de conhecimentos para a prática, motivando a participação em todas as etapas de execução; a possibilidade de apoio institucional aos docentes e aos discentes na participação, e na realização de projetos artísticos e culturais, bem como a possibilidade da IES propiciar espaços à produção, à interpretação e à transferência de conhecimento entre os distintos níveis de formação acadêmica junto à comunidade externa. Ainda, preconiza linhas de trabalhos transversais aos cursos ofertados; o apoio à organização e à participação em eventos internos e externos voltados à formação artística, cultural e cidadã.

10.4 PROGRAMA DE MONITORIA

Em consonância ao disposto no artigo 84 da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trata da monitoria realizada pelos discentes do Ensino Superior, bem como ao disposto no Regulamento próprio de Monitoria, a **Faculdade IESCAMP** oportuniza aos discentes a possibilidade de atuarem como monitores em tarefas de apoio ao ensino e à pesquisa realizados pelos docentes da instituição. O Programa de Monitoria visa estimular nos discentes participantes a iniciação à docência e possibilitar o aprofundamento de conhecimentos teóricos e práticos, além de favorecer o clima de cooperação mútua entre os estudantes, bem como, a interação e cooperação entre docente e estudante. Destaca-se que o Programa de Monitoria ocorre de forma transversal a todos os cursos ofertados pela IES.

Tal prática ocorre sempre sob orientação e supervisão do docente responsável pela disciplina. As atividades desenvolvidas pelo Estudante Monitor e pelo docente da disciplina objeto de Monitoria podem assumir diferentes formas conforme descrito no Regulamento do Programa de Monitoria, sendo terminantemente vedado ao Estudante Monitor cumprir atividades estritamente inerentes às funções docentes. Ao final do semestre, o Estudante Monitor elabora o Relatório Final de Monitoria.

10.5 POLÍTICA DE QUALIDADE ACADÊMICA

A Política de Qualidade Acadêmica tem por objetivo garantir o desenvolvimento dos processos pedagógicos, visando a contínua melhoria da qualidade acadêmica e institucional, em todos os âmbitos. Esta Política abrange toda comunidade acadêmica, colaboradores, docentes, coordenadores de curso e demais áreas responsáveis pelos resultados de aprendizagem e qualidade acadêmica. A Qualidade Acadêmica, em razão de suas responsabilidades e convicções, está fundamentada nos valores definidos na missão institucional alinhada a este PPI, à missão, valores e objetivos da IES

Ademais, a referida política abarca, também: a) o apoio pedagógico aos estudantes com deficiência ou necessidades especiais ao longo de sua trajetória acadêmica; b) o desenvolvimento contínuo do corpo docente no que compete à prática pedagógica, ao modelo educacional adotado e demais conceitos relevantes à ação docente; c) o oferecimento de alternativas de desenvolvimento discente que garantam flexibilidade e atendam seus interesses pessoais e/ou profissionais ao longo de sua trajetória acadêmica.

10.6 POLÍTICA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante - NDE é Órgão Consultivo responsável pela concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos presenciais e a distância e de suas atualizações periódicas. O Núcleo Docente Estruturante deverá ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso. Ainda, o Núcleo Docente Estruturante é um grupo de acompanhamento do PPC e, para tanto seus membros devem permanecer por, no mínimo 2 (dois) anos e no máximo quatro (4) anos, com possibilidade de recondução, e adotada estratégia de renovações parciais, de modo a haver continuidade no pensar do curso.

Os docentes que compõem o NDE devem exercer cargo de liderança acadêmica tanto em âmbito acadêmico, na produção de conhecimentos da área, no acompanhamento do desenvolvimento do ensino, quanto em âmbitos nos quais a Instituição julgar importantes e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Ademais, as decisões do Núcleo Docente Estruturante serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, e seus resultados encaminhados para análise e deliberação do Colegiado de Curso e homologação do Conselho Superior. O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento. O membro que faltar, sem justificativa aceita, a duas (2) reuniões seguidas ou a quatro (4) alternadas, no período de doze (12) meses, será destituído de sua função.

10.7 POLÍTICA DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso é órgão deliberativo e de assessoramento nas questões didático-científica, constituído pelos seguintes conselheiros:

I - Coordenador do Curso, seu presidente;

II - Professores que integram o curso;

III - Representante Discente do curso, indicado pelo órgão de representação estudantil, quando houver, ou pelos seus pares, para mandato de um ciclo avaliativo dentro do período de integralização de seu curso;

O Colegiado de Curso possui as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar, controlar e avaliar o desenvolvimento das atividades curriculares, no âmbito do curso;
- b) Efetuar estudos que fundamentem propostas de reformulação curricular;
- c) Aprovar programas e planos de ensino, antes do início de cada período letivo;
- d) Promover avaliação periódica do curso por meio do acompanhamento das atividades da Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- e) Avaliar o desempenho docente, segundo normas aprovadas pelo colegiado;
- f) Revisar, atualizar e organizar as atividades de ensino das disciplinas integrantes do curso, para fins, inclusive, de elaboração do catálogo anual;
- g) Emitir parecer nos processos de aproveitamento de estudos, transferências internas e externas e adaptações indispensáveis;
- h) Apresentar proposta para aquisição de acervo bibliográfico;
- i) Encaminhar aos órgãos competentes casos de infração disciplinar no âmbito do curso;
- j) Definir e apresentar normas para Projetos Interdisciplinares, Regulamentos de Estágios e Trabalhos de Conclusão de Curso, Atividades Complementares, disciplinas optativas e demais regulamentos inerentes ao curso, quando for o caso;
- k) Colaborar em tudo o que estiver ao seu alcance, com os demais órgãos deliberativos e executivos da Instituição

11 ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO - GESTÃO

As políticas de gestão adotadas a partir do ano de 2016 objetivam cumprir a missão da IES, sua visão e valores voltados ao compromisso de ser uma instituição de ensino superior comprometida com o desenvolvimento da cultura de aprendizagem, que valoriza o pensamento crítico e a autonomia intelectual de seus acadêmicos.

Para tanto, algumas diretrizes foram discutidas com os órgãos colegiados e com a mantenedora, para a delimitação das ações de seu plano diretor. Em um primeiro momento, buscou atender as demandas do Ministério da Educação e as divergências detectadas em seus cursos. Paralelamente buscou atender as proposições de melhorias apresentadas pela CPA, entre outras necessidades evidenciadas no andamento dos compromissos assumidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, tais como:

- profissionalização de suas coordenações e de seu corpo docente, por meio de intervenções e formação contínua;
- melhoria da qualidade e da oferta do ensino, por meio do aprimoramento de seu processo educativo, com acompanhamento e avaliações para ajustes e melhoria contínua;
- adoção de procedimentos e normativas para a melhoria do trabalho do profissionais técnico-administrativos;
- aprimoramento do Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPEX, por meio intensificação, divulgação mais sistemática e frequente para melhor congregar professores e estudantes de todos os cursos oferecidos pela **Faculdade IESCAMP**, conforme proposto no PPI;
- melhoria da eficácia dos instrumentos de comunicação e de informação utilizados pela Faculdade, seja para atividades acadêmicas, seja para as atividades sociais estabelecendo procedimentos que alinhem a interface entre o setores acadêmico-administrativos (Secretaria Acadêmica, Tesouraria, Biblioteca, Coordenação de Curso, etc) e os discentes.

Também a comunicação com a comunidade externa por meio de ações direcionadas ao público de seu entorno possibilitando que atividades acadêmicas proporcionem auxílio e melhoria das condições de vida das pessoas da comunidade de seu entorno:

- Cursos e encontros para capacitação dos colaboradores e incentivo à participação do Programa de Bolsas da IES para cursos de graduação e de pós-graduação;
- Participação efetiva dos Órgãos Colegiados, bem como sua atuação permanente segundo calendário acadêmico em vigor em cumprimento ao Regimento Geral, PPI e PPC's dos Cursos de Graduação em funcionamento na IES;
- Aprimoramento das ações de divulgação dos dados da CPA, bem como o encaminhamento dos resultados à Direção da IES, a fim de que as necessidades que vem sendo apontadas pela própria comunidade sejam mais socializadas para o estabelecimento mais efetivo do acompanhamento sistemático e permanente de suas propostas e sugestões;
- Manutenção E aprimoramento do apoio psicopedagógico e social em atendimento às políticas que envolvem aspectos da própria inclusão social.

Com essas ações iniciais, a gestão da IES reforçou e incluiu algumas políticas norteadoras que também justificam a necessidade de aditamento de seu Projeto de Desenvolvimento Institucional, conforme segue:

- Permanente integração entre unidade mantida e entidade mantenedora;
- Gestão orçamentária integrada com revisões periódicas;
- Gestão de pessoas;
- Capacitação do corpo docente e técnico-administrativo;
- Consolidação e ampliação de parcerias com instituições públicas e privadas visando assegurar a missão institucional;
- Avaliação sistemática das práticas docentes com foco na melhoria da qualidade de ensino;
- Atribuição ao Coordenador de Curso e capacitação para a gestão completa, inclusive administrativa do curso delegado;
- Estímulo à prática dos valores institucionais por meio de treinamentos constantes;

- Contribuição para a sustentabilidade financeira da entidade mantenedora.

Desta forma, o PPI tem como metas e ações:

I - Política de sustentabilidade financeira:

- a) assegurar os recursos humanos, materiais e financeiros;
- b) manter políticas de planejamento, de coordenação e de gerência em sintonia e sinergia com os funcionários envolvidos;
- c) assegurar a socialização do Plano de Desenvolvimento Institucional.

II - Política de Captação de Recursos

- a) Estimular o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino médio para desenvolvimento de projetos que despertem o interesse dos jovens pelas propostas de graduação da **Faculdade IESCAMP**;
- b) fortalecer convênios com prefeituras e empresas, órgãos públicos e privados, com o objetivo de ampliar a demanda para os cursos de graduação, de pós-graduação e extensão;
- c) identificar as necessidades e demandas e estimular a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e de extensão;
- d) fomentar a realização de consultorias pelos docentes e discentes;

III - Política de Comunicação e Marketing:

- a) aprimorar a Política de Comunicação voltada à divulgação das ações de gestão e de administração geral;
- b) aperfeiçoar a Política de Comunicação com a comunidade interna e a comunidade loco-regional;
- c) fortalecer a Política de Responsabilidade Social por meio da divulgação da imagem de seus serviços junto à população;

d) aprimorar as Políticas de Tecnologias de Comunicação e Informação.

IV - Políticas de Avaliação de Planejamento:

- a) fortalecer as Políticas de Auto avaliação e da Avaliação Externa na sua prática, visando o aprimoramento dos processos acadêmicos e de gestão;
- b) aprimorar a comunicação dos resultados da avaliação institucional em sintonia com o planejamento em todos os seus níveis, para melhor consistência técnica dos diagnósticos apresentados;
- c) aprimorar os Programas de Ouvidoria, do Núcleo de Apoio Discente, de Monitoria Acadêmica, de Nivelamento.

V - Política da Articulação e Atualização dos Instrumentos de Gestão:

- a) Acompanhar e manter atualizados os documentos norteadores: PDI, PPI, PPCs, estatutos e regimentos da IES em consonância com as legislações do ensino superior e com os resultados das avaliações internas e externas.

11.1 POLÍTICAS DE PESSOAL, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS.

11.1.1 Aperfeiçoamento e Capacitação da Equipe Multidisciplinar: Professores, Tutores e Pessoal Técnico-administrativo.

Aos professores são oferecidos cursos de capacitação e aprofundamento de conhecimentos por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente (NUP). Este núcleo tem por finalidade auxiliar os docentes nas questões didático-pedagógicas, com o intuito de melhorar o processo ensino-aprendizagem-conhecimento. Essa forma de apoio também ocorre por meio de oficinas que objetivam trocas de experiências, bem como dinâmicas de grupo, para a reflexão de suas práticas.

O NUP é coordenado por docente titulado na área de Educação, que será responsável pelas capacitações didático-pedagógicas ao receber propostas, demandas de treinamentos ou solicitações da administração, por meio da elaboração de projetos destinados à capacitação em serviço desses profissionais. Estas atividades não conferem custos aos professores, porém, são de caráter obrigatório e, após amplamente divulgadas e discutidas com os envolvidos são elaborados os programas com as datas mais adequadas para a sua realização.

Os docentes contam também com o Programa de bolsas integrais para capacitação em nível de especialização na IES, bem como incentivo para outros Programas de Aperfeiçoamento e Aprimoramento profissional em nível *stricto sensu* e de Desenvolvimento Pessoal, por meio do incentivo à participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais. A IES também oferece Plano de Carreira, com o propósito de incentivá-los a permanecer na instituição, valorizando o tempo na casa e as titulações obtidas.

Para os funcionários técnico-administrativos o treinamento, o aperfeiçoamento e a capacitação são realizados por meio de consultoria técnica interna e externa, que tem como objeto maior acompanhar as atividades e as dificuldades que podem surgir no decorrer das tarefas desempenhadas nos setores da instituição. Essas capacitações podem ocorrer de duas maneiras: a) por suporte

instantâneo, ou seja, à medida que o funcionário expressa alguma dúvida. Nesse caso, poderá solicitar explicações imediatas de seus superiores; b) por meio de treinamentos abrangentes que acontecem quando seus superiores imediatos percebem falhas e dificuldades nos trabalhos realizados de forma mais expressiva. Essa forma de capacitação se dará conforme as necessidades específicas detectadas, segundo agenda de programação, para a realização das atividades de capacitação. Em ambos os casos, o que se pretende é a melhoria do trabalho acadêmico, bem como o atendimento à comunidade de forma geral.

Há também a possibilidade de outras abordagens, tais como a opção de encaminhar os profissionais que apresentam dificuldades para cursos específicos, os quais podem ser oferecidos por empresas de treinamentos e/ou capacitação, para aprimoramento da aprendizagem, principalmente, no que diz respeito às legislações vigentes. Os funcionários não terão gastos com os treinamentos a que são indicados, o qual poderá ser realizado no local de trabalho ou fora dele, em cumprimento ao Pano de Carreira dentro da instituição.

Os tutores serão capacitados por meio de programa específico da **Faculdade IESCAMP**, organizado de forma a preparar o professor para a prática pedagógica na educação a distância no ambiente virtual de aprendizagem - AVA, da ferramenta Moodle. Também receberão material impresso para orientação e apoio. A **Faculdade IESCAMP** adotará como princípio dois pré-requisitos mínimos para a contratação deste profissional: a) ser atuante no mercado; b) ser Especialista de formação, que é a titulação mínima exigida. Para a atuação do Professor como tutor, não há a exigência de que o profissional tenha experiência ou formação prévia para atuar com Educação a Distância. Por este motivo, o programa de capacitação deverá preparar esses profissionais de forma a oferecer condições para que conheçam o papel do professor no ambiente virtual e sejam desenvolvidas as competências necessárias para o desempenho dessa função.

A capacitação poderá ocorrer de três formas: 1) totalmente a distância; 2) presencial no Polo; 3) semipresencial. A capacitação será oferecida apenas a professores convidados, após análise de currículo, para manutenção do banco de professores – de forma a atender as demandas futuras de cursos de extensão, aperfeiçoamento, graduação e especialização – e para atendimento às áreas de conhecimento abordadas em todas as disciplinas oferecidas.

O Ministério da Educação, por meio do documento “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” (MEC, 2007) orienta que o processo de formação de tutores deve, no mínimo, prever capacitação: 1) No domínio específico do conteúdo; 2) Em mídias de comunicação; 3) Em fundamentos da EAD e no modelo de tutoria.

Seguindo essas orientações, a **Faculdade IESCAMP** a distância tem como objetivo desenvolver nos Professores-Tutores em formação:

1. a capacidade de interação com os estudantes no ambiente virtual;
2. a capacidade de trabalhar o conteúdo proposto pela disciplina de acordo com as orientações da instituição e, conseqüentemente, mediar o processo de ensino-aprendizagem, facilitando o desenvolvimento das habilidades e competências esperadas por estudante concluinte dos cursos oferecidos pelo pela IES

Ainda segundo os Referenciais do MEC para a EaD, algumas competências aos Tutores são evidenciadas como essenciais, sendo elas:

1. Domínio de conteúdo
2. Dinamismo
3. Visão Crítica e global
4. Capacidade para estimular a busca de conhecimento
5. Habilidade com as novas tecnologias de comunicação e avaliação.

A Faculdade IESCCAMP deverá explicitar, por meio dos Projetos Pedagógicos dos Cursos na modalidade a distância, o referencial de qualidade em seu processo de gestão quanto ao atendimento, em particular, os serviços básicos, tais como: a) sistema de

administração e controle do processo de tutoria especificando, quando for o caso, os procedimentos logísticos relacionados com os momentos presenciais e a distância; b) sistema (logística) de controle da produção e distribuição de material didático; c) sistema de avaliação de aprendizagem, especificando a logística adotada para esta atividade. d) banco de dados do sistema como um todo, contendo em particular: cadastro de estudantes, professores coordenadores, tutores, etc; e) cadastro de equipamentos e facilidades educacionais do sistema; f) sistema de gestão dos atos acadêmicos tais como: inscrição e trancamento de disciplinas e matrícula; g) registros de resultados de todas as avaliações e atividades realizadas pelo estudante, prevendo-se, inclusive recuperação e a possibilidade de certificações parciais; h) um sistema que permita ao professor ter autonomia para a elaboração, inserção e gerenciamento de seu conteúdo, e que isso possa ser feito de maneira amigável e rápida, com liberdade e flexibilidade.

a) Recursos Humanos - Responsabilidades

A Faculdade disponibiliza sala específica aos Professores que atuam em Regime Integral e Parcial de Dedicção, seja como Componentes do NDE, Coordenador, ou outra atividade extracurricular. Equipada com mesas cadeiras, computadores, internet, armários, atendendo ao requisito de disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. A eles está disponibilizada uma sala de reuniões compartilhada por meio de agendamento. Os professores e coordenadores contam também com sistema eletrônico de registro das atividades acadêmicas por meio do sistema SOPHIA e Moodle.

Segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, na modalidade de Educação a Distância existem três elementos fundamentais em interação: estudante, material didático e professor. A experiência com EAD, independente da concepção de educação adotada e das ferramentas didáticas utilizadas (televisão, rádio, internet, material impresso, entre outros), tem demonstrado que o sistema tutorial é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento de aulas a distância. Nesse processo, cabe ao

tutor acompanhar as atividades discentes, motivar a aprendizagem, orientar e proporcionar ao estudante condições de uma aprendizagem autônoma.

A Educação a Distância pressupõe um sistema de transmissão e estratégias pedagógicas adequadas às diferentes tecnologias utilizadas. A estratégia didática da Educação a Distância para Brande (1993), significa a escolha dos métodos e meios instrucionais estruturados para produzir um aprendizado efetivo. Não deve merecer atenção apenas o conteúdo do curso, mas também decisões sobre o suporte ao estudante, acesso e escolha dos meios. A forma como o tutor e o estudante se comunicam e interagem dependerá do esquema de aprendizado a ser usado. O autor revela ainda três fatores indispensáveis para que a Educação a Distância aconteça: o modelo de aprendizagem, a infraestrutura tecnológica e infraestrutura física propiciada pelo setor.

Ainda de acordo com a ABED, no sistema de EAD, o tutor, vale frisar, tem papel fundamental, pois garante a inter-relação personalizada e contínua do estudante no sistema, viabilizando a articulação necessária entre os elementos do processo e execução dos objetivos propostos. Cada instituição que desenvolve EAD buscar construir seu modelo tutorial, visando ao atendimento das especificidades locais e regionais, incorporando, como complemento, as TICs.

No entanto, com os novos instrumentos normativos publicados pelo MEC no ano de 2017, alguns metas e ações previstas foram repensadas pela IES, sobretudo em função dos movimentos do mercado e suas demandas por profissionais. Desta forma, os NDEs e demais órgão colegiados estão em fase de estudo e levantamento sobre essas reais necessidades e projetivas de cursos de graduação tanto presencial quanto a distância.

b) Perfil do Corpo Docente.

O perfil pretendido do docente da **Faculdade** exige conhecimento amplo e capacidade de absorção e rápida adaptação às inúmeras informações que se produzem cotidianamente, bem como às conquistas das ciências e da tecnologia, disponíveis na sociedade contemporânea, sempre em múltiplas e complexas mudanças, além de uma cultura especializada bastante significativa e sempre atual em sua área de atuação.

Este profissional deve corresponder, também, ao que a Instituição postula em relação ao processo de ensino-aprendizagem, ou seja, deve ser um profissional com condições para estimular e desafiar seus estudantes para que alcancem níveis e formas de raciocínios muito mais complexos que a simples memorização de informações, capacitando-os para que extrapolem o ensino cartesiano e mecânico e trabalhem com a hipotetização, a predição, a intervenção em realidade, a resolução de problemas e outras situações desafiadoras. Com postura ética, que respeite o ser humano em sua diversidade cultural, enfim, um profissional que possa preparar o estudante na sua totalidade e para a sociedade globalizada, identificando seus condicionantes econômicos, políticos e sociais, fazendo uso de estratégias que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, digna e humana para todos.

c) Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional não Acadêmica

A **Faculdade** valoriza sobremaneira as condições dos docentes para trabalho interdisciplinar e, nesse sentido, considerará não só a experiência profissional docente, como também sua atuação profissional na área de conhecimento em outros ambientes de trabalho, pois a competência técnica enriquecerá ainda mais sua atuação junto aos componentes curriculares pelos quais responderá.

d) Os critérios de Seleção e Contratação

A admissão de Docentes para o Quadro de Carreira do Magistério da Instituição é prerrogativa da Diretoria e estará condicionada à existência de vaga no respectivo curso e categoria, e ocorrerá por intermédio de avaliação interna pessoal de Professor indicado pela

Coordenadoria do curso, com anterior aprovação da Diretoria, ou mediante concurso seletivo de caráter classificatório, do qual poderão constar:

- Prova didática;
- Prova de títulos.

Havendo mais de um candidato será computado, para fins classificatórios de desempate, o tempo de docência, na razão de 01 (um) ponto por ano de magistério em estabelecimentos de ensino superior. A admissão nas categorias especiais previstas neste Plano dar-se-á mediante proposta do Coordenador do curso competente, com ulterior aprovação da Diretoria, priorizando-se os docentes já integrantes da Instituição. Após aprovação no Processo Seletivo, a relação contendo os docentes selecionados será encaminhada para homologação e contratação da Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e as normas regimentais. A experiência no magistério superior e a experiência profissional não acadêmica serão os dois pontos básicos para a contratação. Os professores serão enquadrados, conforme a sua titulação, nas faixas de I a IV, em conformidade com critérios estabelecidos no Plano de Carreira da Instituição.

e) Requisitos de Titulação

O Corpo Docente da Instituição será constituído por Professores – assim considerados os profissionais que ministram aulas nos cursos de graduação e na pós-graduação –, conforme a legislação que rege a matéria. Compõem o Corpo Docente as seguintes categorias profissionais:

- Professor Especialista I a IV
- Professor Mestre I a IV
- Professor Doutor I a IV

- Professor Pós-Doutor I a IV

Professor **Especialista** é o profissional da área de ensino que, além do curso de graduação, possui curso de especialização *lato sensu* devidamente credenciados pelos órgãos competentes e que apresentam experiência em atividades de docência em curso superior.

Professor **Mestre** é o profissional da área de ensino que possui, além do curso de graduação, pós-graduação *stricto sensu* em programas devidamente credenciados e que estejam aptos para exercer atividades de docência em cursos superiores de graduação ou pós-graduação e de pesquisa e atividades extensionistas.

Professor **Doutor** é o profissional da área de ensino que possui, além do curso de graduação, pós-graduação *stricto sensu* em programas devidamente credenciados aptos a exercerem atividades de docência em cursos superiores de graduação ou pós-graduação, bem como o desenvolvimento de pesquisas e atividades extensionistas.

Também integrarão o Corpo Docente da Instituição as seguintes categorias especiais:

- Professor Substituto;
- Professor Colaborador;
- Professor Visitante.

Professor **Substituto** - profissional devidamente habilitado na área de ensino que, em caso de necessidade de afastamento de qualquer Docente, irá substituí-lo por prazo certo e determinado, nunca superior a seis meses, salvo comprovada necessidade.

Professor **Colaborador** - profissional da área de ensino que, após aprovado pela Direção e devidamente credenciado, será contratado em caráter temporário e determinado, por tempo não superior a um ano, renovável uma vez por igual período.

Professor **Visitante** - profissional convidado para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, em atividades complementares.

Os Professores das categorias especiais que fizerem parte do corpo docente da Instituição não integram o Plano de Carreira. As atividades, responsabilidades e remuneração dos Professores das categorias especiais deverão constar de documento contratual específico.

11.1.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

11.1.2.1 Políticas de Qualificação do Corpo Docente

A capacitação e formação continuada dos professores estão regulamentadas no Plano de Carreira Docente da Faculdade, que incentiva a capacitação como um direito dos docentes para o exercício de sua cidadania e para o seu aperfeiçoamento profissional e pessoal. Para tanto, a Instituição oportuniza programas de capacitação a todos os docentes, de acordo com o interesse de cada curso ou segmento, conforme sua política de educação continuada. O principal objetivo da capacitação é o aperfeiçoamento técnico, pedagógico, científico e cultural dos docentes, na perspectiva da construção sistêmica de um padrão unitário de qualidade, que venha a se constituir em um diferencial competitivo da Faculdade. A capacitação compreende os programas de aperfeiçoamento, pós-graduação e as demais atividades técnicas, científicas e culturais, ou que venham a ser estabelecidas por força de convênios ou constituição própria da Instituição. Na Faculdade tem como uma de suas metas incentivar a formação pedagógica de docentes, incentivando o aprimoramento e qualificação do professor.

Bolsas de Estudo - A Instituição oferece bolsas de estudo parcial e integral nos cursos de Pós-Graduação disponíveis, para os docentes que queiram cursar uma Especialização “*Latu Sensu*” em sua área de atuação. Estímulo ao Mestrado e Doutorado. Além de auxílio para participação em eventos externos haverá, também, auxílio em situações nas quais o docente possa representar o Curso e/ou a Faculdade. O auxílio destina-se a despesas necessárias para a efetiva participação do docente em eventos, Congressos, Seminários, Simpósios, Palestras, dentre outros.

11.1.2.2 Plano de Carreira

O Plano de Carreira prevê um conjunto de cargos estruturados de acordo com as atividades e competências afins, bem como as condições de movimentação dos ocupantes destes cargos na estrutura geral da Instituição. O Plano delinea o ingresso, o regime de trabalho, a promoção, o afastamento, licença e a substituição.

11.1.2.3 Regime de Trabalho dos Docentes

O regime de trabalho dos Professores da Instituição é o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nas normas coletivas pertinentes e no Plano de Carreira, os quais regerão os respectivos contratos. Os Docentes serão contratados como Professores de Ensino Superior em um dos seguintes regimes de trabalho:

- l) **Tempo Integral:** será enquadrado em regime de tempo integral o Docente que se obrigar a prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho à Instituição, parte em sala de aula, parte em atividades de, coordenação, supervisão, pesquisa e extensão, segundo os critérios estabelecidos pela Direção, sendo que estas últimas deverão constar em contrato de trabalho distinto e específico.
- m) **Tempo Parcial:** será enquadrado em regime de tempo parcial o Docente que se obrigar a prestar no mínimo 12 (doze) horas semanais de trabalho, reservadas, pelo menos, 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.
- n) **Horistas:** será enquadrado em regime horista aquele que prestar número inferior a 11 horas semanais as quais serão especificadas ao final de cada período letivo, através de requerimento próprio para atribuição de aulas, observada a legislação que rege a matéria e as normas coletivas pertinentes.

O número de horas-aula do Docente poderá variar de acordo com o planejamento curricular dos cursos, por período letivo, bem como pelo número de estudantes por turma.

A carga de trabalho do profissional correspondente à soma dos contratos de trabalho mantidos com a Instituição não poderá exceder a 40 (quarenta) horas semanais. O tempo da hora-aula determinado pela legislação pertinente, despendido pelo Docente quando em atividade na sala de aula, equivalerá sempre a uma hora de trabalho contratual.

1. O número de vagas nas categorias acima está assim determinado, em cada curso, de acordo com as necessidades institucionais e com a legislação vigente:

- Professor Especialista I a IV = 50%
- Professor Mestre I a IV = 20%
- Professor Doutor I a IV = 20%
- Professor Pós-Doutor I a IV = 10%

Independentemente da titulação, o Docente somente poderá ser contratado para a categoria em que houver disponibilidade de vagas, respeitado, sempre, o percentual estabelecido. Para enquadramento na categoria de **Professor Especialista** são requisitos mínimos:

- possuir diploma de curso superior na área de atuação;
- ser portador do título de Especialista na área de atuação;
- ter experiência em magistério superior no mínimo de 01 (um) ano letivo ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação, inclusive nos termos do art. 13 da Res. CNB/CP 2503/02;

Para enquadramento na categoria de **Professor Mestre**, são requisitos mínimos:

- possuir título de Mestre na área de atuação ou em área afim;
- experiência de magistério superior a 03 (três) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 04 (quatro) anos na área de atuação.

Para enquadramento na categoria de **Professor Doutor**, são requisitos mínimos:

- possuir título de Doutor na área de atuação ou em área afim;

- experiência de magistério superior a 04 (quatro) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 04 (quatro) anos na área de atuação.

Para enquadramento na categoria de **Professor Pós-Doutor**, são requisitos mínimos:

- possuir título de Pós-Doutor na área de atuação ou em área afim;
- ter experiência de magistério superior a 04 (quatro) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 05 (cinco) anos na área de atuação.

11.1.2.4 Promoção dos Docentes

A promoção dos Docentes de uma categoria para outra, **promoção vertical**, e entre os níveis de uma mesma categoria, **progressão horizontal**, dar-se-á por meio do atendimento a critérios internos, estabelecidos com fins de progressão, e somente poderá ocorrer quando o percentual estabelecido para a categoria não estiver preenchido.

A progressão vertical dar-se-á, apenas pela titulação, e a progressão horizontal por processo de avaliação de mérito. Para se habilitar à progressão vertical, o docente deverá ser portador de titulação acadêmica exigida pela categoria pretendida, e cuja área e tema da monografia ou dissertação ou tese tenha aderência com as disciplinas do curso, nos quais atua. Para se habilitar ao processo interno de avaliação de mérito, como mecanismo de promoção entre os níveis de cada categoria funcional, o docente deverá atingir a pontuação mínima exigida nos indicadores de produtividade docente. Para fins de promoção, as atividades serão pontuadas de acordo com os valores especificados na tabela constatare dos gráficos, explicitados no Plano de Carreira Docente.

11.1.2.5 Procedimentos para a substituição eventual dos professores do quadro

A **Faculdade IESCAMP** adota a seguinte ordem de procedimentos para a substituição eventual de professores do quadro docente do curso envolvido:

- 1º - professor habilitado, já contratado, que leciona o mesmo componente curricular no curso envolvido;
- 2º - professor habilitado, já contratado que leciona o mesmo componente curricular em outro curso da mesma instituição;
- 3º - professor habilitado, já contratado, que leciona outro componente curricular no curso envolvido;
- 4º - professor habilitado, já contratado, que leciona outro componente curricular em outro curso da mesma instituição;
- 5º - professor habilitado a ser contratado por tempo determinado para as aulas eventuais (horista).

11.1.2.6 Atribuições do Professor

- Elaborar o plano de ensino de sua disciplina coordenado pelo NDE, submetendo-o à aprovação do Colegiado do Curso;
- Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos estudantes;
- Efetuar os lançamentos relativos à assiduidade dos estudantes e notas de aproveitamento no Sistema Acadêmico;
- Entregar à Secretaria Acadêmica os resultados das avaliações do aproveitamento escolar, nos prazos fixados;
- Observar o regime escolar e disciplinar da Faculdade;
- Elaborar e executar projetos de pesquisa;
- Votar, podendo ser votado para representante de sua classe nos órgãos Colegiados da IES;
- Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
- Recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e nas normas regimentais da Faculdade.

A Faculdade, preocupada em garantir a qualidade do ensino oferecido nos seus cursos, e buscando atender à legislação vigente, projetou a seguinte evolução para seu quadro docente, durante a vigência do PDI.

11.2 POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA

A mantenedora demanda esforços no sentido de garantir à **Faculdade IESCAMP**, prestadora de serviços educacionais de nível superior, toda a infraestrutura necessária, além de manter suas instalações e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, higiene e sempre atualizados. Atenção especial é dada ao *layout* de toda a estrutura para que seus usuários nela se sintam bem e com conforto.

A Infraestrutura física da Faculdade IESCAMP é constituída por: salas de aula, auditórios, bibliotecas, espaço de convivência, salas de professores, salas de professores de tempo integral, laboratórios, entre outros, que atendem às necessidades institucionais para o desenvolvimento das atividades de Extensão, Pesquisa e Ensino, bem como de gestão.

Este cuidado da mantenedora e mantida é que delimitam sua Política de infraestrutura, que tem como objetivo estabelecer um plano de gestão de recursos da IES, traçando as diretrizes que devem nortear a execução orçamentária em infraestrutura, nas manutenções e melhorias, de forma a garantir a reposição de ativos depreciados, o cumprimento das normas e legislação, além da possibilidade de inovação nas áreas de interesse institucional. A Política de Infraestrutura está focada no conjunto de atividades e estruturas da **Faculdade IESCAMP**, que servem de base para o seu desenvolvimento administrativo e pedagógico e definem como a IES determina as prioridades na aplicação de recursos próprios para a promoção da aprendizagem significativa e transformadora em Extensão, Pesquisa e Ensino. Para tanto, algumas diretrizes direcionam o cumprimento desses propósitos:

Diretrizes:

1. Promoção de ações de qualificação da infraestrutura necessárias às atividades meio e fim do campus tendo como referência critérios objetivos de avaliação.
2. Aperfeiçoamento das condições de trabalho, de aprendizado e de convivência non campus dentro de padrões de qualidade e requisitos da acessibilidade.

3. Conservação e otimização do uso das estruturas disponibilizadas, considerando a responsabilidade corporativa, que consiste na integração dos aspectos econômicos, sociais, éticos e ambientais dentro das operações de negócio e tomadas de decisão na liberação de recursos em infraestrutura.
4. Implementação de programas e indicadores na perspectiva do atendimento à gestão ambiental do campus.
5. Aperfeiçoamento do planejamento do uso dos equipamentos, visando à qualificação das práticas do processo ensino-aprendizagem.
6. Refinamento do modelo de gestão da infraestrutura dos espaços físicos, acervos, serviços, segurança e manutenção de móveis e equipamentos, por meio de sistemas que forneçam informações qualificadas para tomada de decisão.
7. Viabilização e melhoria nos espaços para Atividades Culturais, de Artes e de Promoção de Eventos.

As demandas de Infraestrutura da **Faculdade IESCAMP** têm sua origem em:

- I. Apontamentos e requisitos das avaliações do MEC;
- II. Reposição e/ou manutenção de ativos depreciados;
- III. Pesquisas da CPA – Comissão Própria de Avaliação;
- IV. Diretrizes do Planejamento Estratégico;
- V. Avaliações na Formação Pedagógica de professores;
- VI. Demandas advindas da Política Institucional de Acessibilidade.

11.2.1 Política de Laboratórios

A infraestrutura dos laboratórios é de fundamental importância tanto para o desenvolvimento de atividades práticas dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, quanto para o desenvolvimento de pesquisas e produção de novos conhecimentos científicos. Neste

contexto, propõe-se a qualificação destes espaços, bem como de seus equipamentos e materiais, para que possam ser um complemento do ensino de qualidade, atendendo às expectativas dos estudantes e dos professores, e seguem as diretrizes abaixo:

1. Conservação e expansão dos espaços físicos ficarão sob o comando da diretoria geral de modo a oferecer ao corpo acadêmico espaço físico adequado nos laboratórios para a realização das atividades demandadas.
2. Implementação de novos laboratórios, demandados pelos cursos ofertados ou a ofertar, será realizada mediante análise no mercado das tecnologias existentes relacionadas a equipamentos e seus acessórios, salientando a necessidade de manter-se atualizada em relação às tendências tecnológicas, oferecendo ao corpo discente um ensino de excelência.
3. Expansão dos espaços físicos, de acordo com necessidades do campus, apuradas, prioritariamente, no âmbito do Curso, discutidas nos Núcleos Docente Estruturante (NDE) e Conselhos de Curso, para, posteriormente, serem levadas ao Conselho Superior e Diretoria Geral.
4. Elaboração do cronograma de execução de manutenção de itens como conforto térmico, isolamento acústico, iluminação e limpeza de modo a não intervir nas atividades pedagógicas.
5. Avaliação de demandas de equipamentos, de acordo com as necessidades das disciplinas que abrangem as atividades práticas e laboratoriais dos diferentes cursos da IES e em consonância com os instrumentos de avaliação MEC/INEP.

No ano de 2017 já foram substituídos todos os computadores do laboratório dos cursos de ADS (Análise e Desenvolvimento de Sistemas) e GTI (Gestão da Tecnologia da Informação) totalizando 23 computadores, já para o ano de 2018 estão previstas atualizações nos demais laboratórios totalizando 70 computadores.

11.2.2 Política do Sistema de Biblioteca

A Biblioteca proporciona suporte para o desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e extensão da **Faculdade IESCOMP**. Apresenta estrutura monolítica, tendo centralizada a gestão da seleção, aquisição, tratamento técnico da informação e da prestação de serviços aos usuários, conforme recomendam os padrões para este tipo de biblioteca. O acervo está disponível fisicamente e digitalmente. O acervo digital envolve conteúdos de diferentes áreas do conhecimento, da coleção PEARSON, disponíveis 24 horas a todos os estudantes e demais integrantes da comunidade cadastrados. Suas diretrizes consistem na:

- 1- Qualificação da prestação de serviços;
- 2- Ampliação e adequação do acervo, da divulgação dos serviços, do guarda volumes, mobiliário e sinalização.

11.2.3 Formas de Atualização e Expansão do Acervo

A Biblioteca, para atender usuários potenciais, mantém-se constantemente atualizada. Os mecanismos de seleção e aquisição do acervo bibliográfico e audiovisual são efetivados a partir das referências básicas, fornecidas pelos professores em seus Projetos Pedagógicos de Componentes Curriculares, de cada um dos cursos oferecidos pela instituição, sobretudo pelos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs dos cursos.

São consideradas, ainda, neste processo de seleção e aquisição, as resenhas publicadas nos periódicos técnico-científicos editados pelas principais instituições educacionais do país. Além destes procedimentos, ainda são consideradas para seleção e aquisição destes materiais, as bibliografias básicas e complementares encaminhadas semestralmente pelos Coordenadores dos Cursos à Biblioteca, por meio de listas de pedidos resultantes de reuniões periódicas com professores e NDE.

Para os periódicos, há uma seleção para os títulos de relevância para os cursos, estando a coleção de periódicos, permanentemente, em desenvolvimento. De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo, os critérios adotados são:

- adequação do material aos objetivos do curso e da disciplina;
- autoridade/conceito do autor;
- equilíbrio da obra quanto à distribuição do conteúdo;
- qualidade técnica quanto ao ponto de vista gráfico e/ou sonoro;
- custo justificável em consideração à verba disponível;
- idioma acessível aos usuários;
- atualidade do material;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo das ideias, nada é definitivo, pronto e acabado, mas sujeito a constantes mudanças e intenso processo de construção e desconstrução. O PPI apresenta-se como documento intencional e propositivo que norteia todas as ações acadêmicas da **Faculdade IESCAMP**, para o cumprimento de seu objeto maior que consiste em:

"Ser uma instituição de ensino superior comprometida com o desenvolvimento da cultura de aprendizagem, que valoriza o pensamento crítico e a autonomia intelectual de seus acadêmicos, para continuarem aprendendo ao longo da vida".

Assim, a **Faculdade IESCAMP** manterá sua política maior, ou seja, a de rever permanentemente suas práticas mediante os resultados dos processos avaliativos internos e externos, a fim de delimitar e/ou redimensionar suas políticas orientadoras de forma mais ajustada às necessidades da comunidade acadêmica e as demandas instituídas pelo MEC, bem como somar esforços para melhor descrever seus planejamentos e direcionamentos, de modo mais cooperativo possível, sem perder seu alvo principal que é buscar cumprir sua missão, valores e visão almejados.





**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
E ENSINO SUPERIOR DE CAMPINAS**



www.iescamp.com.br | (19) 3728.7700



Endereço: R. Antônio Ferreira Laranja, 57
Jd. Garcia - CEP: 13061-090 - Campinas - SP
Email: diretoria@iescamp.com.br